

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

**(IN) *DIRETAS QUAE SERA TAMEN* : PAÍS DO FUTURO, NAÇÃO E HERÓI.  
MOVIMENTO(S) DE CONCILIAÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE AS  
DIRETAS JÁ**

ANGELA DE AGUIAR ARÁÚJO

**RIO DE JANEIRO  
2007**

A663i Araújo, Angela de Aguiar.

(In) Diretas quae sera tamen : País do futuro, Nação e Herói. Movimento(s) de conciliação no discurso jornalístico sobre as Diretas Já / Angela de Aguiar Araújo. – Rio de Janeiro : UNIRIO / CCH / PPGMS, 2007.  
129f. : il.; 30 cm.

Orientadora: Lucia Maria Alves Ferreira

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em Memória Social, 2007.

1. Memória Social 2. Linguagem 3. Análise de Discurso 4. Jornalismo 5. Campanha das Diretas Já. Memória Social – Tese. I. Ferreira, Lucia M. A. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Memória Social. III. Título.

**ANGELA DE AGUIAR ARAÚJO**

**(IN) DIRETAS QUAE SERA TAMEN : PAÍS DO FUTURO, NAÇÃO E HERÓI.  
MOVIMENTO(S) DE CONCILIAÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE AS  
DIRETAS JÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção de grau de Mestre em Memória Social pela  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Prof<sup>ª</sup>.Dr<sup>ª</sup>. Lucia Maria Alves Ferreira - Orientadora

**RIO DE JANEIRO**  
2007

**(IN) DIRETAS QUAE SERA TAMEN : PAÍS DO FUTURO, NAÇÃO E HERÓI.  
MOVIMENTO(S) DE CONCILIAÇÃO NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE AS  
DIRETAS JÁ**

Por

**ANGELA DE AGUIAR ARÁUJO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social, tendo sido julgada pela Banca Examinadora formada pelos professores:

**Aprovada em:** 26 de março de 2007

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucia Maria Alves Ferreira – UNIRIO - Orientadora**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Diana de Souza Pinto - UNIRIO**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bethania Sampaio Corrêa Mariani - UFF**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanise Gomes de Medeiros - UERJ (Suplente)**

Rio de Janeiro, 26 de março de 2007

## **DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Através deste instrumento, isento minha Orientadora e a Banca Examinadora de qualquer responsabilidade sobre o aporte ideológico conferido ao presente trabalho.

---

**ANGELA DE AGUIAR ARAÚJO**

## AGRADECIMENTOS

A todos os outros deste discurso  
(família, escola, igreja, estado, comunicação, amor, essa voz sem nome)

Resposta  
Samuel Rosa / Nando Reis

Bem mais que o tempo  
Que nós perdemos  
Ficou pra trás também  
O que nos juntou  
Ainda lembro  
Que eu estava lendo  
Só pra saber  
O que você achou  
Dos versos que eu fiz  
Ainda espero  
Resposta  
Desfaz o vento  
O que há por dentro  
Desse lugar que ninguém mais pisou  
Você está vendo  
O que está acontecendo  
Nesse caderno sei que ainda estão  
Os versos seus  
Tão meus  
Que peço  
Nos versos meus  
Tão seus  
Que esperem  
Que os aceite  
Em paz  
Eu digo que eu sou  
O antigo do que vai adiante  
Sem mais  
Eu fico onde estou  
Prefiro continuar distante

Se dedico é porque agradeço, em especial,  
A meu **pai**, pela contradição, pelo bom humor e pela ajuda  
À minha **mãe**, pela contradição, pela lógica das palavras e dos números (pelas velas sempre  
acesas)  
À minha **avó**, pela contradição e pelo desejo de viver novamente uma vida após um século  
de existência  
Às minhas **irmãs (Telinha, Etti, Dóia, Cris, Lili) e ao meu irmão (Binho)**, pela  
contradição  
Às minhas orientadoras e professoras **D. Maria, Paim, Ferreira**, pela contradição e pelas  
história/comunicação/teoria da informação/análise de discurso  
Ao **amor-desamor-amor-desamor-amor-desamor**, tão contraditório movimento  
Aos **amigos**, somos tão contraditórios  
À **dupla Taddei & Aguiar**, somos tão contraditórias e capazes de derramar muitas  
lágrimas e gargalhadas todos os dias, entre as descobertas e as redescobertas teóricas!!!  
Aos **brasileiros** e aos **povos mineiros**, pela contradição, pela conciliação, mas, sobretudo,  
pela “luta de” (Fé nos Brasis!!!)  
Ao **divã**, acreditando que nem toda angústia irá tão-somente contra-dizer, mas mais dizer  
*A essa voz sem nome...*

## RESUMO

Esta pesquisa analisa o funcionamento do discurso jornalístico tendo como tema a Campanha das Diretas Já, movimento social que reivindicou eleições diretas no Brasil ao final do regime militar, nos anos 1980. Utilizamos o referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD) de origem francesa e seus desdobramentos no Brasil. O discurso é entendido como um efeito de sentido a partir da relação dinâmica entre significantes em seu deslizar eterno sobre as formações discursivas. Esse é o entendimento para a compreensão da temporalidade discursiva a partir da qual se estabelece a relação entre a memória e a linguagem e se analisam as contradições do jogo entre a unidade e a dispersão de sentidos. Nosso *corpus*, de natureza heterogênea, é constituído: a) pelo livro-reportagem *Explode um novo Brasil. Diário de Campanha das Diretas Já*, publicado em 1984, tendo como tema a cobertura da Campanha, realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*; b) pelo caderno-reportagem *20 anos sem Tancredo*, publicado pelo jornal mineiro *O Tempo*, em 21 de abril de 2005, aniversário de morte do presidente Tancredo Neves, eleito no final da ditadura militar. Como ponto de partida de nossa análise, temos o enunciado “Brasil, país do futuro” e as categorias Nação e Herói. O enunciado “Brasil, país do futuro” funciona como uma promessa do país a se realizar. O enunciado continua a deslizar sentidos à medida que a promessa nunca se cumpre e mantém seu potencial de atualização. Ao rememorar Tancredo e Tiradentes, heróis e mártires da história política brasileira, o *corpus* oferece modelos de identificação que apontam para a construção de uma unidade sob a formação ideológica da conciliação. No livro-reportagem, constrói-se a unidade convocando a figura de Tiradentes e a construção da Nação que se mobiliza pacificamente nas ruas. De modo diverso, no caderno-reportagem, a unidade em torno da promessa de futuro é construída pela imagem de Tancredo, político e hábil negociador, capaz de conectar o Estado e a Nação e de representar a política de conciliação que situa Minas Gerais como um ponto de equilíbrio no contexto nacional. Entretanto, nem a promessa de mobilização pacífica pela Nação, nem a que é conduzida pelo político conciliador podem apagar as contradições e a dispersão dos processos discursivos analisados.

Palavras-chave: Análise de Discurso, Jornalismo, movimento das Diretas Já

## ABSTRACT

This research analyzes the functioning of journalistic discourse having as subject the Campanha das Diretas Já, a social movement that demanded for direct elections in Brazil by the end of its military regime, in the 1980s. We used as theoretical and methodological references the framework of French Discourse Analysis and its unfoldings in Brazil. Discourse is understood as meaning effects that arise from the dynamic relation between signifieds in their eternal sliding from one discursive formation to another. This is the perception for the understanding of the discursive temporality from which the relation between memory and language is established, and from which the contradictions between the unity and the dispersion of meanings are analyzed. Our *corpus*, of heterogeneous nature, is constituted by: a) the journalistic book *Explode um novo Brasil. Diário de Campanha das Diretas Já*, published in 1984, having as subject the Campaign's covering, carried through by the newspaper *Folha de S. Paulo*; b) the newspaper brochure *20 anos sem Tancredo*, published by the newspaper *O Tempo*, on April 21, 2005, death anniversary of Tancredo Neves, the president elected at the end of the military dictatorship. As starting points of our analysis, we had the statement "Brasil, país do futuro", and the categories Nação (Nation) and Herói (Hero). The statement "Brasil, país do futuro" works as a promise of a country-to-be. The statement continues to slide meaning as the promise is never achieved and keeps its potential of actualization. When recollecting Tancredo and Tiradentes, heroes and martyrs of Brazilian political history, the *corpus* offers identification models that point to the construction of a unity under the ideological formation of conciliation. In the journalistic book, a unity is constructed through the evocation of Tiradentes' figure and the Nation's construction that mobilized peacefully on the streets. In a different way, in the newspaper brochure, the unity around the future promise is constructed by the image of Tancredo, politician and skilful negotiator, capable of connecting the State and the Nation, and of representing the conciliation politics that points out Minas Gerais state as a conciliation mark in the national context. However, neither the promise of a Nation's pacific mobilization nor the one that is led by the conciliating politician can erase the contradictions and the dispersion of the analyzed discursive processes.

Key-words: discourse analysis, journalism, movement of Diretas Já

## SUMÁRIO

<b>DE ONDE EU VIM? PARA ONDE EU VOU? PONTO DE DESAPARECIMENTO</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>I. MEMÓRIA, LINGUAGEM E TEMPORALIDADE DISCURSIVA</b>	<b>18</b>
1.1 Tempo de Deus: a memória ponte para a transcendência	22
1.2 Tempo do homem: a memória na conquista do passado coletivo	24
1.3 Tempo da tecnologia: a memória artificial	27
1.4 Tempo do discurso: a dimensão da historicidade	33
<b>II. QUADRO TEÓRICO PARA A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DISCURSIVOS</b>	<b>47</b>
2.1 Análise de discurso: o entremeio como lugar de análise	54
2.2 Entre o mesmo e o diferente: a estabilização – desestabilização dos sentidos	61
2.3 Linguagem: “lugar de descoberta” da Memória Social	63
2.4 Construindo um dispositivo de análise	65
<b>III. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: CONFRONTO DE FORÇAS NA CONJUNTURA IDEOLÓGICA</b>	<b>70</b>
3.1 O poder de poder dizer	75
3.2 Um pouco da história dos jornais	80
3.3 Tensões no processo de abertura política no Brasil	82
3.4 O consenso pela conciliação	86
<b>IV. PROMESSA DO BRASIL A SE REALIZAR: A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE</b>	<b>88</b>
4.1 A atualização da promessa pela Nação	93
4.2. A atualização da promessa pelo político hábil negociador	95
4.3 O morto-herói: a ponte para o passado encontrar o futuro	101
<b>V. O BRASIL COMO DISPERSÃO: AS CONTRADIÇÕES QUE NOS CONSTITUEM</b>	<b>106</b>
5.1 Construindo a Nação: deslizando sentidos no não-lugar	110
5.2 Unidade e dispersão: as contradições do Brasil	114
<b>CONCLUSÃO: COM TODOS OS EQUÍVOCOS DO EU, É PRECISO OUSAR FALAR</b>	<b>120</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>125</b>

## **DE ONDE EU VIM? PARA ONDE EU VOU? O PONTO DE DESAPARECIMENTO**

*É preciso ousar pensar  
Pêcheux*

Eu ainda morava em Minas Gerais quando a proposta que resultou neste trabalho começou a ser escrita. Era o segundo semestre de 2004. Chamava a minha atenção o número de publicações sobre fatos que marcaram a história política brasileira, muitos relacionados ao período da ditadura militar e ao processo de abertura política no Brasil da segunda metade do século XX. As edições tinham caráter, principalmente, científico, literário e jornalístico, sendo que, às vezes, esses três gêneros se misturavam.

Aquilo que para mim indicava uma explosão memorialística do mercado editorial brasileiro levou-me, uma jornalista, intuitivamente a pensar qual a relação entre a memória e o jornalismo. Foi diante desse questionamento e do desejo de continuar a minha formação acadêmica que decidi enviar uma proposta para a área de Memória e Linguagem do Programa de Mestrado em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), para realizar estudo sobre a Campanha das Diretas Já.

Eu até poderia dizer que o discurso que apresento hoje teve início em meados de 2004, mas seria uma injustiça com a D. Maria. Essa foi a professora que, nos anos 1980, me introduziu nos estudos sobre a história e quem, pela primeira vez, eu ouvi falar sobre a Campanha das Diretas. Entre um feito e outro das figuras heróicas que marcaram o material didático de ensino da história brasileira no século XX, D. Maria dizia: “Prestem atenção nos jornais, nas revistas e na TV, pois estamos construindo um novo Brasil”.

A professora gastava boa parte da aula dizendo que estávamos diante da mudança. Falava também do povo brasileiro – conclamando nossa participação nessa categoria – e também de um tal de Tancredo. Tudo isso se passava entre uma explicação e outra de como se deu o grito de D. Pedro I, em nome do “povo heróico”. Pouco entendia, mas mantive, como uma ordem, os olhos no jornalismo. Passei horas diante da TV e dos jornais esperando a mudança. Vi pela tela de TV o luto do “herói da redemocratização”. Anos depois, ouvi, já na academia, a professora de jornalismo, Ângela Carrato, dizer que o objeto de quem se dedica ao jornalismo é a linguagem.

Passadas duas décadas, cheguei ao Mestrado em Memória Social. A memória e a linguagem eram tão somente pretextos para este estudo. Pretexto para o percurso do

mestrado. Pretexto para ir além do jornalismo, àquela altura tão pleno e tão vazio instrumento de comunicação de informações<sup>1</sup>. Talvez pretexto para ir além das montanhas, fronteira de um desejo adormecido há décadas na figura materna...

No trajeto que atravessou montanhas até chegar à Praia Vermelha, fui aos poucos percebendo que “os sentidos viajam em memória des-contínua”. Foi repetindo tantas vezes esse percurso que o espírito de Minas me visitou: “o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”. No meio da confusão da cidade carioca, onde humores e rumores se confundem, surgiu a Análise de Discurso desconsertando certezas, apontando que “é preciso ousar pensar” e, mais ainda, era tempo de ousar falar. Tempo não-lógico, não crono-lógico: “Rosana, antes de eu deixar Belo Horizonte, ainda te disse que já havia me esquecido há quanto tempo fazia que eu buscava falar”. A resposta, após o eco de mim mesma, foi o silêncio não crono-lógico.

Agora, antes de apresentar meu gesto de leitura, vou citar Foucault (2004), tomando emprestadas *suas* palavras:

Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível.

É interessante perceber hoje que filósofos – e teóricos de outras áreas das ciências - tenham rompido a barreira disciplinar do conhecimento permitindo a desterritorialização de conceitos tão importantes como o sujeito, a história, a linguagem... Está sendo difícil – mas

---

<sup>1</sup> Gostaria de lembrar dois episódios vivenciados no ambiente acadêmico. Um deles ocorreu em uma das cantinas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, quando no intervalo de uma aula onde alguns colegas e eu, todos jornalistas e inscritos como alunos especiais no programa de Pós-graduação em Comunicação, comentávamos os motivos de pretendemos cursar o mestrado. Uma colega, numa explosão de emoção, disse em voz alta que não agüentava mais “tampar buraco”, referindo-se à frustração de ter que fazer matérias sobre ruas esburacadas. Após o comentário, um a um foi se levantando e o grupo se desfez em silêncio. O outro episódio foi quando, já aluna do curso de mestrado da UNIRIO, participei de um evento em comemoração aos 80 anos de morte do filósofo Michel Foucault. Um dos componentes de uma mesa redonda, após uma longa análise sobre os estudos que vinha fazendo há algumas décadas sobre o pensamento foucaultiano, disse: “Agora, vou fazer a crítica”. De forma bastante enfática, o professor trouxe à cena alguns fatos da política brasileira e criticou a atuação da grande maioria dos jornalistas que “passam quatro anos na universidade, não fazem mestrado e se acham no direito de falar sobre tudo”. O comentário, que marcou a conclusão da exposição, provocou muitos risos na platéia, composta principalmente por professores e por alunos de cursos de pós-graduação.

prazeroso – tentar trabalhar numa perspectiva que não tenha como princípio ser positivamente disciplinar. Colocar-se nessa posição é poder falar de um outro lugar do entremeio, lugar que me trouxe questões desde a minha infância, momento em que decidi que a minha profissão estaria ligada à linguagem pelo encantamento com a escrita. Agora, é deixar de lado as certezas para se perceber na sempre já temporalidade do discurso, onde não há como fugir da incompletude da linguagem e da “luta de” que movem os sentidos.

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação traz uma análise da relação entre a memória e a linguagem através do percurso teórico de compreensão da temporalidade discursiva pelo referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD), de vertente francesa e seu desdobramento no Brasil. Essa relação foi estabelecida tendo como tema o movimento das Diretas Já, realizado nos anos 1980, durante o governo militar, para a volta das eleições diretas para presidente.

O *corpus*, de natureza heterogênea, é composto por duas publicações resultantes de projetos editoriais de empresas jornalísticas brasileiras. Trabalhamos com o **livro-reportagem** *Explode um novo Brasil. Diário de Campanha das Diretas* (1984), escrito pelo jornalista Ricardo Kotscho. Essa publicação resultou da decisão editorial do jornal *Folha de S. Paulo* de aumentar sua influência política cobrindo o evento e aproveitando o espaço gerado pelo processo de abertura iniciado pelos militares nos anos 1970. A outra publicação é o **caderno-reportagem** *20 anos sem Tancredo* publicado pelo jornal mineiro *O Tempo* em 21 de abril de 2005, data de aniversário de morte de Tancredo Neves, presidente eleito ao final do regime militar. O jornal tem freqüentemente exaltado, na coluna do ex-deputado Vittorio Medioli, a boa atuação política do atual governador de Minas Gerais (reeleito ao final de 2006), Aécio Neves. O colunista também foi companheiro de Aécio na vida política, quando ainda estava filiado ao partido do governador, o PSDB.

A relação entre a memória e a linguagem é estabelecida a partir da compreensão da temporalidade discursiva, ou seja, o fato de todo discurso remeter a outros discursos que não estão ligados por uma ordem cronológica, mas dispersos no tempo. Não é, portanto, uma relação de causa e efeito ou de uma narrativa que se desenvolve através da idéia de uma linha de desenvolvimento ou de progresso. O discurso é efeito de sentidos e o percurso do analista é compreender seu funcionamento não pela perspectiva da história, mas da historicidade, na dinâmica relação entre significantes em seu eterno deslizar sobre as formações discursivas. A partir desse entendimento são analisadas as contradições do jogo entre a unidade e a dispersão de sentidos no *corpus* pesquisado.

O ponto de partida para a análise é, portanto, o percurso de compreensão do discurso como objeto teórico. Isso demanda entender o caráter de abertura da linguagem e a importância da memória como a sustentação no processo discursivo do movimento entre significantes em relações de repetição, de substituição e de apagamento pelo efeito metafórico. Esse movimento de deslizamento de sentidos é compreendido no *corpus* em análise a partir do destacamento das seguintes regularidades: o enunciado “Brasil, um país do Futuro” e os termos “Nação” e “Herói”. A percepção dessas regularidades permite trazer como inquietação - não inicial, mas como questão fruto da entrada da analista no objeto discursivo - a seguinte questão para esta pesquisa: como a mobilização do enunciado “Brasil, país do futuro” e dos termos “Nação” e “Herói” pode revelar o efeito de unidade e a dispersão dos sujeitos e dos sentidos nos discursos sobre o momento de transição para as Diretas Já?

Nesse percurso, o objetivo é perceber como se dão as disputas de sentido ao serem mobilizados o enunciado e as duas categorias, permitindo o encontro da memória com a atualização dos sentidos no processo discursivo. A análise, portanto, busca perceber tanto a dispersão, quanto o efeito de unidade de sentidos a partir da mobilização das categorias para análise.

Este trabalho tem como base alguns pressupostos. Ao mobilizar formações imaginárias sobre o “Brasil, país do futuro”, sobre a Nação e sobre o Herói, a imprensa participa do processo discursivo, podendo (ou não) contribuir para a atualização de sentidos no encontro com a memória. A mobilização do enunciado e das categorias resultaria em efeitos de unidade de sentido, sem, entretanto, apagar tensões resultantes do jogo das relações de força nas formações sociais.

O dispositivo de análise resulta desse percurso, inicialmente guiado por esses pressupostos e posteriormente desenvolvido a partir da compreensão da natureza do processo discursivo. O enunciado “Brasil, país do futuro” e as categorias Nação e Herói são a base para a montagem dos quadros com os recortes das seqüências discursivas. A partir desses quadros, é verificado como se dá o funcionamento discursivo, pelo deslizamento de sentidos no efeito metafórico.

Assim a análise nos leva ao fato de que o enunciado “Brasil, país do futuro” funciona, no *corpus*, como uma promessa que, uma vez não realizada, permite a sua mobilização e possível atualização de sentidos. Essa promessa é feita evocando dois mortos, Tiradentes e Tancredo. Esses personagens figuram como heróis mártires no imaginário da política brasileira e, dessa forma, inserem o discurso dos jornais em análise numa rede de filiações de sentidos que nos coloca diante do imaginário da política da conciliação.

A análise nos leva ainda ao fato de que, sob ação da formação ideológica da conciliação, é construída a unidade pela Nação, no **livro-reportagem** *Explode um novo Brasil*. O evento pelas Diretas Já assume o caráter de movimento pela mobilização crescente do povo. No jornal *O Tempo*, essa unidade será costurada no **caderno-reportagem** pela figura do político hábil negociador, representante da política da conciliação, associada ao papel de equilíbrio e de moderação de Minas no cenário político nacional. Tanto na mobilização pelo imaginário da Nação, quanto na mobilização do imaginário da mineiridade, há a idéia de consenso. Entretanto, como veremos na nossa análise, o efeito de unidade não apaga as contradições que inscrevem os sujeitos nas formações discursivas. Portanto, esse é o caminho para questionarmos as evidências resultantes do trabalho da ideologia para o consenso, para o efeito de unidade e para a ilusão de origem de sentidos.

No **próximo capítulo**, é iniciada a reflexão que percorre diversas teorias procurando identificar a forma como a memória e os processos de significação foram tratados da Antigüidade aos dias de hoje. A partir das diferentes concepções de temporalidade, é destacada a perspectiva discursiva como o fio condutor desta análise, descartando aquilo do qual nos afastamos ao definir a AD como a referência deste trabalho. Por fim, há a definição da temporalidade discursiva e do caminho teórico da compreensão como pontos de partida para delineamento do quadro teórico pertinente a esta dissertação.

No **capítulo II**, é traçado o quadro teórico desta análise e iniciada a construção do nosso dispositivo de análise que será completado nos capítulos seguintes. No início do capítulo, são apresentadas questões da filosofia e de diversas teorias das ciências humanas e sociais para, a partir daí, se chegar às desterritorializações e ao quadro epistemológico da

AD. Nesse capítulo, são percorridos ainda conceitos importantes para o entendimento do processo de discursivização, dos deslizamentos de sentidos e da dispersão / unidade do sujeito e do texto. A reflexão conduz à abertura tanto da linguagem, quanto da memória, sendo esta última, pelo interdiscurso, a possibilidade de sustentação do discurso.

No **capítulo III**, é finalizada a construção do dispositivo de análise e ainda apresentada a análise das condições de produção dos discursos em foco. A análise está dividida em quatro tópicos: o mito da comunicação e da relação entre política e comunicação, a história dos jornais responsáveis pelas publicações em análise, as tensões que atravessam as relações de força no momento da campanha das Diretas Já e a forma como o imaginário do mito da mineiridade, da nação e da política da conciliação marcam a história política do Brasil. Essa discussão teve como objetivo trazer elementos para a análise das seqüências discursivas apresentadas nos capítulos IV e V.

No **capítulo IV**, é apresentada análise a partir do deslizamento do enunciado “Brasil, país do futuro”, que teve sua primeira formulação em obra de Stephan Zweig, nos anos 1940. Esse capítulo mostra como, ao ser retomado esse enunciado cerca de 40 e de 60 anos depois, há o encontro da uma memória com uma atualização. O enunciado funciona como uma promessa, que não cessa de deslizar, quando não cumprida. Nas duas obras em análise, entretanto, a retomada do enunciado se dá de forma diferente: em Kotscho, trabalha-se a unidade textual pelo imaginário da Nação, enquanto em *O Tempo*, essa unidade é traçada pela figura do político hábil negociador e herdeiro da política da conciliação, capaz de conduzir Estado e Nação ao futuro promissor.

No **capítulo V**, a análise do *corpus* é encerrada mostrando que os efeitos de unidade resultantes do trabalho da formação ideológica da conciliação são permeados pelas contradições do jogo das relações de força das formações sociais. A dispersão do sujeito se dá pela possibilidade de sua inscrição nas diversas formações discursivas que estão em relação de oposição. Dessa forma, a análise termina com aquilo que ainda era tateado de olhos vendados quando foi apresentada a primeira versão deste texto no exame de qualificação: o percurso de compreensão de temporalidade discursiva pelo efeito de unidade e pela dispersão do sujeito e do texto.

## I. MEMÓRIA, LINGUAGEM E TEMPORALIDADE DISCURSIVA

Ao princípio era o caos.

Hesíodo

No princípio, criou Deus os céus e a terra. E a terra era sem forma e vazia; e *havia* trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas. E disse Deus: Haja luz. E houve luz.

Gêneses 1:1-3

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele estava no princípio com Deus. Todas as coisas foram feitas por meio dele.

João 1:1-3

No princípio era o Logos e o Logos estava com Deus e o Logos era Deus.

João 1:1

No princípio era a Palavra e a Palavra estava com Deus, e a Palavra era um deus.

João 1:1

No Princípio era o caos,  
(Era o cais, eram cães, eram Cains?)

João Manuel Simões

No Princípio era o Amor.

Julia Kristeva

No princípio era o caos. Depois veio o verbo e a verba. Os homens se afeiçoaram mais à verba que ao verbo, e tudo voltou ao caos original. Ou seja, à ausência dos princípios do verbo, da palavra divinal e de tudo que advém dela.

Petrônio de Souza Gonçalves, Consciência Net

No princípio era o Verbo...

Esta máxima religiosa contraria toda e qualquer regra sintáctica ocidental viva, uma vez que línguas como o português, castelhano, inglês, francês ou de vaca, têm a seguinte ordem estrutural: Sujeito - Verbo - Objecto. Podemos então concluir que a linguística é agnóstica e herege, devendo os religiosos de votos (aqueles que são eleitos como tal de quatro em quatro anos), optar por recusar a comunicação oral e passar única e exclusivamente a dialogar por intermédio de gestos ou sinais de fumo.

Blog do Pudim, aquele que é um rapaz alto, moreno, de olhos castanhos durante o dia e, durante a noite, loura, alta, de olhos verdes e de peito afiado

A Teogonia de Hesíodo, que nos narra a origem dos deuses na tradição grega, conta que no princípio surgiu Gaia (a Terra) de amplos seios, que antes de tudo gera para si própria um consorte, Urano (o Céu). Juntos produzem numerosa descendência. Entre outros seres fantásticos, a hierogamia primordial grega gera os Titãs, e entre eles Mnemósine. A palavra grega prende-se ao verbo *mnéméskein*, que significa "lembrar-se de". A titânida Mnemósine, assim, vem a configurar no universo mitológico grego a própria personificação da Memória.

Mas o mito nos diz mais.

Cláudia Cerqueira do Rosario

O conjunto de citações dispostas acima (que foge ao formato usual de uma epígrafe) é um pretexto para o começo desta dissertação. Entretanto, ao contrário do que esses enunciados poderiam levar a pensar, o trabalho resultante do mestrado em Memória Social não teve o objetivo de des-cobrir através da memória o início de todas as coisas (o início a partir do qual as coisas passam a ser ou a significar), mas a realização de uma pesquisa sobre o movimento das Diretas Já tendo como foco três campos: memória social, linguagem e imprensa brasileira.

Não houve tampouco a intenção de análise tomando como base os enunciados destacados acima. Mas por qual motivo eles teriam sido reunidos como pretexto para este texto? Está aqui a mais importante de todas as descobertas realizadas no curso de mestrado (não como quem lança o primeiro olhar de cientista em busca do original, do primeiro e do único, mas de quem pretende o percurso da compreensão): os sentidos não estão *em*, mas na relação *a*. Assim, os sentidos não estão nas palavras em si mesmas, na suposta essência do *em si mesmo* que nos faria crer na possibilidade de se alcançar a origem - ou de se estar no lugar do original ou na busca da imanência - mas eles (os sentidos) se assentam no *entre*, no movimento *entre* significantes na relação com a história. Assim, o dizer é aberto, a palavra final é tão-somente uma ilusão e “o dizer também não tem um começo verificável: o sentido está sempre em curso” (ORLANDI, 2004: 11). Dessa forma, compreender, na perspectiva trabalhada aqui, é um gesto de interpretação do teórico, um gesto que pressupõe a temporalidade discursiva, ou seja, a relação entre a linguagem e a historicidade, não como instâncias distintas e / ou paralelas que em algum momento se tocam, mas como instâncias constitutivas uma da outra. Foi a partir dessa descoberta que acreditamos ter trilhado o percurso teórico da compreensão para o estudo da memória social.

Antes de entrarmos mais detalhadamente nessa maravilhosa perspectiva da temporalidade discursiva, voltemos ao princípio, à epígrafe. O conjunto de enunciados foi reunido após a leitura da citação abaixo, na verdade, o pretexto do pretexto:

No princípio era o mito. Depois surge a ficção. Mais tarde aparece a ciência. À medida que esta vai ganhando especificidade, separa-se tanto do mito quanto da ficção. Começa a combatê-los. É o princípio da realidade em luta contra o do imaginário. No final do século XIX, havia uma crença absoluta na ciência, a certeza de que erradicaria os mitos do mundo; de que faria triunfar o princípio da realidade, afastando os erros e as superstições, associados ao mito; de que o estado positivo deixaria nas brumas da História os estados teológico e metafísico. Hoje os mitos, depois de terem sido declarados mortos, estão bastante vivos. Nos subterrâneos, nutrem a ficção, a utopia e a ciência (FIORIN, 2002: 8).

Retiradas de estudo no campo da lingüística e, portanto, inseridas no contexto do discurso da ciência, as palavras usadas por Fiorin remetem a discursos outros, científicos e não-científicos, que tentam responder ao familiar dilema que atravessa a história da humanidade: qual o princípio de todas as coisas? Tomando como base essa pergunta e

focando a linguagem, poderíamos deslizar esse questionamento para: qual o princípio dos processos de significação? Pelo que podemos ver na epígrafe, a busca de uma resposta parece não nos levar ao exato começo de todas as coisas, a essência, mas a um desdobramento do “no princípio era” em vários discursos: religioso, científico, literário, etc.

A citação acima de Fiorin pode nos conduzir a pelo menos três interpretações. Vamos apresentá-las sem querer com isso chegar à verdade dos fatos ou à verdade, dos sentidos em *si*, das palavras. Uma primeira leitura levaria a esse deslizamento de sentidos a partir de enunciados que se ressignificam ao longo de um tempo ou dos tempos (mítico, cíclico, linear, etc). Outra seria o traçado de uma linha crono-lógica evolutiva dos mecanismos a partir dos quais o mundo teria sido significado do princípio até os dias de hoje. Poderíamos ainda chegar a uma terceira reflexão que nos conduziria à busca - presente em diversas áreas da ciência, bem como em outros campos, como a religião, a literatura, a filosofia, as artes, etc - do começo, ou seja, um ponto inicial e / ou um princípio ordenador a partir do qual o mundo seria significado.

Partindo de Fiorin, seguindo a segunda e a terceira opções apresentadas acima, poderíamos traçar ou esquematizar a linha evolutiva onde teríamos primeiro os mitos, depois a ficção e na seqüência as ciências. Nessa perspectiva, ao longo do tempo ou dos tempos, o princípio da realidade acabaria por se destacar e se impor sobre o imaginário num percurso do fabuloso (mito) ao racional (ciência), até se descobrir que os mitos (vistos mais recentemente como não tão fabulosos e genealógicos, mas ligados à dimensão simbólica dos processos de significação) permanecem vivos.

A certeza do começo, bem como da linha evolutiva dos mecanismos que teriam permitido o mundo ter sentido para o homem, poderia ser um início reconfortante na tentativa de se compreender a relação entre a linguagem, a memória e a tão importante temporalidade. Reconfortante, mas não suficiente como iremos apontar ao longo deste capítulo.

Mas o que dizer da dimensão da temporalidade para o homem contemporâneo? Se a ele perguntarmos o que é tempo, ele poderá se angustiar e responder “por favor, me dê licença, pois estou atrasado. Tempo é dinheiro. Tempo é medido e deve ser gerenciado.”

Tempo é uma dimensão da qual o homem não escapa uma vez lançado nessa viagem que começa antes mesmo de seu nascimento? Resta ao homem correr em direção ao futuro, antes que a morte o assale? É no tempo que o homem constrói a história organizada na linearidade passado-presente-futuro? Talvez esse homem sinta saudades de outros tempos não tão velozes e não tão cronológicos. Talvez esse homem esteja desde sempre já inserido em outras dimensões que não sejam nem teleológicas, nem metafísicas, nem linearmente organizadas em passado-presente-futuro. O que ele necessariamente se esquece é da dimensão temporal simbólica que o constitui enquanto sujeito, esquecimento necessário para sua ilusão de sujeito.

Na perspectiva crono-lógica da evolução nos modos de significar, podemos lançar algumas questões. Bastaria des-cobrir o ponto onde tudo começou e o princípio ordenador de todas as coisas para vir à lembrança o significado do mundo do começo até agora nesse percurso do mito à ficção, da ficção à ciência, para então se perceber que algo lá do ponto inicial (o mito) permaneceu sempre vivo? Mas onde está o começo? Para tentar algumas respostas, comecemos por uma viagem cronológica...

A viagem em direção ao passado (da ciência ao mito para então recompor o caminho do princípio até os dias de hoje), aos moldes de como fazem algumas áreas das ciências que têm como objeto o homem e a sociedade, poderia ser um exercício de ciência – trazer à memória num ato de se tomar consciência - para a determinação do ponto onde as palavras dariam sentidos às coisas (ou encontrariam os sentidos das coisas) permitindo o homem dar ou encontrar os significados *do* ou *ao* mundo? Mas haveria começo ou começos?

Continuemos explorando a segunda opção (no caminho crono-lógico e evolutivo seguindo a viagem do mito à ciência) e a terceira opção (a busca do ponto inicial e / ou princípio a partir do qual o mundo seria significado). O propósito dessa viagem não é um pretexto para o lingüístico tal como realizou Fiorin, nem o histórico tal como fazem os historiadores, nem o antropológico tal como fazem os antropólogos, nem o filosófico tal como os filósofos, nem exato como fazem os físicos, nem holístico como fazem os místico-religiosos (certamente poderíamos apresentar outras recusas). Não desconsideramos a importância do lingüístico (da história, da antropologia, da filosofia, da física, etc), mas o

lingüístico (bem como os demais) também não será o fim e não será suficiente para a relação que pretendemos traçar entre memória e linguagem.

Vamos, entretanto, seguir a sugestão de Fiorin de que “no princípio” era o mito, ao qual poderíamos associar o sentido de fabuloso, até se chegar à possibilidade de algo nem tão fabuloso, mas também nem tão racional e tão exato como a verdade positivista pretendida pela ciência moderna. Se o mito nos diz mais (como aponta a epígrafe), o que dizer a mais, estando na academia (lugar da ciência), ante a afirmação de Fiorin de que os mitos nutrem atualmente a ficção e a ciência? Se o mito nutre a ciência, o que mudou ou o que nunca deixou de ser? O mito deixou de ser tão fabuloso ou a ciência deixou de ser tão exata? Ou o mito nunca foi fabuloso – ou tão fabuloso - e a ciência nunca foi exata – ou tão exata? Ou o caminho para se chegar aos sentidos não seria nem essencialmente fabuloso, nem essencialmente objetivo? Começamos a nossa tentativa de encontrar respostas pelo tempo dos deuses. E que Deus nos proteja...

### 1.1 Tempo de Deus: a memória ponte para a transcendência

Fixaremos, como fazem outros campos disciplinares nas ciências humanas e sociais, para o começo da nossa viagem crono-lógica, um início nos mitos, nas sociedades nomeadas primitivas, antes da criação da escrita, quando a “invenção” da memória – repetição mnemônica - representou, como avalia Vernant (1973: 72), “função muito elaborada que atinge grandes categorias psicológicas, como o tempo e o eu”. Nessas sociedades que eram orais (antes da difusão da escrita), a mitologia e os rituais de rememoração permitiram “a conquista progressiva pelo homem do seu passado individual”, assim como posteriormente a história irá constituir para o grupo social a conquista do seu passado coletivo.

No pensamento pré-clássico grego, há o predomínio do tempo mítico. Não cronológico, ele se insere nas relações de filiação, onde cada “raça”, genos, possui o seu próprio tempo. As genealogias comportam a gênese do mundo, sendo o passado uma dimensão do além. Abreu (1990: 29) observa que “associada a esta concepção de tempo, a ‘memória’ não tem a ‘profundidade’ linear da temporalidade na Modernidade, mas tem, por assim dizer, uma ‘espessura’, uma ‘densidade’ relativa à permeabilidade entre as esferas coetâneas do humano e do divino”. A anamnesis – que pressupõe esforço, treinamento,

exercício - é o recurso para a imortalidade. A memória, pela possessão divina, é o que permite a divinização reservada aos semidivinos e aos semi-heróicos. Os demais, mortais, estariam imersos e condenados ao esquecimento.

Percebe-se a sacralização da memória através da mitologia:

Antes de penetrar na boca do inferno, o consultante, já submetido aos ritos purificatórios, era conduzido para perto das duas fontes chamadas *Lethe* e *Mnemosyne*. Ao beber na primeira ele esquecia tudo da sua vida humana e, semelhante ao morto, entrava no domínio da Noite. Pela água da segunda, ele devia guardar a memória de tudo o que havia visto e ouvido no outro mundo. À sua volta, ele não se limitava mais ao conhecimento do momento presente; o contato com o além lhe havia trazido a revelação do passado e do futuro (VERNANT, 1973: 79).

Às vésperas do apogeu ateniense, a imortalidade continua ligada à memória, mas ela já não representa o caminho para se chegar às origens. A temporalidade mítica torna-se cíclica, ao remeter ao ciclo das reencarnações. A imortalidade passa a representar o meio de se chegar, através da ascese, ao fim do tempo e de encerrar o ciclo das gerações, das reencarnações. “Mnemosyne transformou-se. Não é mais aquela que canta o passado primordial e a gênese do cosmo” (VERNANT, 1973: 80). Como a *Lethe* representa a ameaça de apagamento das vidas anteriores, os exercícios de rememoração são a possibilidade de retomada do “tempo perdido”.

Duarte (1983: 30) avalia que “nenhuma outra paixão, deus, força, daimon, teria sobrevivido à corrosão temporal não fora aí tão vívida a associação da ‘memória’ com a ‘imortalidade’ e não tivesse correspondido o desejo socialmente construído dessa permanência à elaboração sempre crescente dos métodos e recursos da arte mnemônica” utilizada pelos sábios, pelos poetas e pelos filósofos.

Uma nova temporalidade e uma nova concepção de pessoa são inauguradas com a vitória do Cristianismo onde “a trajetória reta do passado ao futuro aspira pelo alvo do fim dos tempos: o apocalipse, o juízo final, o fim na divindade” (DUARTE, 1983: 31). A concepção linear convive com o tempo mítico em uma dupla qualidade da vida: “a indiferenciada, onipresente e divina de onde brotam as novas almas (...) e a finita, linear e individualizada trajetória das consciências na vida terrena” (ABREU, 1990: 32). A

imortalidade, seletiva, está ligada ao sentido religioso, sendo alcançada somente pelas pessoas exemplares, com “desempenho moral diferenciado sobre a terra”.

## 1.2 O tempo do homem: a memória na conquista do passado coletivo

Santo Agostinho será um dos sistematizadores da concepção de temporalidade cristã. Na avaliação de Nunes (1997), o pensamento agostiniano demonstra a ligação entre tempo e linguagem, através da “fala do tempo / tempo da fala”, “escrita do tempo / tempo da escrita”:

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. (...) Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras. Existem, pois três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras (SANTO AGOSTINHO, 1973: 243-248).

O cristianismo será fundamental para a moderna concepção de pessoa. Além de introduzir a noção de alma, coloca-se a questão da noção de pessoa. Como aponta Mauss, citado por Abreu (1990: 16), “é a partir da noção de um que a noção de pessoa foi criada (...) substância e forma, corpo e alma, consciência e ação”.

Duarte (1983: 29) aponta que o “advento da escrita e sua utilização como veículo cultural hegemônico interferem profundamente no uso social das arquiteturas mnemônicas”. Outro fator que influencia é o fortalecimento do que o autor chama de ideologia racionalista, que é acompanhada da diminuição do papel da memória como exercício mnemônico e da afirmação da construção social da pessoa moderna: o indivíduo. Tempo e universo tornam-se infinitos. Do mesmo modo, cada sujeito constitui-se em um “micro-universo”, “sujeito absoluto” e “autônomo”, sendo sua vida um “micro-tempo fundamental”. A teoria evolucionista reforça a idéia de linearidade com os conceitos de “revolução”, “progresso” e “desenvolvimento”. A história vai se afirmar como a ciência do passado, este associado ao tempo humano, cronológico, linear e separado do divino.

Abreu (1990: 33) descreve que instaura-se, assim, uma “História linear da humanidade”, “resultado de lutas ideológicas entre o ‘holismo e o individualismo’, entre o tempo ‘cíclico e o tempo linear’.” A idéia da verdade dos fatos guia a narrativa da história, que converte o historiador em seu narrador, aquele que articula “séries de eventos numa linha temporal, numa sucessão, construindo e associando ‘totalidades significativas’ a partir de episódios dispersos e isolados” (ABREU, 1990: 37). É a primazia do “tempo do homem” dissociado de qualquer relação com o divino:

Esta arquitetura temporal entendida como pensamento histórico é constituída por quatro regras: concepção de um curso de tempo linear, contínuo, indefinido, irreversível; importância de datação exata dos fatos passados; tomar como objeto os atos passados dos homens; estabelecer a convicção de que a ligação entre os acontecimentos humanos deve ser encontrada nos próprios acontecimentos (ABREU, 1990: 39).

A idéia de totalidade, que organiza o social e o cosmos nas sociedades holísticas através da religião, será realocada com a emergência do individualismo e do racionalismo na modernidade. A sacralização passa a ser do indivíduo, através do que Duarte chama de “culto do eu”. A nova noção de totalidade se dá em um espaço social “efetivamente segmentado, ‘complexo’, ‘pluralista’, ‘diferenciado’”, comprometido com a “diferenciação” ou “disseminação diferencial”.

É assim que, de acordo com Duarte, se afirma o sujeito moderno sob o paradoxo da totalidade fragmentada em várias perspectivas - o sujeito da razão, o sujeito moral, o sujeito político, o sujeito psico-lógico - e do “achatamento do mundo”. Segundo Abreu (1990: 46), neste último caso, há uma ‘linearização’ absoluta que reveste a representação do tempo e que funda a acepção moderna da História:

A idéia central de uma evolução linear de toda a humanidade, presente tanto no Iluminismo quanto no Evolucionismo, demarca um campo. O tempo é concebido de maneira linear, a idéia de evolução implica numa progressão constante do passado em direção a um futuro (sem retorno), a humanidade é a síntese do indivíduo enquanto sujeito autônomo que tem como fundamento a igualdade e a liberdade. A Revolução Francesa não apenas gera a França enquanto nação moderna, como o próprio conceito moderno de nação está intimamente comprometido com este movimento da burguesia francesa. O moderno conceito de História também encontra aí uma referência importante.

A memória ganha nova significação: “acumulação de experiências individuais”, sendo o “social” um conjunto de “individualidades coletivas”, a partir do compromisso com a retotalização. Duarte explica que a imortalidade é inserida em um discurso “laico”, que nega a transcendência típica da narrativa mítica. A imortalidade será possível através das obras e realizações do sujeito, já que elas podem ser guardadas, arquivadas, sobrevivendo ao criador.

É no início do século XX, em meio ao processo de consolidação das ciências humanas e sociais, que será formulado o conceito “memória coletiva”. O termo cunhado por Maurice Halbwachs aparece no livro *Os quadros sociais da memória* e representa, segundo Namer (2004), o coroamento de um movimento cultural que caracterizou a Europa do fim do século XIX, a sociologia da memória. A possível origem da sociologia da memória é, de acordo com Namer, a categoria dos costumes que representa, de certa maneira, uma memória social normativa - a norma entendida como costume - transmitida pelos hábitos coletivos. É importante ressaltar que no momento da primeira edição da obra de Halbwachs, em 1925, a Europa vive ainda os impactos da Primeira Guerra Mundial.

O contexto pode ser apontado como causa para a memória ter “assombrado” a cultura europeia antes de 1914 e depois desta data. As intensas mudanças fazem com que o tema seja tratado não somente pela sociologia, mas também por outros campos<sup>2</sup> como a psicologia, através de Bergson e de Freud, a literatura, com Proust e com Svevo, e na música, por Mahler. A Europa, nesse momento, viveu a transformação de sociedades rurais, tradicionais e autoritárias para sociedades urbanas, modernas, democráticas e industriais.

Destacamos na formulação de Halbwachs (2004: 10) o deslocamento na concepção de memória como ato individual de natureza psicológica, deslocamento possível pela proposição dos quadros sociais da memória, entre os quais se inclui a linguagem:

eso que lhamamos los marcos colectivos de la memoria serían el resultado, la suma, la combinación de los recuerdos individuales de muchos miembros de una misma sociedad. Estos marcos ayudarían, en el mejor de los casos, a clasificar, a ordenar los recuerdos de los unos en relación con los de los otros. Estos marcos colectivos de la memoria no son simples formas vacías donde los recuerdos que vienen de otras partes

---

<sup>2</sup> Namer resalta o fato de alguns autores que se dedicaram ao tema da memória serem de origem judaica. Os judeus preservam a cultura ética e religiosa através da memória.

se encajarían como en un ajuste de piezas; todo lo contrario, esos marcos son - precisamente – los instrumentos del pasado acorde con cada época y en sintonía con los pensamientos dominantes de la sociedad.

Partiriam dos grupos os processos de recordação, sendo a lembrança uma imagem ligada a outras imagens, uma reconstrução do passado a partir do presente: “el individuo recuerda cuando asume el punto de vista del grupo y que la memoria del grupo se manifiesta y se realiza en las memorias individuales” (HALBWACHS, 2004: 11). Não haveria, nessa perspectiva, a “imaginação pura e simples”, ou seja, algo completamente exterior ao sujeito.

A sociologia da memória, da qual Halbwachs é um representante, se identifica com a própria sociologia pelo fato de ambas terem se valido do conceito de solidariedade. Esse conceito é utilizado na contraposição das mudanças sociais de uma ordem baseada na religião, na totalidade ligada ao sagrado, na continuidade, na preponderância dos mortos (ancestrais) sobre os vivos, onde o conceito de pessoa está ligado à idéia de súdito, para uma nova ordem no Estado moderno, laico, baseado na retotalização a partir do individualismo, no progresso, na mudança, e na concepção de pessoa como cidadão. Para Namer, a força da religião encolhe com o advento de uma ética social voltada para a regulação dos direitos e deveres do sujeito (cidadão). É, segundo o autor, a vitória do racionalismo sobre o espiritualismo, com a ciência representando o ponto de partida para a explicação da realidade, inclusive nas ciências humanas.

### 1.3 Tempo da tecnologia: a memória artificial

As transformações tecnológicas com a industrialização e com a urbanização resultaram em outras leituras sobre o conceito memória, chegando, em alguns casos, à afirmação do fim da memória. Uma crítica é apresentada por Nora (1993) para quem, na modernidade, não há mais como se falar em meios de memória, mas somente em “lugares de memória”. Essa expressão marca a mudança da memória espontânea e viva, típica das sociedades tradicionais orais, para a memória arquivística e artificial, típica da modernidade onde impera a técnica.

Para Nora, a memória era vivida em sua plenitude nas sociedades primitivas, onde apresentava-se viva e em constante mutação. Na modernidade, a história teria dela se

apropriado numa operação intelectual. O “lugar de memória” torna imortal o mortal e, com a ação da mídia, “dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993: 8).

A mídia, junto a outros fatores como “mundialização”, “democratização”, “massificação”, ajuda na substituição dos “lugares de memória pura” pelos “lugares públicos”. Estes últimos estabelecem uma nova relação com o passado, uma relação artificial, “uma secreção voluntária e organizada de uma memória perdida” (NORA, 1993: 16). Quanto menos a memória é interior, maior a necessidade dos suportes:

O movimento que começou com a escrita termina na alta fidelidade e na fita magnética. Menos a memória é vivida no interior mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável (NORA, 1993: 14).

Cabe ressaltar que os “lugares de memória” de Nora, citado por Dias (2003: 82), “são lugares de ‘superabundância, fechados sobre sua identidade, e envoltos sobre seu nome’, mas, ao mesmo tempo, são constantemente ‘abertos à extensão de suas significâncias’”. Além de indicarem a morte dos meios de memória (a memória em sua forma mais plena tal como nas sociedades primitivas), os “lugares de memória”, como ainda ressalta Dias (2003: 82):

Sobrevivem devido a sua aptidão à metamorfose, valendo-se de uma incessante retomada de suas significações e da propagação de suas ramificações, mas ao mesmo tempo sem perder a identificação, através do seu nome. Essa posição de Nora nos conduz ao seguinte: a relação entre o nome e o objeto não é medida nos termos de uma operação funcional. Ela é medida pela delimitação (via esquecimento e reencarnação), que se produz no lugar de memória do objeto. O nome do objeto atende a um princípio de “*double appartenance*” (Nora, p. XXXVII), o que permite que nele se abrigue a tensão contraditória entre o “mesmo” e o “outro”.

Continuemos a viagem crono-lógica, sem, por enquanto, frisar que Dias (2003: 82) lê nos “lugares de memória” de Nora algo muito importante para a linguagem: “o fato de se conceber o simbólico constitutivamente às condições sócio-históricas de produção”. Os

“lugares de memória”, de forma diferente de como funcionam os objetos de história, não têm referente na realidade, pois eles mesmos são o seu referente. Ao mesmo tempo em que representam um lugar de excesso fechado sobre si mesmo e sobre sua identidade, eles também estão abertos pela extensão de suas significações de acordo com as condições sócio-históricas de produção.

Deixemos essa questão silenciada por alguns instantes e voltemos à viagem cronológica com o grande impacto da tecnologia sobre a memória. A mídia foi gradativamente durante o século XX substituindo a História, passando a desempenhar a função tradicionalmente desempenhada por essa ciência, na modernidade, de “principal discurso semantizador das ações e das transformações da realidade social”. É o que coloca Ribeiro (1995: 23):

Cada vez mais, são os meios de comunicação de massa o *locus* principal onde se realiza o trabalho sobre as representações sociais. A mídia é o principal *lugar de memória* das sociedades contemporâneas. Se os fatos históricos sempre foram resultado dos investimentos semiológicos realizados pela ciência histórica, nas sociedades contemporâneas isso mudou. O trabalho de investimento de sentido sobre as transformações do social realiza-se (...) sobretudo no âmbito do discurso jornalístico.

O impacto da mídia é tão intenso que, no século XX, ocorre o movimento que Gregolin (2003) chama de a “grande imagem” pela comunicação de massa. O início da globalização da mídia levou a uma mudança na forma de circulação de imagens. Os progressos técnicos dos veículos de comunicação, em especial a televisão, levaram à crescente espetacularização dos acontecimentos até se chegar atualmente na Internet, quando se tem a sensação de que cada vez mais está se fazendo história. Gregolin (2003: 106) avalia a conseqüente mudança na forma como os sujeitos passaram a experimentar os acontecimentos através das técnicas do vídeo:

A imagem – metonímia da realidade – é uma lembrança materializada que tem ao mesmo tempo, o aspecto testemunhal (*testis*, testemunho) e o aspecto de reconstrução do real (*textum*, tecido). Por isso, a percepção do real, na sociedade da imagem, é um labirinto no qual o mundo, desaparecido, dá lugar à ilusão referencial. Os instrumentos técnicos da mídia eletrônica são verdadeiras ‘máquinas memoriais’ que criam a idéia de um mítico texto-base cuja visão passada é necessária para a compreensão articulada daquilo que se frui no presente; recordações, memórias de um texto que não deve cair no esquecimento.

Dessa forma, a comunicação social e, de forma destacada, a televisão assumiram papel fundamental na construção de identidades, de imagens, de afetos, de conhecimentos comuns, de sociabilidade, de interesses, de necessidades, de opiniões e de saberes. Gomes (2004: 408), citando Balandier, realiza uma leitura da relação estabelecida contemporaneamente entre a comunicação de massa e a política que mobilizam um “repertório cultural de simbolizações”. À “sombra dos operadores modernos e desenfeitiçados”, se encontram “dispositivos simbólicos”, “práticas ritualizadas”, “mitologias”, “dramatizações cerimoniais”, “o imaginário”. Essa encenação, teatralidade – Balandier chama de dramaturgia política –, pode ser ilustrada pela constante associação das posições dos governantes ao “mito do herói”, uma “autoridade espetacular”. Assim, a legitimidade do poder se estabelece a partir de uma reserva de imagens, de símbolos e de modelos de ação:

Os ritos, os símbolos e os mitos que os ‘explicam’ se mantêm em grande número. É ainda o poder ritualizado, mas com a diferença que a cena ou o altar cerimonial onde a liturgia do poder se realiza, embora seja ainda mais inacessível à imersão física da comunidade, é ainda mais acessível à apreciação visual e sonora. Fisicamente ele se aparta do mundo da vida, pelo audiovisual ele está ainda mais em casa: todos o vêem ninguém o toca e talvez esse contraste entre visibilidade e intangibilidade assegure boa parte de seu simbolismo. E quanto maior for a intangibilidade (...) maior a densidade simbólica da encenação (GOMES, 2004: 411).

Como os jornais e a televisão se transformaram em lugar privilegiado para a palavra e, dessa forma, para a construção de sentidos, os veículos de comunicação tornam-se fundamentais para quem deseja entrar ou permanecer na esfera pública. Na luta por visibilidade, a “política espetáculo” “se exhibe, mostra-se, faz-se presente, impõe-se à percepção do cidadão. O público está do outro lado e a atuação tem o propósito de conseguir a sua atenção e a sua memória, cuja destinação imediata é a busca de sua adesão, aprovação, consentimento” (GOMES, 2004: 403).

A expansão dos meios de comunicação de massa aponta para o que Martinez-Pandiani (2002) chama de mudança do paradigma da “Centralidade Política da Comunicação” para a “Centralidade Comunicacional da Política”. Uma visão que parece ir ao encontro da análise feita por Lattman-Weltman (2003), para quem as mudanças técnicas dos meios de comunicação, que se intensificaram a partir dos anos 1950, abrem uma nova

perspectiva de análise dos eventos políticos na transição para a democracia: o ponto de vista da mídia, ou seja, desse sistema de produção e de circulação de discursos.

A importância de se compreender os processos de visibilidade, de “enquadramento”, de construção de narrativas do *self* e de memória dos meios de comunicação na contemporaneidade é destacada por Herschmann e Pereira (2003: 16):

é através deles que se abre a possibilidade para que trajetórias se tornem públicas, tradições e expressões culturais possam ser recuperadas, reproduzidas e/ou legitimadas, enfim, é a partir desses processos que se constroem (re)leituras de eventos e personagens, seja para grupos sociais segmentados ou para grandes coletividades.

O crescimento explosivo da memória é descrito por Huyssen (2000), para quem isso seria um mecanismo de proteção contra a obsolescência e o desaparecimento. Numa sociedade onde há uma “velocidade sempre crescente das inovações técnicas, científicas e culturais”, o tempo de permanência e de duração das experiências se reduz pelo grande consumismo, que inclui o produto memória mercadorizada e espetacularizada. Huyssen (2000: 34) ressalta ainda que a “compressão espaço, tempo e lugar” pela tecnologia revela também o surto das memórias locais ligado à globalização e ao fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil.

A temática da memória, aliada à perspectiva das mudanças técnicas, também é mostrada por Pierre Lévy (1993: 76), para quem há uma ligação entre memória e linguagem: “se a humanidade construiu outros tempos, mais rápidos, mais violentos que os das plantas e animais, é porque dispõe deste extraordinário instrumento de memória e de propagação das representações que é a linguagem”. O autor analisa a relação entre as diversas culturas e as tecnologias de comunicação, pela presença ou ausência destas últimas. A classificação de Lévy dos “três tempos do espírito” se traduz nos diferentes momentos da história das tecnologias da inteligência: a oralidade primária, a escrita e a informática.

A oralidade primária é marcada pelo uso da palavra antes da invenção da escrita: “nada é transmitido sem ser observado, escutado, repetido, imitado, *atuado* pelas próprias pessoas ou pela comunidade como um todo” (LÉVY, 1993: 84). Construídos com base nos fatos e nos gestos dos ancestrais ou dos heróis, o mito e o rito cumprem a função de

preservação. Nas sociedades orais primárias, de acordo com Lévy, a palavra cumpre a função de gestão da memória social e não apenas de expressão e comunicação cotidiana. A inteligência, nesse contexto, está associada à memória, sobretudo auditiva. A importância da audição é ilustrada pelo exemplo dos sumérios, que já tinham uma forma de escrita. Entre eles, a sabedoria era representada por uma cabeça com grandes orelhas.

Com a escrita, bem como pela sua difusão com a escolarização, a memória separa-se, como descreve Lévy, do sujeito ou da comunidade como um todo. A escrita permite a transmissão de representações independente dos ritos e das narrativas orais. Há o distanciamento entre autor e leitor no tempo e no espaço. O saber é associado à teoria e à capacidade de interpretação. A escrita permite uma autonomia em relação à tradição oral – ligada à transmissão mediada pelo indivíduo em uma situação de experiência compartilhada – e propicia a tradição teórica – ligada às escolas, ao exercício da lógica e da interpretação.

No século XV, a invenção da imprensa torna possível a comparação de textos. Isso levou, de acordo com Lévy, à busca do “sentido histórico”, ou seja, do tornar o passado o mais claro possível. Em sentido oposto, a impressão também faz com que o tema progresso assuma importância na modernidade, apontando em direção ao futuro e expandindo as fronteiras dos grupos sociais. As facilidades proporcionadas pela nova tecnologia possibilitam a gradativa mudança da discussão verbal, muito comum na Idade Média, para a demonstração visual, crescente a partir das mudanças tecnológicas na modernidade.

No terceiro pólo apresentado por Lévy, o informático-mediático, a memória social está quase totalmente objetivada em dispositivos técnicos. A noção de “tempo real”, *on line*, foca o tempo presente, a acessibilidade e a velocidade. Trata-se de tornar disponível informação rápida e confiável para a tomada de decisão por especialistas.

Os três pólos não se constituem, de acordo com Lévy, em eras que não se comunicam. Os pólos estão sempre presentes, a cada instante e em cada lugar. Não há também, na avaliação do teórico, como reduzir a história da humanidade ao surgimento e ao desenvolvimento de tecnologias da inteligência. A classificação tem a função, segundo Lévy, de mostrar os valores e as imagens mobilizados com maior ênfase por cada tecnologia.

Nessa viagem linear das sociedades primitivas até os dias de hoje, chegamos aos meios de comunicação de massa o que, a princípio, poderia proporcionar um alívio e um conforto já que esta dissertação teve como proposta a análise do discurso jornalístico. Entretanto, apresentar leituras teóricas tradicionais das ciências humanas e sociais que nos permitam situar numa perspectiva temporal crono-lógica os vários tempos (mítico, cíclico, linear e a explosão-pulverização do tempo histórico pela experiência do *on line* e do tempo real) daquilo que talvez possa ser chamado técnica e tecnologia para a memória não encerra e não cumpre o objetivo deste trabalho. Como uma linha evolutiva, essa forma de organizar dispõe, de modo mais ou menos crono-lógico e linear, os vários tipos de narrativas apontando para processos de significação, tornando-os uma continuidade pela organização lógica da história: primeiro, a narrativa mítica das sociedades tradicionais orais; depois, a narrativa ficcional; na seqüência, a narrativa da ciência; e, por fim, a narrativa contemporânea dos meios de comunicação de massa.

Inseridos no campo da ciência poderíamos ter algumas ilusões: atingimos se não o começo de todas as coisas, então os vários começos; delineamos os princípios ordenadores nos vários tempos; e, por fim, chegamos à totalidade tão perseguida pelas grandes unidades de conhecimento da ciência. Poderíamos ainda acreditar termos alcançado não somente uma organização crono-lógica, mas também o pano de fundo que permite responder à questão “o que é?” e o possível significado de todas as coisas ao longo do tempo, nas diversas sociedades das mais primitivas às mais contemporâneas. Teríamos assim a totalidade, a completude e a transparência dos processos de significação que colam palavras às coisas ou palavras ao pensamento?

#### 1.4 O tempo do discurso: a dimensão da historicidade

Voltemos à epígrafe e à citação de Fiorin. O enunciado “No princípio era” tal como ele foi empregado em diversos discursos não nos coloca apenas diante dos dilemas do homem religioso, do homem filósofo, do homem cientista, do homem artista, do homem angustiado, do homem-mulher: qual o princípio de todas as coisas? Esses usos nos colocam diante de diferentes posicionamentos desse homem e diante de diferentes funcionamentos das palavras usadas por esse homem em diferentes contextos históricos. Palavras respondem apenas ao questionamento “o que é?”? Nenhum emprego do “no princípio era”,

por mais esforçado, por mais irônico, por mais romântico, por mais saudosista, por mais angustiado, por mais divino que ele seja, por mais científico cessará a possibilidade de novos começos de tudo, de novos princípios ordenadores de todas as coisas e de retornos ao passado sempre presente. E isso por mais imperativo que seja nosso desejo de completude com as palavras e de transparência das palavras nos processos de significação. E também por mais reconfortantemente linear – ou cíclica, ou mítica, ou... – que seja a nossa resposta ao questionamento: qual o princípio ordenador dos processos de significação? E por mais certeza que haja no conteúdo das respostas ao “o que é?”.

Com isso, zeramos esse indivíduo que nasce tão potente na modernidade? Ou juntamos os cacos desse sujeito referido como estilhaçado e como fragmentado na pós-modernidade? Esvaziamos toda e qualquer tentativa de resposta? Angustiamos mais esse homem? É provável que não zeraremos, não esvaziaremos e nem apartaremos todas as angústias desse sujeito. A ele, o divã, os bancos da maestria, o louvor glorioso ao Senhor, etc, para apartar suas dores por sentir palavras que não o completam, por ouvir e falar palavras que não se colam ao mundo ou ao pensamento como uma água cristalina e por não mais somente ser atravessado por uma ordem divina, onde caberia a ele apenas representar uma verdade que lhe atravessaria. E tudo isso, por mais delirante que possa parecer, é memória, é linguagem, é temporalidade. Mas então “o que é” essa tal memória, essa tal linguagem, essa tal temporalidade que não nos pode fazer satisfeitos com a ordenação teórica numa linha evolutiva dos tempos mítico, cíclico, linear, etc? Voltamos ao “o que é?”? Acreditemos que não e apostemos na possibilidade das interrupções e das descontinuidades nas grandes unidades de conhecimento. Partiremos agora na temporalidade discursiva como perspectiva para o estudo da memória.

Partindo de leitura que se insere no campo da ciência, delineamos acima em uma perspectiva cronológica a linha evolutiva dos mecanismos que possibilitaram o mundo ser significado e que permitiram possíveis significados atribuíveis ao mundo. Fomos dos mitos, nas sociedades primitivas, aos meios de comunicação de massa, nas sociedades contemporâneas. A perspectiva cronológica, que embasa o discurso da ciência com o advento da modernidade, é impulsionada pelos estudos da História que organiza os fatos históricos numa grande linha de continuidade. Percebemos também o impulso da ciência

em constituir grandes unidades de conhecimento que pretendem enciclopédicas explicações para “o que é” de cada coisa do mundo.

Como foi adiantado pela citação de Fiorin, a imaginação teria sido, aos poucos, rechaçada pela ciência em prol de princípios de verdade e de objetividade. A partir do mundo moderno onde o discurso objetivo da ciência é determinante nos processos de significação, os meios de comunicação foram aumentando sua força até ocuparem, no século XX, uma função de testemunha e de instrumento de reconstrução do real numa posição de tão potente meio de difusão de informação! Inseridos também na perspectiva da ciência, mostramos, de acordo com teóricos das ciências humanas e sociais, diversas concepções de tempo (mítico, cíclico, linear, explosão do tempo crono-lógico) e indicamos também como há uma preponderância na modernidade da visão da história associada à noção de tempo linear e crono-lógico.

Houve a intenção de exposição dos autores citados acima como uma forma de se revisitar leituras tradicionais das ciências humanas e sociais que lidam, cada uma a sua maneira, com a memória e a linguagem. Além disso, delineamos uma linha evolutiva nessa viagem crono-lógica. Entretanto, como critica Lévy (já citado acima), não há como reduzir a história da humanidade ao surgimento e ao desenvolvimento de tecnologias da inteligência. Deslocando a reflexão de Lévy, diríamos que não há aqui a intenção de se fazer um estudo sobre memória reduzindo-o à história das técnicas e das tecnologias da memória tendo como pressuposto a imaginária linha evolutiva de mecanismos de memória - técnicas mnemônicas, escrita e tecnologias da comunicação, etc – ou reduzindo-o à tipologia dos gêneros de narrativa – mítica, ficcional, científica, etc. Não há também o objetivo de um trabalho descritivo de tipologias que contribuam para a afirmação de mitos como o da tão potente transmissão de informação dos veículos de comunicação de massa, capazes de concentrar o poder de manipulação de multidões e de substituir a história no papel de principal discurso semantizador da realidade na contemporaneidade!

Antes que se confunda a nossa perspectiva de trabalho com o crono-lógico da história (ou com o antropro-lógico da antropologia, ou com o sócio-lógico da sociologia, ou com o psico-lógico da psicologia e ou com todas as outras lógicas e logicismos das ciências, em especial as humanas e as sociais), começemos a delimitar o lugar da análise

que aqui apresentamos. Não estamos, da mesma forma, interessados em traçar uma teoria, montando um mosaico das ciências humanas e sociais, que nos permita identificar a resposta para a pergunta “o que é” esta sociedade onde se dá o movimento das Diretas Já ou “o que é” este evento ou acontecimento, como tentativa de delimitar um conteúdo exato e único partindo de “dados empíricos”. Não estamos no campo da história (ou em outros campos das ciências humanas e sociais, como lingüística, antropologia, sociologia, psicologia, ciência política, etc), mas o histórico (e a leitura a partir da história e de outras disciplinas) nos ajudará na análise. Não defendemos também para a memória social o caráter de campo disciplinar nas ciências humanas e sociais, com um método e com objeto próprios.

O impulso da ciência pela disposição crono-lógica mostra o quanto estamos atravessados pela noção do histórico e pela história. Foucault (1999) descreve a passagem da *epistémê* clássica - onde o pensamento representava a coisa, a busca de uma origem e da eternidade - para a *epistémê* da modernidade, onde não é mais possível se pensar fora da idéia de tempo histórico. Essa mudança está associada à passagem da ordem divina, sagrada, para o tempo histórico em que tudo se relativiza. Na idade clássica, descrever era uma forma de eternizar, com as palavras representando as coisas. Na modernidade, escrever é uma forma de morrer já que aponta para um tempo da finitude (e não para o tempo da eternidade sagrada) do homem, onde tudo se dá no jogo de forças. Dessa forma, na modernidade, de acordo com Foucault, há a organização de uma nova discursividade pela história. Entretanto, a busca da continuidade na narrativa histórica mantém a idéia de que é possível chegar à origem.

Para a relação entre memória e discurso jornalístico, pretendemos, entretanto, ir além daquilo que Foucault (1971: 12) chama de a velha pergunta da história: “que ligação estabelecer entre acontecimentos descontínuos?”. O desafio é substituir esse questionamento da história por um

jogo de interrogações difíceis: que estratos é preciso isolar uns dos outros? (...) Sob as grandes continuidades do pensamento, sob as manifestações maciças e homogêneas do espírito, sob o realizar-se obstinado de uma ciência que luta para existir e para se realizar desde seu começo, procura-se, agora, detectar a incidência das interrupções (FOUCAULT, 1971: 12-13).

A tendência de se ver a linguagem como representação ou descrição indicaria, para Martins (2004: 472), que “jamais renunciamos de fato ao caminho do mito na explicação das coisas, não passando de uma mitologia bem disfarçada o conhecimento que nos acostumamos a tomar como verdadeiro, racional e universalmente válido”. Ao apresentar reflexão sobre a passagem do pensamento mítico ao racional, Martins (2004) ressalta que o *fictício*, o *imaginário* e a *mentira* são acepções comuns da palavra *mythos*. O caminho, dito racional, desvia-se do mito com a instituição do pensar filosófico no mundo grego e suas explicações racionais e verdadeiras:

na passagem do pensamento mítico ao racional como um acontecimento histórico bem demarcado, é vital compreendermos que ela se associa crucialmente a uma insatisfação quanto a uma certa forma de explicar as coisas, e à determinação de parâmetros para o que seriam explicações mais adequadas – explicações racionais e verdadeiras” (MARTINS, 2004: 447).

Nietzsche, citado por Martins (2004: 447) em sua explicação sobre o surgimento da Filosofia, diz:

Não compreendemos muito bem como os antigos sentiam as coisas mais banais e mais correntes, por exemplo o dia e o despertar. Como acreditavam no sonho, a vigília tinha para eles uma outra luz. Era a mesma coisa em relação a tudo o mais da vida, esclarecida pela contraradiação da morte e sua significação: nossa morte é uma outra morte. Todos os acontecimentos da existência tinham um brilho diferente, porque um deus resplandecia neles; todas as decisões também, todas as perspectivas abrindo-se para o longínquo futuro: porque tinham oráculos, secretas advertências e acreditavam na adivinhação. A “verdade” era sentida diferentemente, porque o demente podia ser o seu intérprete – o que *a nós* provoca arrepios ou então leva ao riso.

A separação entre o *mythos* e o *logos* nos remete à distinção entre, de um lado, o *subjetivo*, o *fictício*, o *imaginário* e a *mentira* e, de outro, o *objetivo*, o *racional* e o *verdadeiro*. Essa distinção não significa que reunimos por uma equiparação ou complementariedade um bloco em oposição ao outro, como pólos diametralmente opostos de um par. Mas como compreender essas distinções muito comuns na ciência e no senso comum que opõem a ordem religiosa ou o fabuloso a uma ordem filosófico-científica e o racional? Como analisá-las a partir da instauração de discursividade?

O *mythos* e o *logos*, como analisam Caprettini *et alii* (1982), não tiveram sempre sentido unívoco e independente. Da mesma forma, as diferentes interpretações em relação às duas categorias não indicam uma linha de progresso de um estágio pré-lógico para um estágio lógico das sociedades. Mas o que se percebe é que foi sobre o solo de um *mythos* prévio, que os filósofos fizeram o *logos* crescer.

Segundo Caprettini *et alii* (1982: 102), “é certo que, se se quiser identificar alguma coisa de concreto nos dois termos (...), tratar-se-á sempre de fenômenos distintos pela sua função social, pelo seu estatuto cognitivo, pelos processos intelectuais implicados”. Se há imbricações entre os termos, a contraposição, por outro lado, não se define no plano dos conteúdos, mas nas formas discursivas em que cada narrativa se apresenta:

Com efeito, no mundo do mito, o que é reconhecido como discurso decisivo quanto às possibilidades do saber humano, onde o homem pode alcançar o conhecimento dos primeiros princípios do universo e da sociedade, é por definição alheio à colectividade humana, na medida em que é de proveniência transcendente, divina. O homem, que não produziu essa ‘verdade’, só pode repeti-la, aceitando para si um papel que é apenas o papel de quem se deixa atravessar por uma verdade destinada a reproduzir-se, imutável, mas que o homem não pode nem controlar nem testemunhar. O nascimento do *logos* (...) marca, pois, a origem de uma verdade de ordem absolutamente diferente, produzida pelo homem e colocada com o homem na história: uma verdade perfectível cujo crescimento está relacionado com o empenho, com o trabalho do homem (CAPRETTINI *et alii.*, 1982: 76).

O termo *logos*, do grego λογος, é traduzido por “palavra”, “expressão”, “pensamento”, “conceito”, “discurso”, “fala”, “verbo”, “razão”, “inteligência”. Central na filosofia grega, o termo assumiu o sentido de “lógica” – algo que é estudado – quando traduzido em outros idiomas. Entretanto, Caprettini *et alii* (1982: 98) apontam que “a narração, o mito é um instrumento de expressão certamente diferente da argumentação típica do *logos*, mas no fim o mito não é menos lógico, não é menos racional, nem está menos ligado a uma exigência e um projeto de conhecimento. No uso que o mito faz da forma narrativa, os nexos lógicos traduzem-se numa cadeia temporal de eventos, manifestam-se sob o aspecto de nexos entre os eventos”.

Caprettini *et alii* (1982: 101) descrevem que estudos científicos mostram a possibilidade de se perceber nos próprios mitos uma descrição da passagem do tempo da totalidade (eternidade divina) para o tempo histórico:

Aqui, como em Babel, a diversidade dos povos e das línguas é consequência de um erro, de uma afronta feita ao criador pela humanidade. E é significativo que os Kuba<sup>3</sup> decidam precisamente neste momento (em que, com a perda da unidade da linguagem, se perde também a possibilidade de uma compreensão não problemática entre os diversos grupos humanos e entre estes e os heróis divinos, em que, em suma, a ordem original do universo é pela primeira vez posta em dúvida) marcar a passagem do tempo ‘mítico’ para o tempo ‘histórico’, períodos que pressentem como profundamente diferentes quanto ao conteúdo (criação do mundo / migrações das dinastias reinantes) e quanto ao caráter (cosmologia sacra / epopéia).

O mito, entendido (visto) por muito tempo como uma fábula, passou a ser visto, após análise científica, com uma lógica coerente. O mito apresenta um caráter repetitivo. E a alteração da narrativa em curto espaço de tempo não significa negação do papel de revelação original imutável. A exposição do mito tem muito mais o papel de *mostrar*, do que de *contar*, servindo muito mais para “re-percorrer, para ‘descrever’, do que para ‘atualizar’”. Ou seja, uma estrutura simbólica preexistente e objetivada através de sua repetição ritual. O narrador não é responsável pelo que é enunciado. A história é apenas retransmitida, pois está separada do ato de exposição. O destinatário já conhece o que lhe é narrado nos rituais. Mesmo a narrativa tendo caráter de “verdade”, não há como falar de uma relação empírica com a “verdade”. Apesar disso, há elementos que buscam dar à narrativa caráter de verdade de ordem histórica, social e natural. Mas se a sua função fosse realmente uma verdade dessa ordem, facilmente poderia ser comprovada sua falsidade.

Percebe-se ainda o tom solene da narrativa mítica, “ligada a momentos particulares do tempo, a ocasiões sociais definidas, ou mesmo como é muito comum, a contextos cerimoniais bem precisos (festas, ritos de iniciação, funerais,...)” (CAPRETTINI *et alii*, 1982: 94). Ao invés de oferecer uma imagem, o mito apresenta-se como um modelo de valor e de função prescritivas, “estabelece, por assim dizer *preventivamente*, mecanismos de leitura simbólica do real” (CAPRETTINI *et alii*, 1982: 96).

O *logos* nasce ainda dentro da lógica do mito. Vernant aponta que os primeiros filósofos utilizam ainda a linguagem das seitas de confrarias; eles já não são xamãs e têm o papel de ensinar, de fazer escola. Quando o filósofo ocupa o lugar do “rei-mágico”, a

---

<sup>3</sup> Para sua análise do par dialético *mythos* / *logos*, Caprettini *et alii* apresentam, entre outros, mitos dos Kuba, população bantu do Zaire Central, na África.

prática misteriosa torna-se objeto de ensino e de discussão, sendo alargado o seu acesso. A cidade vai aos poucos separando a natureza e a sociedade, com uma organização política, econômico-mercantil, legislação, calendário civil, etc. É uma realidade diferente que permite uma nova noção de Ser, que pode, aos poucos, excluir a explicação sobrenatural dada pela narrativa mítica, investindo-a de novo conteúdo, ou mesmo alterando a sua lógica. Há um desdobramento da *physis* com uma distinção em vários níveis do real, com a multiplicação dos planos que no mito eram ambíguos.

A crise irreversível do antigo *mythos* não representou, no entanto, o fim da dialética *mythos / logos* que continuou a se apresentar após a Antigüidade:

Quem examinar a mitologia antiga, uma das tarefas mais urgentes que terá de enfrentar provém precisamente da constatação de que, como recorda Détienne, ‘as categorias e as relações lógicas descobertas pela análise estrutural na mitologia são em grande parte as utilizadas e desfrutadas pelos Gregos numa série de obras de caráter racional, elaboradas contemporaneamente com as produções literárias em que se inscreve o discurso mítico.’ (...) Surge, pois, o problema da extensão e da permanência de categorias míticas do pensamento, e, por conseguinte, das estreitas relações entre narração mítica e memória dos eventos históricos, que constituem temas culturais certamente não secundários, deixados em herança pelo fim da Antigüidade (CAPRETTINI *et alii*, 1982: 92-93).

O alargamento do racionalismo vai, aos poucos, contribuindo para a construção de uma nova totalidade, baseada no tempo do homem, na sacralidade profana do “eu”. É o advento do individualismo na modernidade. Mas o que significa, na perspectiva da AD, ou seja, considerando-se o funcionamento da discursividade, estabelecer a passagem de uma ordem dominada pela religiosidade para a modernidade, momento em que há uma preponderância do racionalismo, do individualismo?

As noções de individualismo e de racionalismo nos levam a um questionamento para além das diferenças de formas de narrativas. Haroche (1992: 52), em estudo sobre a ambigüidade, a determinação gramatical, o princípio da não-contradição e os processos de produção de subjetividade, apresenta reflexão sobre o que representa, em termos de discursividade, o descolamento das modalidades de funcionamento da noção de determinação religiosa para a modalidade de funcionamento do aparelho jurídico na modernidade. É a ideologia jurídica que será responsável pela emergência do “sujeito ‘jurídico’ da lingüística, que se produz com o deslocamento da problemática da ambigüidade do

discurso divino para o discurso humano, isto é, do discurso religioso para o discurso da política religiosa e, em seguida, para o discurso da política”.

Perseguindo uma trajetória dentro do campo da AD, não nos interessa o questionamento de tipologias de narrativas ou a tentativa de estabelecer grandes continuidades de conhecimento, procurando mapear empiricamente “o que é” de cada sociedade. Importa como se instauram discursividades e como se estabelecem os processos de produção de subjetividade e quais os efeitos de sentidos resultantes nessa relação intrínseca discursividade-subjetividade.

Haroche (1992: 57) descreve que “o princípio da não-contradição é constitutivo das relações entre sujeito e saber na ordem religiosa, sob uma forma específica: a de uma subordinação completa do sujeito ao texto e ao dogma”, pela fé e pela origem divina do saber e da verdade. O “sujeito religioso” é submetido à ideologia religiosa numa relação de assujeitamento às práticas rituais, sendo que a verdade divina apenas o atravessa, impondo-se “ao indivíduo no quadro de uma ordem de estruturas fortemente hierarquizadas” (HAROCHE, 1992: 60).

A doutrina religiosa, durante o período medieval, apóia-se em uma verdade unívoca e universal, tendo o “sujeito religioso” somente um conhecimento parcial. O dogma religioso tem como exigência a obediência cega à fé, descartando qualquer possibilidade de autonomia do sujeito: “a palavra de Deus, palavra de verdade, tal como ela se revela na “Letra Sagrada”, não poderia se reduzir e se confundir com o caráter superficial, formal, cambiante dessas “palavras” que refletem a variabilidade humana” (HAROCHE, 1992: 76).

O “sujeito filosófico”, de acordo com Haroche (1992: 63), traz a ameaça do escape pela reflexão já que “ele teria então a possibilidade de contestar a natureza e os fundamentos: um sujeito, a partir de então, perigosamente (livre) pensador”. O sujeito vai aos poucos podendo usar a linguagem como bem entende. Há um alargamento entre as práticas da *lectio* (reconhecimento do texto sagrado pela recitação, repetição, anunciação, uma prática mnemônica e enclausurante), para a *quaestio* (com a possibilidade de intervenção formal do leitor pelo comentário, mas qualquer contradição teria sua origem no sujeito), para, enfim, a *disputatio* (deslizamento através de pergunta(s) na direção da interpretação do texto). A pergunta vai, progressivamente, assumindo um caráter de

método, passando a marcar a falha ou a incompetência do sujeito, seja ele o autor, seja ele o leitor. Os sujeitos compreendem de forma diferente e cada um a seu modo. Segundo Haroche, um pólo formal, neutro, técnico vai gradativamente se opondo ao do sujeito, da subjetividade, marcada pela ambigüidade.

A determinação religiosa do século XII, que subordina o sujeito à letra, vai progressivamente ser substituída pela determinação institucional pedagógica, esta por sua vez será paulatinamente apagada pela emergência da determinação individual, com o sujeito político-jurídico e lingüístico.

Tudo leva a crer com efeito que, com a importância nova atribuída ao indivíduo (correlativa ao declínio do aparelho religioso), a obediência completa do sujeito ao dogma, que nós indicamos como “determinação religiosa”, vai dar lugar, efetivamente, a uma “determinação individual”; mas, de fato, não é verdade: os mecanismos de assujeitamento encontram-se apenas parcialmente colocados em causa. O assujeitamento à religião dá lugar a uma outra forma de assujeitamento: o assujeitamento ao Estado. Assim, a submissão a Deus, ao T/texto, é substituída por uma crença na letra, na cifra, na precisão, crença menos visível, pois se consagra a preservar, de forma sempre mais velada e insistente (em nome de imperativos jurídicos novos que exigem a noção de responsabilidade do indivíduo), a idéia de autonomia, de liberdade, de não determinação do sujeito, a idéia de que o sujeito não é controlável (HAROCHE, 1992: 220-221).

Mantém-se na ordem jurídica o corte sujeito religioso e Escritura através do homem e língua, a partir de uma nova forma de assujeitamento. O problema da ambigüidade (que aponta para a relação do sujeito com conhecimento), como descreve Haroche (1992), instaura-se na língua e nos mecanismos lingüísticos: “a questão da língua torna-se então crucial na relação entre o sagrado e o profano, a religião e o direito. De inteligível que era na ordem religiosa, a letra se pretende inteligível, ao menos em aparência, no aparelho jurídico”.

Os processos de determinação político-jurídicos têm na gramática um espaço para sua instauração a partir dos mecanismos lingüísticos pela desambigüidização, pelo complemento nas estruturas gramaticais e pela linearização do discurso. Segundo Haroche (1992: 150), “quaisquer que sejam as modalidades de abordagem do problema da determinação – históricas, lexicais, sintáticas, ou semânticas – a questão de fundo que se coloca com a determinação é a da referência e do sujeito, de uma possibilidade de

referência para o sujeito”. As abordagens gramaticais tendem a colocar a determinação<sup>4</sup> como uma marca da expressão da vontade e da liberdade do sujeito. No entanto, esta ilusão do sujeito, fonte de seu dizer e livre, resulta da ideologia jurídica e não está dissociável do funcionamento de certos mecanismos lingüísticos, como descreve Haroche (1992: 152)

o sujeito é presa da ilusão que lhe faz crer que ele constrói, por seu discurso, o que não existe ainda como evidência no exterior de seu discurso, como na relação intra-seqüências, funcionamento específico da determinativa. A determinação extra-lingüística está apagada na determinativa, sendo que aí o sujeito é determinador de suas palavras.

Na modernidade, tem-se a consolidação de um aparelho jurídico que usa a tentativa de matematização e de logicização para tentar minimizar as incertezas e as indeterminações que atravessam a língua, o sentido e a subjetividade:

a idéia de um sujeito livre acompanha-se assim da idéia de uma determinação global matemática da sociedade em seu conjunto (e sub-repticiamente, em cada um de seus representantes). Tenta-se assim substituir a subordinação do homem ao discurso religioso por uma subordinação menos visível e mais insidiosa, pois insiste precisamente na idéia de um sujeito livre e não determinado quanto a suas escolhas. O objetivo que consiste, então, em explicar, mesmo em determinar, a decisão individual pela matemática, fundamenta a própria idéia de uma “ciência psicológica” (HAROCHE, 1992: 183).

Haroche, a partir dos deslocamentos nos mecanismos de determinação da ordem religiosa para a ordem jurídica, aponta ainda que a etimologia da palavra sujeito sofre um deslizamento em relação a uma idéia de independência do sujeito. No século XIV, o termo está associado a uma clara idéia de submissão a uma exterioridade que irá se apagar posteriormente. No século XVI, o sujeito será a fonte de seus atos e de suas crenças. O empirismo, o mecanicismo, a psicologia e a filosofia deixarão escapar, como ressalta Haroche, a questão da subjetividade (tal como vista pela AD e que será mais detabalhada no próximo capítulo), o que se compreenderia pelo assujeitamento ao Estado, com seus mecanismos de controle pela matematização e pelo logicismo, e pelas ilusões resultantes da crença na autonomia e liberdade do sujeito.

Mas afinal de onde ou aonde estamos falando? Provavelmente não estamos no lugar da certitude, da fixidez e da completude, por mais angustiante que isso possa parecer pelo

---

<sup>4</sup> Os determinantes são artigos, adjetivos, demonstrativos, possessivos, interrogativos, numerais, certos adjetivos indefinidos.

esvaziamento das certezas científicas (e, por extensão, das certezas e objetividade desejadas pelos que proferem o discurso jornalístico). Buscamos uma análise a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso (AD). Dessa forma, mantemos nosso olhar nesse campo teórico, considerando que este é um esforço que nasceu no mestrado e, por ser uma atividade recente para a pesquisadora, demandará um percurso para além daquele dedicado na pós-graduação. Se o empenho à pesquisa em AD continuar, provavelmente será um percurso para o sempre da linguagem. A autora se coloca, então, no movimento de aproximação e de reconhecimento de um campo teórico, recentemente descoberto por ela (mas já trilhado há algumas décadas pelos analistas de discurso).

Continuemos agora não na tarefa ambiciosa do começo de todas as coisas, das grandes continuidades do pensamento, das manifestações maciças e homogêneas do espírito, do realizar-se obstinado de uma ciência. Partiremos para a distinção apresentada por Nunes (2005) - a partir de autores da AD - entre compreensão e historicidade, conceitos que destacamos para a delimitação daquilo que é pertinente a este trabalho em relação àquilo de que começamos a nos afastar. Pretendemos formular algo que não seja o substituto de tudo antes postulado, mas que se coloque, assim como pretendem os teóricos da AD, no entre - entremeio - das disciplinas positivamente constituídas: “entre o espaço da lingüística (ciência positiva da linguagem) e o das ciências das formações sociais (ciências positivas da sociedade)” (ORLANDI, 2004: 42). Estar no entremeio<sup>5</sup> não significa trabalhar como fator de agregação entre dois elementos distintos, mas pretende-se justamente a irrupção das contradições entre dois espaços disciplinares: a lingüística e as ciências sociais.

Não negamos as análises dos autores já citados, mas nos empenhamos em um outro percurso: o percurso do discurso. Não pretendemos a resposta ao “o que é?” ou o alinhamento de fatos históricos em uma ordem crono-lógica, ou a ascendência pelos tempos holísticos. Pretendemos a temporalidade pela análise do funcionamento discursivo, onde a pergunta principal não é “o que é?”, mas, diante daquilo que aparenta ser uma verdade absoluta ou objetiva, dizer “e daí, como funciona e qual o efeito disso?”. Isso demanda perceber os deslocamentos e reterritorializações feitos pela AD.

---

<sup>5</sup> É impressionante como ler esta palavra “entremeio” em textos de teóricos da AD me fizeram pensar em questões pessoais que remetem às minhas posições de sujeito. No começo deste estudo, isso foi algo que me atraiu na AD como possibilidade de perceber o entremeio não como lugar vazio ou como um não-lugar vazio pelo desvio, mas como um lugar de fronteira que pode se transformar em lugar de descoberta.

Ainda nos mantendo na questão da temporalidade, consideremos o deslocamento que nos aponta Nunes (2004) entre as concepções de história e de historicidade no campo da AD. A primeira estaria ligada à forma da cronologia e da evolução. Já a segunda liga-se ao efeito de sentido: “a historicidade desloca a noção de história como conteúdo e como fonte unívoca de interpretação” (NUNES, 2005: 3). Para a AD, a história deixa de ser um pano de fundo, algo exterior. A história passou a ser concebida como constitutiva dos sentidos. São desconstruídas as ilusões de clareza e de certeza dos processos de significação. São desfeitas as cronologias estabelecidas. A historicidade nos obriga não a um trabalho empírico de verificação de dados, mas a uma análise dos modos de produzir sentidos. Não se está mais num espaço de “comprovação” onde imperaria uma interpretação única a partir de “dados objetivos”.

Com a AD – e isto que estamos chamando de historicidade – a relação passa a ser entendida como constitutiva. Desse modo, se se pode pensar uma temporalidade, essa é uma temporalidade interna, ou melhor, uma relação com a exterioridade, tal como ela se inscreve no próprio texto e não há algo lá fora, refletido nele. Não se parte da história para o texto – avatar da análise de conteúdo –, se parte do texto enquanto materialidade histórica (ORLANDI, 2004: 55).

Além do deslocamento história / historicidade feito pela AD, o conceito de compreensão, proposto por Orlandi (2004), nos permite avançar a discussão. Orlandi trabalha três conceitos: o inteligível, o interpretável e o compreensível. O primeiro remete ao sentido atomizado, à codificação. O interpretável leva ao contexto lingüístico (coesão). Já o último nos conduz aos sentidos considerando-se o processo de significação, o contexto. A compreensão leva-nos não à atribuição de sentidos, mas aos mecanismos pelos quais determinado processo de significação é mobilizado:

Praticar a compreensão na leitura é não somente levar em consideração uma ou outra interpretação, mas ter em vista os “conflitos” de interpretação. É atentar para os vários direcionamentos de sentido que funcionam em um mesmo espaço discursivo. Podemos mencionar aí as injunções à interpretação, os gestos de reprodução de sentidos, as coerções e os interditos, os controles da interpretação, a censura, e também as diversas formas de resistência à interpretação: as oposições e migrações de sentido, as desidentificações, as desconstruções interpretativas, enfim, os gestos que colocam em suspeição a estabilidade de uma interpretação (NUNES, 2005: 3-4).

Compreender é um gesto de interpretação teórico do analista e nos leva para além da relação direta com as instituições numa temporalidade cronológica. Por isso, que reafirmamos não nos interessar a linha evolutiva de mecanismos de memória - técnicas mnemônicas, escrita e tecnologias da comunicação, etc – ou a tipologia dos gêneros de narrativa – mítica, ficcional, científica, etc. Não se refuta a possibilidade de estudos da linguagem e da memória se dedicarem a essas duas linhas de trabalho. Mas os mecanismos aqui focados são aqueles pelos quais determinados processos de significação são mobilizados, os mecanismos que permitem os mais diversos funcionamentos discursivos. Por isso, não se perseguir a linha evolutiva ou a tipologia de gêneros, mas os efeitos de funcionamentos em temporalidades no discurso sempre constitutivamente atravessado por outros discursos.

Tomamos como ponto de partida a questão da temporalidade do/no discurso e começamos a evocar o fato de que a AD não trabalha com a temporalidade empírica, cronológica, mas com a temporalidade dos processos discursivos. Um discurso remete a outros discursos dispersos no tempo, ele pode simular um passado, reinterpretá-lo, projetá-lo para um futuro, fazendo emergir efeitos temporais de diversas ordens. Compreender a temporalidade significa atentar para as diferentes temporalidades inscritas no discurso, mostrando as relações entre elas e os efeitos de sentido que aí se produzem. Os trabalhos sobre discurso fundador, coordenados por E. Orlandi (1993), são um lugar produtivo para se observar diversas formas de temporalidade no discurso. Se o discurso não tem um começo assinalável, como se explicam os novos sentidos, como se dá a passagem do sem-sentido ao sentido (NUNES, 2005: 5)?

Encerramos este capítulo abandonando a epígrafe – que nos aponta o enunciado “no principio era” - na deriva dos sentidos. Com este capítulo, mostramos diversas concepções da temporalidade, tentando situar o lugar de que se fala aqui de memória: a temporalidade discursiva. Dessa forma, a temporalidade nos remete à discursividade, ou seja, a relação entre a linguagem e a historicidade. Vista como fato discursivo, a temporalidade não tem “origem cronológica, mas apresenta formas históricas de aparecimento específicas” (NUNES, 2005: 5).

No próximo capítulo, discutiremos como o questionamento sobre a significação (o que é para a linguagem humana ter ou fazer sentido?) se desdobrou em algumas tendências nas reflexões sobre a linguagem desde a Antiguidade. A partir daí é feita uma reflexão através do quadro teórico-metodológico da AD.

## II. QUADRO TEÓRICO PARA COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DISCURSIVOS

Iniciamos esta dissertação percorrendo, no primeiro capítulo, alguns deslizamentos do enunciado “no princípio era” como um pretexto para chegarmos às diferentes concepções de temporalidade e para destacarmos a perspectiva discursiva como o fio condutor desta análise. Descartamos para este trabalho a ambição de inserção nas grandes continuidades das unidades de conhecimento, situando um lugar para a análise teórica no entremeio entre a lingüística (ciência positiva da linguagem) e as ciências das formações sociais (ciências positivas da sociedade). Traçamos aquilo que chamamos a grande linha evolutiva e cronológica das técnicas ou das tecnologias para a memória, para em seguida descartá-la por não nos interessar a cronologia, as tipologias dos gêneros de narrativas e a defesa da idéia de evolução. Definimos como ponto de partida para a entrada no campo da AD o deslocamento da história, onde há a preocupação com a cronologia e com a evolução, para a historicidade, onde a tônica não é a comprovação – e nem a ordenação pela lei da causalidade – de fatos através de dados empíricos, mas a compreensão dos modos de produção de sentidos. Interessamo-nos, pois, pelo percurso teórico da compreensão. Muitas perguntas foram lançadas e permanecerão como questões conduzindo esta reflexão para além do percurso do mestrado. Outras serão interrompidas, sanadas, acrescidas na passagem deste e dos próximos capítulos, bem como até a passagem para a defesa deste texto.

Definir a perspectiva do discurso ou da discursividade como o foco não é suficiente para a análise que pretendemos aqui. É necessário delimitar como a dimensão da linguagem é trabalhada na AD pela via da discursividade e como este campo teórico se insere na perspectiva dos estudos da linguagem, levando-se em consideração que a linguagem e o discurso são alvo, há muito tempo, da reflexão da filosofia e da ciência. Antes de entrarmos propriamente no território da AD, vamos procurar identificar questões ligadas à forma como a significação foi tratada, desde a Antigüidade, nas reflexões da filosofia ocidental, influenciando uma série de estudos da linguagem até a contemporaneidade. Não há a ambição de aprofundamento na perspectiva filosófica, mas a percepção, de forma geral, de algumas tendências na forma de leitura dos processos de significação identificáveis não somente nos estudos da linguagem, mas também em nosso senso comum. Algo que nos

ajudará a situar o lugar da AD e a importância da memória e da linguagem para o percurso de compreensão através da temporalidade discursiva pelo analista de discurso, percurso que foca os funcionamentos discursivos ou os efeitos de sentidos.

Da Antigüidade aos dias de hoje, questões sobre a significação se deslocam, se ressignificam e se confrontam. O que é ter ou fazer sentido para a palavra humana? O que é para a linguagem significar? Há objetos do mundo à espera de uma representação, de uma descrição ou de uma nomeação pela linguagem? Os significados são acontecimentos mentais “à espera” de representação, de uma descrição ou de uma nomeação pela linguagem? Ou não se trata nem de uma coisa, nem de outra e a palavra é resultado de sua estabilização nos diversos contextos da situação concreta? As coisas transcendem ao homem a partir de uma essência fixa? O homem pode ser a sede de conhecimentos universalmente válidos? Como se dá a demarcação do verdadeiro em contraposição ao falso, ao fictício, ao imaginário, à mentira? Como se dá a demarcação do objetivo em contraposição ao não-objetivo ou ao subjetivo? Há diferenças entre a constituição de um objeto como se o criássemos no momento em que dele falamos e a constituição de um objeto anterior ao ato de fala que apenas o descreve ou o conta, como se o passado separasse o objeto e a palavra? É possível dizer o que não é? O que não é pode ter existência? A função da linguagem é informar sobre as coisas, sendo os nomes instrumentos do falar? O lugar da linguagem é de acesso ao real, ou este lugar marcaria justamente a impossibilidade desse acesso?

A tendência natural é acreditarmos que a linguagem representa, como uma forma de descrição ou uma forma de nomeação, algo que lhe é exterior: o real no mundo distinto da linguagem. Martins (2004: 442) identifica a hegemonia dessa perspectiva e descreve três tendências já manifestas desde a Antigüidade para se entender a significação:

Pois bem, podemos começar por dizer simplificadaamente que a Filosofia nos oferece três ângulos principais, sob os quais se entende que a linguagem humana significa quando: (i) identifica parcelas da realidade; (ii) representa acontecimentos mentais compartilhados entre falantes e ouvintes; e (iii) é usada ou vivenciada no fluxo das práticas e costumes de uma comunidade lingüística, histórica e culturalmente determinada. Por consequência abreviatória, denominamos esses pontos de vista, respectivamente, *realista*, *mentalista* e *pragmático* (grifos da autora).

Na compreensão realista do sentido, a linguagem teria a função maior de descrever ou representar o real. Na perspectiva mentalista, as palavras representam alguma coisa que tem lugar no interior do homem, o sentido seria de uma representação mental. No ponto de vista pragmático, teríamos a linguagem não como representação, mas antes o resultado da práxis, em uma situação concreta, correspondendo assim aos usos culturalmente determinados que fazemos das palavras. Os três modos de se compreender a linguagem elegeriam de forma alternada, como condição mais nuclear para o sentido, uma das três dimensões: o “real”, o “mental” e o “histórico-cultural”.

Os três pontos de vista – realismo, mentalismo e pragmatismo – poderiam ser reduzidos a dois, o essencialismo e o relativismo:

De um lado, teríamos uma compreensão das palavras como sucedâneas de entidades objetivas – essências, reais ou mentais, transcendentem em relação às experiências concretas e variáveis dos homens. Sob essa ótica, as línguas humanas seriam vistas em seu âmago como instrumentos de que dispomos para falar objetivamente sobre as coisas, como sistemas de *descrição e representação* de uma ordem externa universal. (...) Do outro lado, teríamos a linguagem não como um sistema de representação, mas antes como uma práxis circunstanciada pela cultura, pela história e por cada contato verbal (MARTINS, 2004: 469-470).

Nosso senso comum é, segundo Martins, em larga medida, influenciado pela filosofia grega, tendo em vista essas tendências. Isso se perceberia quando acreditamos intuitivamente que uma palavra, por exemplo, *telefone*, identificaria uma coleção de objetos do mundo. Outra forma de se identificar essa influência seria quando dizemos que não encontramos palavras certas para expressar nossas idéias, “caso em que tacitamente parecemos estar tomando os significados como acontecimentos mentais ‘à espera’ de representação na linguagem” (MARTINS, 2004: 443). Outra situação seria o reconhecimento da determinação histórica e cultural da significação.

Alguns dilemas são apresentados por Martins tendo em vista essas perspectivas. O primeiro deles seria a idéia de que teríamos objetos do mundo que seriam nomeados por itens verbais. Isso pareceria adequado para palavras como *telefone*, *mesa*, *cadeira* ou *pão*, mas seria problemático para outras como *fada*, *providência* ou *talvez*. A linguagem não seria, dessa forma, um mero duplo do real, com a correspondência biunívoca entre nomes e coisas. O contorno desse dilema poderia ser dado pela vertente mentalista quando se

concebe que os significados representariam entidades puramente mentais e assim não haveria obrigação de uma referência com o mundo real. A saída pragmática seria uma opção onde os significados não seriam vistos como ‘coisas’, reais ou mentais, mas como resultantes dos usos culturalmente determinados. A questão, nesse último caso, seria como explicar a palavra como sendo a

*mesma* em diferentes situações, em face de sua irredutível e em última instância não inventariável multiplicidade de usos. Se as palavras não se estabilizam pelo fato de vincular-se sistematicamente a uma entidade, real ou mental, então o que lhe garante estabilidade? Mais uma vez, não dá para simplificar. Sendo mais ou menos óbvio que não podemos deliberar sobre os usos das palavras individualmente, poderíamos talvez adotar uma espécie de visão “contratualista”, sugestiva de que os usos estão sujeitos, não à vontade individual, mas antes à deliberação comunitária – nossa língua seria como é porque assim o convencionamos, podendo portanto ser alterada, a todo momento, qualquer de suas “cláusulas contratuais”. Mas isso não satisfaz: afinal, nós herdamos a língua que falamos e, à parte tentativas esparsas e isoladas de “reformá-la”, em geral não podemos deliberar mais sobre ela comunitariamente do que individualmente – as regras das palavras parecem exercer sobre nós, ao contrário, um poder coercitivo (MARTINS, 2004: 444-445).

Variações desses dilemas e do “senso comum” - este último, como observa Martins, tendo sido forjado pela filosofia grega – estão presentes no pensamento moderno e contemporâneo nas obras de expoentes como Descartes, Locke, Arnauld e Lancelot, Frege e Russell. Há aí uma tensão epistemológica entre o essencialismo e o relativismo. Essa tensão é mais complexa que o esquema apresentado na forma de três tendências – realismo, mentalismo e pragmatismo – ou na redução das mesmas em essencialismo e em relativismo.

Ao apresentar esse esquema de tendências, Martins aponta que a perspectiva platônica-aristotélica<sup>6</sup> predominou no pensamento ocidental provocando a hegemonia da concepção essencialista da linguagem e do sentido. Tanto para Aristóteles, quanto para

---

<sup>6</sup> A orientação platônico-aristotélica seria o embrião da crença de que existem verdades universais perenes que prevalecem sobre os consensos voláteis dos homens. Para Platão, conforme leitura apresentada por Martins (*op. cit.*, 461), “a linguagem só pode ter como vocação representar a dimensão fixa e eterna das idéias. As palavras não teriam por vocação, pois, representar as coisas aparentes, variáveis e múltiplas por definição, mas antes as suas *essências*”. Aristóteles, também em leitura de Martins (*op. cit.*, 466), define “a perspectiva da linguagem a partir da qual as línguas humanas possam, a despeito de toda a sua aparente variabilidade, ser vistas como uma base estável para a articulação racional do pensamento, e como sistemas de representação racional do pensamento, e como sistemas de representação suficientemente objetivos para funcionar como meios confiáveis de comunicação”.

Platão, as palavras teriam “o propósito fundamental de representar objetivamente *nominata* extralingüísticos – essências universais e autônomas. A divergência básica entre os dois pensadores estaria no *locus* dessas essências: na alma, para Aristóteles; no real, para Platão” (MARTINS, 2004: 469). Sob esse movimento estaria a construção da idéia de racionalidade como a “confecção da linguagem em seu plano mais essencial” através do pensamento lógico, objetivo e universal sobre as coisas. Para ancorar o pensamento e garantir a sua universalidade, haveria um real autônomo, “um real que, por assim dizer, se ‘ofereceria’ de forma relativamente transparente ao exercício simbólico do intelecto, com resultados que seriam, por sua vez, representados de forma objetiva pelas diferentes línguas humanas” (MARTINS, 2004: 469).

A questão da exterioridade remete a reflexão sobre a linguagem ao problema da referência pelo fato de a palavra implicar relativamente *ao* mundo, *à* realidade. Ao tratar da forma como o referente foi posto em diversas reflexões teóricas sobre a linguagem, Ducrot (1984) descreve que o fim da palavra não reside em si mesma, mas está voltado para um exterior, pois o seu valor depende de uma realidade apresentada como independente dos discursos acerca dela produzidos. O referente teria um estatuto ambíguo:

não escapamos, pois, a esta exigência, segundo a qual a palavra tem de conter, como seu elemento constitutivo, uma alusão a uma exterioridade. Existem, é certo, (ou parecem existir) formas de arte que não são orientadas para um objeto distinto da própria obra de arte: pinturas não figurativas, que não visam representar o ausente, que não dirigem o olhar para um lugar outro; uma gestualidade que não é acção sobre qualquer coisa, nem imitação de qualquer coisa. Mas, desde que haja um acto de fala, um dizer, há uma orientação necessária para aquilo que não é dizer. É esta orientação que podemos chamar “referência”, chamando “referente” ao mundo ou objecto que ela pretende descrever ou transformar. (o referente de um discurso não é, assim, como por vezes se diz, a realidade mas sim a *sua* realidade, isto é, que o discurso escolhe ou institui como realidade) (DUCROT, 1984: 419).

Em sua reflexão, Ducrot afirma a relação de alteridade entre o discurso, aquilo que é dito, e o referente, algo exterior ao que se fala. O ponto central, como ressalta o teórico, estaria no fato de que o referente é exterior ao discurso e ao mesmo tempo é chamado por ele, ficando, portanto, inscrito nele. Os dilemas que fazem do referente ambíguo são ilustrados pelo teórico por algumas transformações semânticas entre elas a que, no final do século XVIII, está relacionada ao termo *objetivo*. A filosofia escolástica opunha *objetivus* a

*formalis*. Seria objetivo ou existiria objetivamente aquilo que se constituiria como uma idéia. Posteriormente, será posto em oposição *objectivus* a *idealis*. Objetivo passaria a designar aquilo que existe independente de qualquer conhecimento ou idéia:

Na medida em que o objecto é para a representação o que o referente é para o discurso, o movimento que, historicamente, afectou o primeiro termo é útil para a compreensão do segundo. O objecto que, para os escolásticos, é o *que* nós pensamos, torna-se, como dissemos, aquilo *em que* nós pensamos e não vê como poderíamos resistir a este deslizar, como poderíamos atribuir àquilo em que pensamos um traço específico, capaz de o tornar distinto daquilo que pensamos dele. É esta mesma indistinção que ameaça, no domínio do discurso, a oposição entre aquilo de que falamos (referente) e o que dizemos dele (DUCROT, 1984: 420).

Outros dilemas que atravessam o referente são ilustrados também por Ducrot a partir de exemplo retirado de peça de Pirandello que questiona quem é a Sr<sup>a</sup>. Ponzá, personagem que é o referente de dois discursos contraditórios, um do marido da personagem e outro da Sr<sup>a</sup>. Frola. O que é “em si mesma” a pessoa a que se referem os dois discursos? Ducrot (1984: 420) ressalta que Pirandello toca a questão central ligada ao referente: “se a palavra atribui a si própria o seu objeto, como conhecer esse objecto fora dessa palavra?” Para tentar eliminar a dúvida sobre quem seria a Sr<sup>a</sup>. Ponzá, a pergunta é feita à própria Sr<sup>a</sup>. Ponzá, que responde: “Para mim, sou aquela que crêem que sou”. Ducrot coloca que a exterioridade do referente estaria garantida pelo fato de haver um grande número de discursos que o visam.

A distinção entre sentido e referente é trazida por Ducrot como possibilidade de superação dos dilemas ligados à questão da referência. O teórico ressalta que a separação foi muitas vezes empregada como forma de demarcar aquilo que é interno ao discurso (realidade independente) e o que é externo ao discurso (por ele visado). Ducrot ilustra a oposição e a partir de três exemplos. O primeiro deles é a distinção, a partir do século XIII, entre *significatio* e *suppositio*. A *significatio* é definida como a relação entre uma palavra (realidade fônica, *vox*) e uma coisa (*res*). Haveria, por convenção, uma relação fônica com as coisas. A *suppositio* se liga de forma particular a cada ser humano, pela natureza humana. Nessa perspectiva, seria justamente a partir das propriedades lógicas da linguagem que o discurso seria posto em relação não a coisas, mas em relação a seres.

O segundo exemplo de distinção apresentado por Ducrot é entre *a suppositio* e a *significatio* que, por muito tempo, foi esquecida, sendo retomada na virada do século XIX pela lingüística e pela lógica de forma próxima ao que foi apresentado acima. No entanto, como se percebe em formulação teórica proposta por Frege, trabalha-se, nessa perspectiva, a relação de identidade entre enunciados como as expressões “2 + 2” e “3 + 1”. Ao trabalhar essas relações de identidade, a reflexão no campo da ciência, como ressalta Ducrot, aponta para o reconhecimento do conhecimento de algo para além das palavras e de seus referentes, o significado das expressões (*Sinn*):

Temos, pois, de introduzir, entre a expressão e a coisa que ela refere, o “sentido”, isto é, o “pensamento” ligado à expressão: é ele que é responsável pelo facto de a expressão designar a coisa. Sejam estes pensamentos operações matemáticas ou propriedades empíricas, são eles que permitem que as palavras visem objetos. E a ciência, quando constrói enunciados que combinam designações de objectos, tem em consideração os “pensamentos” mediante os quais os objetos são representados (tem em consideração *unicamente* estes “pensamentos” no caso de uma ciência *a priori*; baseia-se *parcialmente* neles, se se trata de uma investigação empírica) (DUCROT, 1984: 423).

A terceira ilustração é retirada por Ducrot do campo da lingüística e está ligada à teoria do signo, que é a associação de um significante e um significado, como está presente no Curso de Lingüística Geral, compilação de aulas ministradas por Ferdinand de Saussure e marco na fundação da teoria lingüística. O significante diz respeito à imagem acústica, enquanto o significado está relacionado ao conceito. O referente, como aponta Ducrot (1984: 423-424), aparece somente como

uma forma negativa, como entidade vazia, como algo com que o significado não deve ser confundido. No entanto, apesar deste modo indirecto de estar, ele é absolutamente necessário ao sistema: a teoria do signo como entidade dupla impõe a distinção entre dois níveis semânticos, um interno, parte do signo, e que podemos aproximar do *significatio* ou do *Sinn*, o outro, exterior, e que tem a ver com a *suppositio* e com a *Bedeutung*<sup>7</sup>.

As reflexões apresentadas por Martins e por Ducrot nos permitem identificar diferentes relações estabelecidas nas leituras teóricas da relação entre a linguagem e o pensamento e / ou a realidade. Percorrer algumas perspectivas e algumas questões ligadas à forma como a linguagem e o processo de significação foram (ou são) percebidos nessas diferentes leituras é importante para a

---

<sup>7</sup> *Bedeutung*, em alemão, significa as coisas designadas pelas expressões, os seus referentes (DUCROT: 1984).

compreensão de como a AD se aproxima ou se afasta desses estudos. Mas como é estabelecida a relação linguagem-pensamento-mundo na AD? Partiremos desse ponto para traçarmos o quadro teórico-metodológico que permeia este trabalho. Isso implica necessariamente situarmos quais as desterritorializações realizadas por essa teoria para se chegar à perspectiva da discursividade.

## 2.1 Análise de Discurso: o entremeio como lugar de análise

Na perspectiva da AD, não há uma relação direta do homem com mundo, com o pensamento e com a linguagem. Dessa forma, não há uma transparência da linguagem como uma cola direta entre as palavras e as coisas: “não há relação termo-a-termo entre as coisas e a linguagem. São ordens diferentes, a do mundo e da linguagem. Incompatíveis em suas naturezas próprias” (ORLANDI, 2004).

O discurso é a instância mediadora na relação mundo-pensamento-linguagem: “é no discurso que o homem produz a realidade com a qual ele está em relação” (ORLANDI, 2004: 39). Essa é uma diferença em relação às teorias nas quais a exterioridade marca a alteridade entre o que é dito (as palavras, ou o discurso, ou a linguagem, ou a fala, etc) e aquilo sobre o que se fala (um exterior lá fora que se reflete na linguagem, seja esse exterior o real, seja ele o pensamento).

Para a AD, a exterioridade é constitutiva da linguagem e essa marca é ponto importante no estabelecimento desse campo teórico nos anos 60, como uma disciplina do entremeio. Estar no entremeio é buscar as contradições do espaço *entre*, resultante do recorte - anterior à fundação da AD - onde se tem de um lado, a lingüística (com o conhecimento da linguagem) e, de outro, as ciências sociais (com o conhecimento da sociedade). Orlandi (2006: 14) ressalta que

Com efeito, a análise de discurso vai-se constituir como uma disciplina de entremeio. Fazendo-se na contradição dos três campos de saber - a lingüística, a psicanálise e o marxismo - ela terá um particular desenho disciplinar. A análise de discurso se faz entre a lingüística e as ciências sociais, interrogando a lingüística que pensa a linguagem mas exclui o que é histórico-social e interrogando as ciências sociais na medida em que estas não consideram a linguagem em sua materialidade. A análise de discurso vai colocar questões da lingüística para a lingüística assim como vai colocar questões das ciências sociais para as ciências sociais, interrogando-as, pois, no campo mesmo em que elas se constituem. Por seu lado, a análise de discurso não é uma resposta a essas questões. Ela vai mostrar que para respondê-las é necessário deslocar-se de terreno constituindo outra região teórica em que o sócio-histórico e o lingüístico

se relacionam de maneira constitutiva e não periférica. O que liga o dizer a sua exterioridade é constitutivo do dizer.

A lingüística se afirma no século XX com o projeto do conhecimento da linguagem, focando a língua enquanto um sistema de signos autônomo, uma convenção social. O seu fundador, Ferdinand de Saussure, realizou estudo descritivo da linguagem, de onde se destaca o corte saussureano com a separação entre *langue* (língua) e *parole* (fala). A *langue* representa a parte exterior ao homem, um sistema autônomo e abstrato que por ele não pode ser alterado. A *parole* é a manifestação momentânea e individual; essa parte é relegada inicialmente pelo estudo da lingüística. Há casamentos posteriores da lingüística, que buscaram a aproximação com o conhecimento da sociedade. A aproximação da lingüística em relação ao conhecimento sobre a sociedade – pela associação da lingüística à socio, à antro, à psico, à neuro, à etno - traz para as teorias da linguagem a preocupação com a situação de uso da linguagem no contexto histórico e social.

De acordo com Orlandi (1986), a partir da oposição entre a ordem interna da própria língua e o exterior extralingüístico, se delineiam duas tendências nos estudos da lingüística: o formalismo, onde há um percurso psíquico da linguagem pela relação entre linguagem e pensamento, e o sociologismo, onde há o percurso social que explora a relação entre linguagem e sociedade pelo múltiplo, pelo diverso e pelo variado.

A segunda metade do século XX será especialmente efervescente para o surgimento de novas abordagens científicas que questionavam ou pretendiam avançar o modelo estrutural-formalista. Há uma progressiva alteração no enfoque dos estudos da linguagem, que até então priorizavam as estruturas formais da língua. As novas propostas pretenderam a incorporação do que havia ficado em suspenso (o sujeito, a história e a sociedade) nos modelos formalistas e estruturalistas que se estenderam da segunda metade do século XIX até meados do século XX.

As novas abordagens passaram a associar discurso e sociedade procurando superar as dicotomias indivíduo / sociedade e estrutura / prática. O objeto discurso passou a ser o ponto de partida para a compreensão do uso que o sujeito / o indivíduo faz da língua na sociedade, sendo que não há uma única forma de se conceituar e de se analisar o discurso, mas uma pluralidade marcada pela complexidade do objeto.

É o advento do pragmatismo, com o sujeito praticando atos de fala ou práticas textuais, que tenta romper a dimensão do modelo estrutural-formalista e com a já citada tradição essencialista nos estudos da linguagem. Entretanto, uma crítica a esses estudos seria o fato de eles se limitarem ao contexto situacional de produção do discurso, ou seja, à situação concreta. Outra crítica é o fato de essas teorias perpetuarem algo que está na base da constituição, no século XIX, das ciências humanas: “a ilusão da transparência da linguagem e na do sujeito como origem” (ORLANDI, 1994: 33).

É no contexto de crise teórica e política dos anos 1960 que nasceu a Escola Francesa de Análise do Discurso. Segundo Gregolin (2005), a mudança para o discurso guarda relação com as crises sociais e políticas desse período. Há forte vinculação às questões políticas, sendo que a AD de vertente francesa pretendeu, inicialmente, a análise *do* discurso político – sobretudo os discursos políticos de esquerda (BRANDÃO, 2004: 16). Após a efervescência inicial, houve uma ampliação da proposta para abarcar outros tipos de discurso. A AD deixou de ser chamada de análise *do* discurso político, para ser análise *de* discurso – qualquer discurso – incorporando inclusive novas tipologias teórico-metodológicas. Entretanto, sua proposta inicial era a de uma teoria semântica de base materialista. Como descreve Mussalin (2004: 102), no começo, “o projeto da AD se inscreve num objetivo político, e a lingüística oferece meios para abordar a política”.

O recorte entre lingüística (ciência positiva da linguagem) e ciências das formações sociais (ciências positivas da sociedade), como critica Orlandi, nega a existência do objeto próprio da AD: o discurso. A AD não separa linguagem e sociedade na história. A abordagem que nos interessa, como já pontuamos no primeiro capítulo, se dá pela historicidade, ou seja, pela determinação histórica dos sentidos, “os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 1994: 33). Não se busca, dessa forma, uma exterioridade empírica (o lá fora) que se reflete no discurso, mas a exterioridade constitutiva que se reflete na textualidade. A AD desloca a dicotomia língua e fala (corte saussureano) para uma relação não dicotômica entre língua e discurso

A dicotomia saussureana entre língua e fala fazia com que se pudesse analisar a língua – enquanto um sistema com sua organização e funcionamento – mas tornava impossível a análise da fala, que se apresentava assim como a-sistemática e desorganizada. Ao deslocar, não dicotomizando, para a relação língua e discurso, o discurso desta vez é

sujeito à análise de seu funcionamento, contanto que atentemos para a relação do que é lingüístico com a exterioridade que o determina. No discurso temos o social e o histórico indissociados (ORLANDI, 2006: 14).

A perspectiva discursiva se insere na crítica ao conteudismo, que separa forma/conteúdo e que foca o conteúdo das palavras. No século XIX, como descreve Orlandi (1994: 33), “as ciências humanas se constituíram na ilusão da transparência da linguagem e na do sujeito como origem”. Em movimento anterior à consolidação das ciências humanas, há uma separação do relato científico e do relato ficcional. Nesse movimento, o relatório foi associado à ciência (verdade) e o relato à literatura (narrativa, imaginação). A organização disciplinar da ciência foi marcada por essa mudança pela ilusão de que se poderia atingir a transparência da linguagem com os “conteúdos” organizados na forma de conhecimentos disciplinares repetindo a ilusão do sujeito fonte da modernidade.

Dois pontos importantes para a AD podem ser delineados a partir da reflexão apresentada até o momento neste capítulo e no anterior. O primeiro é que há uma desconstrução da ilusão de sujeito como centro e fonte de seu dizer. Assujeitado a condições que permitem a produção do discurso, a ilusão de autonomia do sujeito resulta de mecanismos ideológicos, como veremos. O outro conceito é que, ao trabalhar a perspectiva da discursividade, o discurso torna-se um conceito central por se constituir nos efeitos de sentido em seu deslizamento que marca a temporalidade discursiva.

A perspectiva da compreensão é a da explicitação do modo como o discurso produz sentidos. Isso distancia a forma como a AD conceitua o discurso em relação às muitas abordagens teóricas nas quais o discurso se reduz à fala e ao texto, ou, no máximo, se estende à situação de produção dos mesmos. Para a AD, discurso é efeito de sentidos e resulta de trabalho teórico, o que está na base dos dois pontos ressaltados no primeiro capítulo onde se falou da temporalidade discursiva: a) o deslocamento da história para a historicidade; b) o percurso do analista do discurso pela compreensão.

Dessa forma, não buscamos o princípio ordenador de todas as coisas, ou o princípio a partir do qual todas as coisas significam, ou o lugar teórico que nos permita a ambição das grandes unidades de conhecimento. Na impossibilidade da transparência da linguagem, o analista do discurso se dedica ao trabalho teórico de percepção da forma: como funcionam

os deslizamentos de sentidos ou a dispersão dos sentidos no sujeito e no texto, como veremos mais adiante.

Antes de aprofundarmos na base conceitual deste trabalho, vamos apresentar o quadro teórico de referência da AD fundada por Michel Pêcheux e seu desdobramento na vertente brasileira. Três áreas do conhecimento determinam o quadro epistemológico:

- 1) materialismo histórico: teoria das formações sociais e de suas transformações, incluindo-se aí a teoria das ideologias;
- 2) lingüística: teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação;
- 3) teoria do discurso: teoria da determinação histórica dos processos semânticos (INDURSKY, 1997: 18).

A AD parte desse quadro e promove reterritorializações, ou seja, um deslocamento e ruptura em conceitos presentes na teoria do discurso e das formações sociais:

- 1) linguagem vista como instrumento de comunicação de informações;
- 2) sujeito como indivíduo (do modo como a sociologia e / ou a psicologia descrevem);
- 3) ideologia como ocultação ou máscara (que seria responsável pela perpetuação de uma classe sobre a outra, de acordo com uma certa leitura de Althusser);
- 4) sentido ligado às condições de verdade (conforme a semântica lógica sempre prescreveu) (MARIANI, 1998: 24).

Com a proposta de ser uma teoria semântica materialista, a AD traz do materialismo histórico a idéia das condições de produção e da ideologia. Entretanto, ao tratar das condições de produção, a AD, que inicialmente estava fortemente atravessada pelo movimento de releitura do marxismo que associou a ação do intelectual à prática política, promove o deslocamento do foco no sistema econômico-político, para o político, interessando a ela não somente a luta de classes no sistema capitalista. Por isso, a expressão “luta de classes”, que marca a teoria marxista, é deslocada, atualmente, pela AD para “luta de”, estando não somente ligada às contradições do sistema econômico-político, mas a toda relação de poder presente em qualquer prática discursiva. As condições de produção remetem às circunstâncias da enunciação e ao contexto sócio-histórico, ideológico.

Outro ponto que receberá nova significação será a ideologia. Descarta-se a perspectiva da ideologia pela via sociológica, onde o conceito representa visão de mundo, ocultação da realidade. Na AD, a ideologia é uma prática significante, onde sujeitos e sentidos se significam na interação social. É a ideologia que permite “a relação entre o

pensamento, a linguagem e o mundo. Ou, em outras palavras, reúne sujeito e sentido. Desse modo, o sujeito se constitui e o mundo se significa pela ideologia” (ORLANDI, 2003: 96).

Ao ressignificar o discurso como efeito de sentido, a AD desloca, como já referido, o par língua e fala para língua e discurso. Desloca-se de um sistema formal para um sistema simbólico. Pêcheux critica o esquema elementar da comunicação apontando para o fato de que o discurso não se reduz ao paradigma informacional da comunicação, que foca a transmissão de informações. Não se trata da relação linear de estímulo-resposta entre interlocutores. As palavras mudam de sentido de acordo com a posição ocupada por aqueles que as empregam e os sentidos encontram sujeitos a partir da ação do imaginário pela ideologia.

Da psicanálise, a AD retirará o conceito de inconsciente para a construção de uma teoria subjetiva da linguagem. As concepções de verdade e de sujeito onisciente são desconstruídas a partir da visão de que, no mecanismo de significação pela ideologia, o inconsciente é a instância que intervém permitindo o espaço da falha, da resistência e da revolta. A afirmação da intencionalidade do sujeito visto como origem do sentido, com total domínio do seu dizer e plena consciência de seus atos, a ilusão de unidade é, para a AD, um efeito de sentido, um efeito de linguagem. É a ação da ideologia que faz surgir o efeito de unidade, pelo apagamento do processo histórico-ideológico que inscreve o sujeito e o texto em formações discursivas.

A partir do conceito de inconsciente, recusa-se a idéia de sujeito centrado e fonte de seu dizer. Aí se concretiza, como ressalta Mussalim (2004), a ruptura epistemológica da noção do sujeito centrado cartesiano para a afirmação do descentramento do sujeito, sempre e necessariamente atravessado pelo Outro. Segundo Henry (1992: 176), há uma face invisível que comanda, via simbólico, a relação com o outro, uma relação intersubjetiva e não entre indivíduos: “a divisão do sujeito e do outro como sujeito está subordinada à divisão interna desse sujeito, a do Eu e do Outro, divisão que marca a dominação da linguagem enquanto relação do simbólico e que só pode ser reconhecida na fala”. Lacan chama O Outro com maiúscula como o lugar do inconsciente.

A impossibilidade do sujeito como uma entidade homogênea, marca, para Authier-Revuz (2004), a condição de sujeito dividido. Nem plural, nem desdobrado, nem

compartimentado, mas o sujeito clivado, cindido, fendido, efeito de linguagem. Efeito do deslizamento significante a significante, movido pelo desejo inconsciente, ou seja, necessariamente constituído nessa relação ao Outro. O deslizamento significante a significante, como descreve Ducrot (1984), passa por cima das relações de significantes a significados, fórmula do signo lingüístico.

Partindo do quadro epistemológico da AD, percebemos quais conceitos embasam a teoria, bem como as ressignificações pelas quais passam muitos deles. Mariani (1998) aponta que a AD “se apresenta como sendo uma teoria crítica da linguagem, constituindo uma disciplina que, por se situar no entremeio das ciências sociais humanas, encontra-se sempre reinvestigando os fundamentos de seu campo e conhecimento: as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito” (MARIANI, 1998: 23). Estudo apresentado por Pêcheux (1997), filósofo considerado um dos fundadores da vertente francesa nos anos 1960, subdivide o quadro teórico da AD em três épocas e apresenta alguns desdobramentos conceituais, como será descrito na seqüência.

Os primeiros estudos da AD focavam os discursos políticos mais estabilizados. A análise era feita por um método composto por etapas bem definidas. Com forte influência do desenvolvimento da informática e do estruturalismo, essa teoria via o processo discursivo como resultante de “máquinas estruturais discursivas”, cada uma delas sendo idêntica e fechada em si mesma: “o outro da alteridade “empírica” se reduzia ao mesmo, à repetição”, alcançável pelo jogo parafrástico a partir da frase.

A segunda fase será marcada pelo conceito, proposto por Michel Foucault, de formação discursiva (FD), dispositivo que expande a noção de “máquinas discursivas”. A alteridade será concebida no interior das FDs, cabendo ao analista descrever a dispersão entre elas. O discurso concebido com base nessa noção foucaultiana está ligado ao conjunto de enunciados no interior da mesma formação discursiva. Cada FD preserva uma identidade e a alteridade está circunscrita no interior de cada uma, já que elas são independentes entre si. Desponta aqui a noção de interdiscurso pela presença de um já-dito, um pré-construído que atravessa toda FD.

Jacqueline Authier-Revuz influenciará a terceira fase quando a análise por etapas e a idéia de estabilidade serão totalmente ultrapassadas. Com a proposição da heterogeneidade enunciativa, a alteridade não será mais compreendida como circunscrita no interior de uma FD, constituída de forma independente para depois ser posta em relação a uma outra FD. O que ocorre, ao contrário, é que as FDs se constituem umas em relação às outras. A noção de FD é reformulada com o reconhecimento, por Pêcheux (1990), da possibilidade de alteração de sentido na passagem de uma FD a outra. É no interior do interdiscurso que os discursos se encontram na relação com os outros discursos.

Na seqüência, serão apresentados a dimensão da discursividade e o dispositivo de análise que embasaram a análise dos dados.

## 2.2 Entre o mesmo e o diferente: a estabilização-desestabilização dos sentidos

O objeto dessa pesquisa é o discurso da imprensa e o discurso institucional não existe sem uma historicidade. Em cada época e grupo, repertórios de formas discursivas são traçados na comunicação sócio-histórica. A instituição resulta de longos processos em que práticas discursivas se legitimaram. A legitimidade, por sua vez, é construída através da linguagem, que gera normas e regras. Como demonstra Mariani (1999) em análise sobre o discurso jornalístico, a institucionalização organiza as direções dos sentidos e as formas de agir no todo social, bem como as adaptações às transformações históricas.

A historicidade é definida por Orlandi como o processo de discursivização. Não se confunde com os “conteúdos” da história, mas se constitui como o “acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele” (ORLANDI, 2003: 68). Há uma ligação entre historicidade e história, mas a relação não é de causa-e-efeito. É o trabalho ideológico que tece, ao longo do processo histórico, a legitimidade das práticas discursivas:

Redefinindo, assim, a ideologia discursivamente, podemos dizer que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. A ideologia, por sua vez, é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários. A ideologia não é, pois, ocultação mas função da relação necessária entre linguagem e o mundo (ORLANDI, 2004).

Os fios ideológicos inscrevem os sentidos na Memória Social. Ela produz o efeito imaginário de continuidade entre as épocas ou a coerência narrativa em determinado grupo social:

Entendemos por memória social (...) um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido ‘comum’ à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. Isto não quer dizer, porém, que o sentido predominante (anule) os demais ou que ele(s, todos) não possa(m) vir a se modificar. Muitas vezes os sentidos ‘esquecidos’ funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico (MARIANI, 1998: 34-35).

O trabalho ideológico de construção dos sentidos nas sociedades sinaliza, segundo Orlandi (2003), a existência:

- a) dos eixos da memória e da atualidade;
- b) dos processos de estabilização (paráfrase) e de ruptura (polissemia);
- c) do confronto entre o simbólico e o político.

Dois eixos são fundamentais para a realização de um discurso: o da memória e o da atualidade. A memória discursiva sustenta cada palavra através do “já-dito”, ou seja, daquilo que fala antes e em outra situação. Já a atualidade marca o contexto imediato, a situação em que é produzida cada enunciação. Como observa Orlandi (2003: 50), “o dizer tem história. Os sentidos não se esgotam no imediato”.

A confluência dos dois eixos - memória e atualidade - se dá no contexto sócio-histórico. Ocorre aí a tensão entre a paráfrase e a polissemia (ORLANDI, 2003). Os processos parafrásticos representam aquilo que se mantém, a estabilização e o retorno aos mesmos espaços do dizer. Ao contrário, a ruptura, o deslocamento e o diferente acontecem nos processos polissêmicos.

A linguagem se alimenta dos dois movimentos: estabilização e desestabilização. Por um lado, não há sentido sem repetição. Por outro lado, a fonte da linguagem está justamente na diferença de sentidos. Se eles não fossem múltiplos, não haveria necessidade de dizer. Além disso, para que haja a criatividade (ou ruptura), é preciso que o já-dito entre em conflito possibilitando outras direções.

O trabalho ideológico se dá no confronto entre o simbólico e o político. O simbólico é visto como o “efeito de imaginação”. A significação não está em um lugar preexistente,

como uma essência, mas resulta sempre da interpretação do mundo pela linguagem. Há uma relação com o imaginário que permite a projeção social no discurso, ou seja, quando falamos, por exemplo, do *mineiro*, falamos a partir das imagens acerca dele que se realizam e circulam no discurso: “por aí podemos refletir sobre o quanto nossas trocas de linguagem, nosso discurso, é en-formado pelo imaginário” (ORLANDI, 2006: 16).

A face política é a disputa pelo sentido que revela as relações de poder nas práticas discursivas. Essa disputa, como explica Pêcheux (1995), se dá no “complexo contraditório-desigual-sobreterminado das formações discursivas”, onde há um “trabalho de recobrimento-reprodução-reinscrição ou um trabalho politicamente e/ou cientificamente produtivo” pela hegemonia de determinado sentido.

Dissemos que a AD se destaca de outras teorias por, entre outros motivos, considerar o discurso, objeto teórico, como efeito de sentidos. Pêcheux define efeito de sentido como “relação de possibilidade de substituição de elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1995: 164). Isso nos permite dizer que o processo discursivo designa “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1995: 161). Como já dissemos, importa ao analista de discurso a passagem de um significante a outro e não a relação significante / significado que compõe o signo para a teoria lingüística. Busca-se o deslizamento próprio da constituição do sentido, a matéria significante que pode deslizar sempre, como demonstra o esquema abaixo:

Para a AD, trata-se do efeito de sentido

**Significante → Significante**

**Deslizar sempre na(s) FD(s)**

### 2.3 Linguagem: “lugar de descoberta” da Memória Social

A partir da discursividade, abre-se uma possibilidade de análise da linguagem como “lugar de discurso”, “lugar de descoberta” da Memória Social (ORLANDI, 2003). Estendendo a observação de Orlandi, lugares de descoberta das Memórias Sociais. Esses lugares permitem tocar no caráter aberto do discurso, pela possibilidade de novas

significações pela relação de deslizamento entre significantes, pela eterna deriva dos sentidos. Como já ressaltado no primeiro capítulo, pode-se aproximar o conceito “lugar de memória” de Nora da concepção de Orlandi de “lugar da memória discursiva” - ou os lugares das memórias discursivas - onde se materializa o mecanismo de significação na linguagem, pela ideologia, onde se percebe o caráter aberto da linguagem.

Para entender o uso das expressões “lugar de discurso”, “lugar de descoberta” é preciso clarear o conceito interdiscurso. Seu significado é “conjunto de formulações já feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2003). Ele está ligado à memória e ao Outro, à permanência e à transformação dos sentidos. É importante ressaltar que existe uma diferença entre a memória institucionalizada, o espaço físico e concreto do arquivo, e a memória constitutiva, o já-dito de todo discurso.

O interdiscurso, também chamado de memória discursiva, sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas - mas esquecidas - que vão construindo uma história de sentidos. O papel do analista está justamente aí na constituição de um “dispositivo de interpretação”, de um “lugar de interpretação”, que tem como característica:

colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2003: 59).

Pêcheux (1995: 162) chama de interdiscurso o “todo complexo com dominante” das formações discursivas: “ ‘algo fala’ (*ça parle*) ‘antes, em outro lugar e independentemente’, isto é, sob a dominação do complexo da formações discursivas”. Há dois pontos que Pêcheux destaca na estrutura do interdiscurso: o “encadeamento do pré-construído”, importante para o estudo da memória, e “os efeitos sustentação” (efeitos de articulação).

O primeiro diz respeito àquilo sempre-já-aí como uma “realidade”, como uma forma do “mundo das coisas”, sob as evidências do contexto situacional. Pêcheux (1995: 99), citando Henry, diz que o “pré-construído” designa “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado”. Os efeitos de articulação-sustentação, por sua vez, representam a volta do discurso sobre si mesmo no fio intradiscursivo, como um retorno do saber no pensamento.

A retomada, pelo sujeito do discurso, desses elementos do interdiscurso (pelo pré-construído e pelos efeitos de articulação-sustentação) será responsável pela identificação do sujeito com a formação discursiva. Orlandi, citada por Ferreira (2001: 20), “diz que o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória que se manifestará de diferentes formas em discursos distintos”. Daí resulta a forma-sujeito (sujeito universal, sujeito do saber, sujeito histórico) responsável pela ilusão de unidade do sujeito:

O sujeito moderno é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado pela exterioridade e determinador do que diz: essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de sua vontade, não só dos outros mas até de si mesmo, bastando para isso ter poder ou consciência. Essa é a sua ilusão. O que chamamos ilusão subjetiva do sujeito e que se acompanha da ilusão referencial (sobre a evidência do sentido) (ORLANDI, 2006: 20-21).

Apesar do espaço do interdiscurso, a ilusão de origem de sentido faz crer, entretanto, que se fala a partir de uma vontade imediata ou de um lugar neutro. Isso ocorre pois ao mesmo tempo em que a ideologia permite uma interpretação emergir, ela apaga o mecanismo que insere os sujeitos nas práticas histórico-discursivas de construção da significação. Interpreta-se e, ao mesmo tempo, nega-se a interpretação (ORLANDI, 2003).

O sujeito é interpelado pela ideologia, podendo falar a partir de determinadas posições. Não se pode falar qualquer coisa em qualquer posição, pois toda sociedade constrói seus procedimentos de controle e de delimitação dos discursos (FOUCAULT, 2004). É através da ideologia que se dá o processo de identificação entre o sujeito e o sentido na formação discursiva.

#### 2.4 Construindo um dispositivo de análise

Para a análise da discursividade, é preciso a construção de um dispositivo que leve em consideração a espessura lingüística e histórica do objeto em análise. O conceito de efeito metafórico é fundamental para o que Orlandi (2004) chama de passagem do funcionamento da língua para o funcionamento do discurso. Efeito metafórico é definido por Pêcheux, citado por Orlandi (2004: 80), como “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, lembrando que esse “deslizamento de sentido” entre  $x$  e  $y$  é constitutivo do sentido designado por  $x$  e  $y$ ”.

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, sendo a metáfora justamente o que permite essa transferência entre o mesmo e o diferente: “o mesmo já é produção da história, já é parte do efeito metafórico. A historicidade está aí representada justamente pelos deslizes (paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas” (ORLANDI, 2004: 81). Alguns dispositivos de análise permitem a identificação na superfície lingüística desses deslocamentos através das marcas de polissemia, dos operadores que tentam controlar a língua (por exemplo, “quer dizer”, “melhor dizendo”, etc.); dos processos de apagamento, entre outros.

Três conceitos são importantes para compreendermos os processos de substituição contextual: formação discursiva, formação imaginária e formação ideológica. A formação ideológica (FI) é “o conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras” (FERREIRA, 2001: 16).

A formação ideológica é fruto do trabalho da ideologia que tem como função “produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”; de natureza simbólica, resulta do efeito imaginário da refração entre mundo e linguagem. É necessário também considerar a relação entre ideologia e “efeito metafórico”, já que este está na base da constituição dos sentidos e dos sujeitos: “os indivíduos são interpelados (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995: 161).

A FI, em uma situação de enunciação, se manifesta no discurso a partir da formação discursiva (FD). A FD é o lugar da constituição do sentido (sua “matriz”): “isso equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas” (PÊCHEUX, 1995: 161). As FD permitem estabelecer as regularidades do discurso, elas são aquilo que num determinado discurso permite o que pode e deve ser dito. A FD é definida tendo como base o interdiscurso, apesar de dissimulá-lo: “o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal.” (PÊCHEUX, 1995: 162).

O conceito foucaultiano de FD, como aponta Ferreira (2001), foi reformulado, sendo associado ao conceito de formação imaginária (Fi). A Fi é o jogo de imagens que resulta de projeções, ou seja, é o mecanismo imaginário em que o discurso aponta para os outros discursos que o antecedem e para “dizeres futuros”:

Na antecipação, o emissor projeta uma representação imaginária do receptor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força do discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados. As formações imaginárias, enquanto mecanismos de funcionamento discursivo, não dizem respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções (FERREIRA, 2001: 16).

Para Orlandi (2003: 59), é na relação com a interpretação que se descobre que todo enunciado é descritível com “uma série de pontos de deriva (...) Ele é sempre suscetível de ser / tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na constituição dos sentidos e na constituição dos sujeitos”. Para Pêcheux, citado por Orlandi (2003: 59), é na “relação com o outro que se estabelece a ligação com as ‘filiações históricas’ para organização das memórias e das relações sociais em redes de significantes”.

Se todo discurso é marcado pela dispersão do texto, pela dispersão do sujeito, há também um movimento contrário de representação de unidade, de permanência de uma representação. Assim, Orlandi propõe três etapas de análise para a desconstrução da ilusão de unidade do texto e do sujeito, para se chegar à dispersão dos sentidos no processo discursivo que os atravessa.

Orlandi apresenta uma proposta teórico-metodológica de delimitação do *corpus* e de interpretação dos dados. O percurso de análise está demonstrado esquematicamente abaixo:

<b>1ª Etapa: Passagem da</b>	<b>Superfície lingüística</b>	<b>Texto</b>
	<b>para o</b>	<b>(discurso)</b>
<b>2ª Etapa: Passagem do</b>	<b>Objeto discursivo</b>	<b>Formação Discursiva</b>
	<b>para o</b>	
<b>3ª Etapa:</b>	<b>Processo Discursivo</b>	<b>Formação Ideológica</b>

(ORLANDI, 2003: 77)

O objetivo dessas etapas, segundo Orlandi, é desnaturalizar “a relação palavra-coisa” de literalidade dos sentidos e transparência da linguagem. A partir da superfície lingüística e tendo o texto como o objeto empírico, procuram-se as regularidades como forma de se atingir as formações discursivas e o processo discursivo (a dispersão do sujeito e do texto) resultantes do trabalho da ideologia no texto. Percorre-se assim a textualização do discurso que remete o texto (objeto empírico, unidade de análise do discurso) à sua natureza lingüístico-histórica, à sua heterogeneidade: “quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia etc); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição, etc); quanto às posições dos sujeitos” (ORLANDI, 2003: 70).

O dispositivo permite perceber que o texto é lugar de representação da linguagem (“som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho”), mas também é espaço significante (“lugar do jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade”). Segundo Orlandi (1988), o discurso representa a dispersão de texto e o texto representa uma dispersão do sujeito. Esse deslizamento, ligado à dispersão do sujeito e do texto, é identificável na superfície lingüística, ou seja, nas palavras que “mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. As palavras tiram seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, GUIMARÃES, 1988: 58).

Como a análise que se pretende aqui tem como objeto a memória social e a linguagem, podemos considerar que qualquer dispositivo de análise deve nos levar ao modo como a memória é mobilizada nos processos discursivos, permitindo a estabilização ou a desestabilização dos sentidos. Achard (1999) ressalta os processos de regularização que permitem o reenquadramento do passado no discurso face aos novos contextos de uso das unidades contidas nas palavras. A memória não seria, para o autor, somente mera repetição, mas uma regularização que “se situaria em uma oscilação entre o histórico e o lingüístico, na suspensão em vista de um jogo de força de fechamento que o ator social ou o analista vem exercer sobre discursos em circulação” (ACHARD, 1999: 16).

O jogo considerado por Achard é o de força simbólica no reconhecimento, por um lado, do mesmo e da repetição e, por outro lado, do deslocamento, da comparação e das

relações contextuais. Isso não se daria pela via do estabelecimento da regra, mas pelas paráfrases, derivações possíveis, pelas séries. “a memória não restitui frases escutadas no passado mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase. Estas considerações deslocam o estatuto do que é provável historicamente, porque a operação de retomada se localiza nesse nível” (ACHARD, 1999: 16)

Com esse deslocamento de que fala Achard, retomamos o que apresentamos no primeiro capítulo sobre o deslocamento da história para a historicidade, com o objetivo de se trabalhar com a perspectiva da temporalidade discursiva, marcada pela abertura da linguagem e, portanto, pela eterna possibilidade da deriva dos sentidos. Assim, fechamos este capítulo retomando Pêcheux. O filósofo ressalta o caráter aberto da memória, que, assim como a linguagem, não pode ser considerada como uma instância de completude, mas pelo seu caráter de deriva marcado pela historicidade e pela exterioridade:

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessário um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior (PÊCHEUX, 1999: 56).

Qualquer dispositivo teórico, portanto, não deve procurar um sentido fixo e fechado. Por isso, no primeiro capítulo descartamos qualquer tentativa de análise da relação entre a linguagem e a memória que procurasse responder ao “o que é?”. Qualquer dispositivo de análise deve deslocar essa pergunta para “como funciona?” com o objetivo de encontrar não o sentido, mas a deriva de sentidos.

No próximo capítulo, continuamos a discussão sobre os dispositivos de análise procurando entender como se dá o encontro entre a memória e a atuação dos sentidos. Apresentamos ainda questões ligadas às condições de produção dos discursos em análise.

### III. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: CONFRONTO DE FORÇAS NA CONJUNTURA IDEOLÓGICA

Nos capítulos anteriores, percorremos várias teorias para chegarmos à perspectiva em que a memória e a linguagem embasam a análise neste trabalho. Ao traçarmos o quadro teórico-metodológico desta análise, trouxemos questões da filosofia e de diversas teorias das ciências humanas e sociais para, a partir das desconstruções de alguns percursos teóricos, entender o quadro epistemológico, as desterritorializações e os conceitos pertinentes à AD. Chegamos à incompletude da linguagem e à concepção de memória não como um recipiente de onde se retiram enunciados prontos e fechados do passado para a comprovação empírica de algum fato histórico. Chegamos à abertura da linguagem que, por sua exterioridade constitutiva, segue o curso estabilização – desestabilização, sendo a memória um ponto de sustentação no percurso dos sentidos entre o mesmo e o diferente.

A construção do dispositivo de análise é um trabalho para a compreensão da temporalidade do discurso, ou seja, pela percepção da dispersão do sujeito e do texto focando os efeitos metafóricos. Pêcheux (2002: 53) mostra que o trabalho da AD deve colocar o “fato lingüístico do equívoco como fato estrutural” como algo implicado pelo simbólico:

Todo enunciado é intrinsecamente exposto ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

Pêcheux (2002: 54) destaca ainda que é porque há um *outro* nas sociedades e na história, que é possível “ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes”. O discurso-outro torna-se, dessa forma, como ressalta Pêcheux, a condição de leitura de qualquer enunciado ou seqüência. Não há um produto de uma aprendizagem, mas a inscrição em uma rede de filiações, onde podemos ver o “outro como lei do espaço

social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico” (PECHEUX, 2002: 55). O trabalho de compreensão do analista de discurso implica perceber a “desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos”.

A proposta pecheutiana implica a compreensão do discurso “como estrutura e como acontecimento”. O primeiro caso remeteria ao projeto de um saber como reservas de conhecimento acumuladas, em que seria possível uma “estrutura homogênea, a idéia de uma possível ciência da estrutura do real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação” (PÊCHEUX, 2002: 35). Esse é o espaço das significações estabilizadas e normatizadas, resultantes das descrições que negam a eterna injunção à interpretação. Nesse caso, o real sócio-histórico seria visto como um sistema estrutural. No segundo caso, o do acontecimento, há um encontro do contexto da atualidade e o espaço da memória que ele evoca. Nesse caso, não haveria como negar o eterno deslizar pela interpretação, como observa Pêcheux (2002: 28): “a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas”.

É a partir da visão de que há uma possibilidade de “desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos” sócio-históricos de filiação de sentidos que realizamos esta pesquisa sobre o movimento das Diretas Já. Esse movimento social reivindicou a volta das eleições diretas para presidente no Brasil durante a ditadura militar nos anos 1980. No começo dessa trajetória, já sabíamos que trabalharíamos o tema a partir do discurso jornalístico. O interesse foi despertado pela trajetória da responsável pela pesquisa que, no momento em que iniciou o mestrado, possuía experiência em pesquisa acadêmica ligada a esse tema, bem como havia atuado como jornalista, tendo focado, ao longo de sua trajetória, a relação entre comunicação e política.

Mas o que foi o movimento das Diretas Já? Diante desta pergunta poderíamos iniciar uma descrição do fato, numa análise histórica das causas e dos efeitos. Desde o princípio, antes mesmo da decisão de se trabalhar tendo como referencial teórico-metodológico a AD, decidimos que não nos interessava um relato histórico (ou pela via da sociologia, da ciência política, da comunicação, etc.), sobre o movimento. Entretanto, essas áreas, bem como

outras (filosofia, lingüística, etc.), foram importantes para a compreensão das condições de produção dos discursos em análise.

Diante do nosso ímpeto de entendimento pelo caminho da historização, poderíamos rapidamente responder à pergunta “o que é (foi)?” procurando uma explicação que apontasse as causas e os efeitos. A partir daí, poderíamos dizer que o movimento foi uma campanha encabeçada por partidos de esquerda e por entidades civis em prol da volta às eleições diretas para presidente no Brasil. O movimento teve início em maio de 1983, quando o então presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e o então presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, resolveram realizar a campanha. A mobilização da sociedade se deu através de comícios, sendo que o primeiro evento ocorreu no mês seguinte, em Goiânia. Esse foi o primeiro de uma série de comícios realizados em todo país até a votação da emenda Dante de Oliveira, em abril de 1984.

Essa resposta pode nos situar historicamente. A essa descrição curta poderíamos ajuntar uma série de detalhes como bem o fazem bons estudos e memórias, entre os quais destacamos os realizados por Rodrigues (2003) e por Leonelli, Oliveira (2004). Esses autores foram importantes para este trabalho, mas desejávamos compreender a relação entre a memória e linguagem tendo como referencial a AD.

Mas essa foi uma relação que somente começou a ser delineada quando passamos do tema para a construção do *corpus* de análise e deste para os sucessivos recortes. A definição do *corpus* foi marcada, inicialmente, por empecilhos que dificultaram o acesso aos arquivos: a greve na Biblioteca Nacional, a taxa cobrada para acesso a arquivos de empresas jornalísticas e a heterogeneidade dos materiais (televisão e jornal impresso) pretendidos. Tendo em vista as dificuldades encontradas e a própria compreensão da dimensão da temporalidade discursiva, optou-se por trabalhar com um *corpus* heterogêneo assim constituído:

a) Livro-**reportagem** *Explode um novo Brasil. Diário de Campanha das Diretas* (1984) escrito pelo jornalista Ricardo Kotscho. A publicação resultou da cobertura realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo* da Campanha das Diretas.

b) **Caderno-reportagem** *20 anos sem Tancredo*, publicado pelo jornal mineiro *O tempo* em 21 de abril de 2005, data de comemoração da morte do presidente eleito ao final do regime militar.

Acreditava-se, inicialmente, que o lapso de tempo que separa a data de publicação dos dois materiais em análise seria fundamental para a verificação da dispersão dos sentidos. Entretanto, sabe-se agora que a dispersão dos sentidos não é questão do tempo cronológico (como se a dispersão dos sentidos fosse uma questão de evolução dos mesmos). A dispersão resulta do trabalho da ideologia que permite a identificação do sujeito com as formações discursivas. Não se trabalha com o texto como uma unidade fechada com um princípio, um meio e um fim. Não se nega que haja um princípio, um meio e um fim, mas a materialidade discursiva não é determinada por essa dimensão empírica. Essa materialidade resulta do trabalho dos sentidos no texto, sendo que, como já foi dito no capítulo anterior, o discurso representa a dispersão do texto e o texto representa uma dispersão do sujeito. Assim, o *outro*, de que nos fala Pêcheux, obrigatoriamente nos remete à dimensão da historicidade e obriga o analista de discurso a dois trabalhos para chegar ao processo discursivo: o recorte e a extrapolação dos limites do começo, do meio e do fim do objeto empírico. Esses limites devem ser necessariamente ultrapassados pelo analista. Isso não significa, entretanto, que o analista deva procurar uma exterioridade fora do discurso que se projete no texto para dotar-lhe de sentido. A exterioridade, lembramos, é constitutiva.

Pêcheux, citado por Orlandi (2006: 15), descreve o processo de antecipação que se assenta no imaginário e no jogo das chamadas formações imaginárias que presidem todo discurso: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor e a imagem que ele faz do objeto do discurso. O teórico apresenta um esquema, onde I é a imagem, a é o locutor, b o interlocutor e r o objeto (referente) do discurso:

Ia (a)	Ia(b)	Ia(r)
Ib(b)	Ib(a)	Ib(r)

Essa percepção da linguagem como objeto simbólico é fundamental para entendermos a projeção social no discurso. Além do processo de antecipação, Orlandi ressalta serem também importantes as “relações de sentidos. Segundo as relações de sentidos, podemos dizer que o que dizemos tem relação com outros dizeres e que isso faz parte dos efeitos de sentidos de nosso dizer. Todo discurso é portanto aberto em suas relações de sentidos” (ORLANDI, 2006: 16).

Mas o que é o discurso tendo em vista o *corpus* analisado? Colocar essa pergunta nos remete ao fato de que não nos interessa mais pensar a linguagem, o discurso, em sua forma ou em seu conteúdo, mas em seu funcionamento. Não estávamos interessados na estrutura do discurso jornalístico ou na resposta à pergunta “o que é?” o movimento das Diretas Já. Estávamos em busca da materialidade discursiva, ou seja, do funcionamento discursivo tendo em vista as suas regularidades.

Foram feitos recortes de seqüências discursivas tendo em vista três categorias identificadas no *corpus*: o enunciado “Brasil, país do futuro” e os termos “Nação” e “herói”. Os recortes de seqüências discursivas continham essas marcas, seja pelas substituições, seja pelos apagamentos resultantes do emprego ou das ausências desses termos. Então, analisamos como o emprego e a ausência dessas regularidades mobilizavam o imaginário sobre o Brasil e sobre o brasileiro. A partir dessas três marcas, procuramos a inscrição do dizer na articulação das diferentes formações discursivas, estando a metáfora (entendida como transferência) na base de constituição dos sentidos e dos sujeitos.

Destacar essas marcas fez parte do processo que é chamado por Orlandi (2006) de de-superficialização e des-sintagmatização do material bruto lingüístico. Desse procedimento resultou o objeto discursivo, aquilo que permitiu chegar, pelo percurso da compreensão, ao funcionamento discursivo. Dessa forma, a questão apresentada logo acima (“mas o que é o discurso tendo em vista o *corpus* analisado?”) foi deslocada para “qual o funcionamento do objeto discursivo?”, já que o discurso é efeito de sentidos.

No processo de de-superficialização e de des-sintagmatização, foi necessário compreender algumas questões ligadas às condições de produção do discurso em análise. Orlandi (2006) explica que as condições de produção incluem os sujeitos, a situação e as relações de força. Os primeiros não são sujeitos empíricos, mas a projeção do sujeito no discurso provocada pelos mecanismos já apresentados acima nesse capítulo: de antecipação das relações de sentidos. A situação diz respeito tanto ao contexto sócio-histórico, quanto às circunstâncias imediatas da enunciação. As relações de força dizem respeito ao lugar social do qual falamos que “marca a força da locução que este lugar representa”. Dessa forma, qualquer tomada de posição do sujeito traz em si a representação de um lugar nas relações de força.

Os recortes do enunciado “Brasil, país do futuro” e das marcas “Nação” e “herói” levaram a algumas reflexões para a compreensão das condições de produção dos discursos em análise. Trataremos a seguir de algumas dessas questões que julgamos importantes para análise do *corpus*, que será apresentada nos dois próximos capítulos.

Como trabalhamos com o discurso da imprensa brasileira, buscamos informações sobre a história e o processo de discursivização dessa instituição. Tendo em vista o tema da nossa pesquisa, procuramos ainda estabelecer relações entre a imprensa e a política no Brasil. Procuramos também situar os jornais responsáveis pelas publicações em análise no contexto da política e do setor de comunicação brasileiros.

Não desejamos aqui um estudo pela perspectiva da história ou da sociologia, mas quando iniciamos as primeiras leituras do *corpus* e de estudos sobre a história política do Brasil, percebemos algumas tensões que permeiam as relações de força no momento da Campanha das Diretas Já. Mapeamos algumas dessas tensões que se mostram no período de abertura política no Brasil, nos anos 1980.

Ao definir as regularidades - o enunciado “Brasil, país do futuro” e as categorias Nação e Herói -, percebemos que a unidade textual era construída mobilizando o imaginário da política da conciliação, que está ligada à superação dos momentos de transição e das contradições que impedem a unidade nacional no Brasil. A política da conciliação está associada ao movimento de criação de uma idéia de Nação brasileira e ao mito da mineiridade.

A partir dessas reflexões, reunimos elementos para pensar o funcionamento discursivo em relação às suas condições de produção, ligando o discurso à sua exterioridade constitutiva. Não estamos, dessa forma, procurando uma explicação para uma realidade exterior ao discurso que se projeta nele, mas explicitando um processo constitutivo ao próprio discurso, o mecanismo mesmo de produção de sentidos.

### 3.1 O poder de poder dizer

Para compreensão do processo de discursivização da imprensa, é preciso perceber que o trabalho ideológico de construção dos sentidos por essa instituição nas sociedades ocidentais implica, de acordo com Mariani (1998), o reconhecimento:

- a) da ilusão de neutralidade *versus* a interpretação presente em toda representação do mundo;
- b) dos procedimentos de controle do dizer da sociedade jurídica ocidental;
- c) da dicotomia Bem / Mal da moral ocidental cristã.

O jornalista projeta para si “a imagem de observador imparcial” ao “narrar / descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor” (MARIANI, 1998: 60). Assim, a imprensa acaba por destacar-se como uma modalidade neutra de *discurso sobre* o mundo. O mito da comunicação, que se desdobra no mito da objetividade jornalística, resulta da ilusão de que na situação de interlocução seja possível a troca de palavras com sentido único, sendo o objetivo único de comunicar que:

A aparência de unidade da língua esconde o intervalo da não-comunicação (Pêcheux, 1988). O mito da comunicação necessária e transparente, cujo suporte é uma língua única e homogênea, apaga a dimensão simbólica da atividade de linguagem (MARIANI, 1998: 16)

Em análise sobre o processo de constituição do mito da objetividade jornalística, Ribeiro (1995: 25) afirma que:

Se, antes, o jornalismo havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica de idéias, das críticas mundanas e da produção literária, agora, ele passa a ser “espelho” da realidade. Vistos como emergindo naturalmente do mundo real, os acontecimentos, concebidos como notícia, passam a ser a unidade básica de construção dos jornais. O jornalista é definido, nesse contexto, como um puro mediador, como um observador neutro, desinteressado.

Justifica-se normalmente a legitimidade da instituição jornalística pela isenção baseada na separação entre informação e opinião. Outro fator importante é a possibilidade de controle interno e externo - sendo este último realizado pelo Estado e pelo sistema jurídico. Entretanto, percorrer o processo histórico em que o discurso desta instituição se institucionalizou permite desnaturalizar o mito da informação jornalística.

As leis de censura serão responsáveis pela formação das imagens da imprensa do século XV ao XIX. Esse é o período de consolidação das bases do Estado moderno que, a princípio, tinha forte ligação com a Igreja e, aos poucos, vai se desvencilhando desses laços. Passando pelo controle religioso e depois pelo controle jurídico, a liberdade para a escrita

chegou a uma legislação própria sobre o “poder de poder dizer algo”. A possibilidade de comunicar e de informar afastou-se da opinião e do dizer sem limites. O “poder de poder dizer algo” ficou ligado à censura.

O discurso jurídico estabeleceu regras e punições aos envolvidos na prática jornalística. A lei de imprensa ao mesmo tempo em que instituiu a atividade jornalística, também regulou a liberdade que a fundamenta. O discurso de neutralidade técnica da imprensa resultou de um longo processo histórico de assujeitamento às exigências do poder religioso, político e jurídico que, segundo Mariani, tem o “intuito de preservar o *status quo* de uma elite dominante”.

A primeira lei de imprensa de Portugal (1821) - depois copiada pelo Brasil - descrevia quatro tipos de abusos ou delitos cometidos pela imprensa: “contra a religião católica romana”, “contra o Estado”, “contra os bons costumes” e “contra os particulares”. Nesse período, os jornais deveriam defender o cristianismo, o Estado, os bons costumes e as propriedades. Não caberia somente à Igreja vigiar e punir, mas a qualquer cidadão “tornando-se natural vigiar tudo o que fosse dito / escrito contra a Igreja, o Estado, a Moral e a Propriedade” (MARIANI, 1999: 57).

No século XIX, a imprensa já havia se institucionalizado a partir de um discurso jurídico. Um processo que fez do jornal um lugar de afirmação da imagem do sujeito ocidental. Ao serem limitadas as condições da comunicação e da informação, foi regulamentada a textualização dos acontecimentos. A limitação do “poder de poder dizer” visou ao impedimento de se ferir “as bases do imaginário ocidental cristão”. A imprensa esquece que se discursivizou a partir desse processo:

O discurso jornalístico está permanentemente evocando um modelo imaginário de sociedade e de sujeito de direito (...) contrapondo-se a qualquer acontecimento que possa desestabilizar tal modelo. Assim, se na instituição jornalística, em função de sua constituição histórica, se espelha a imagem do sujeito de direito, ou melhor, um compromisso com a defesa do Bem, é de se esperar que se encontre a impossibilidade de uma absorção do outro (MARIANI, 1998: 85).

A dicotomia Bem / Mal vai ao encontro da moral ocidental cristã. A filiação a essa moralidade é o Bem, o mesmo. O outro, o diferente, representa o Mal, a imagem de qualquer possível ameaça: à Igreja, ao Estado, à moral e à propriedade. O trabalho

ideológico é o responsável por apagar o mecanismo que insere os sujeitos nas práticas histórico-discursivas. Resulta daí a “ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos” (MARIANI, 1999: 59).

A ligação entre democracia representativa e imprensa também merece análise. O elo que liga essas duas instituições é a formação da opinião pública, que representa a opinião esboçada publicamente e formada no debate público (FIGUEIREDO, 2003). No contexto da democracia, a mídia, pela sua capacidade de disseminação de representações sociais, assume a responsabilidade de tornar pública a opinião privada – aquela construída pelo indivíduo em seu microcosmo social.

A liberdade de imprensa acaba sendo associada à liberdade de opinião pública – esta última é, segundo Manin (2000), um dos princípios comuns a todas as formas de democracia representativa. Essa ligação resulta do pensamento de que o bom funcionamento das instituições políticas democráticas depende da liberdade da mídia no seu papel de mediar o debate público, livre, a partir do qual se formaria a opinião pública. A mídia é mediadora das relações entre cidadãos, eleitores e representantes, inseridos em instituições públicas.

A importância da mídia pode ser depreendida a partir do quadro comparativo em que Manin (2000) estabelece a diferença entre três momentos da democracia representativa: governo representativo parlamentar, a democracia de partido e a democracia de público.

Nos primórdios da democracia representativa, baseada no modelo parlamentar, a ligação entre os representantes e representados se deu numa rede de relações locais. Os representantes - normalmente pessoas de prestígio local pela personalidade, riqueza e ocupação - agiam segundo suas convicções pessoais. Por isso, durante o século XIX, houve a proliferação de associações extraparlamentares, como espaços de expressão da opinião pública não representada no parlamento. A imprensa, com caráter opinativo, estava se formando e não tinha autonomia em relação a outras instituições.

O crescimento da população impede a manutenção das relações pessoais de representação. A solução para o problema vem da emergência dos partidos de massa. O elo entre representantes e representados passa pela identificação e pelo cumprimento das

plataformas partidárias. A imprensa de opinião assumiu papel fundamental: “os cidadãos mais bem-informados, os mais interessados em política e os formadores de opinião, obtêm informações por intermédio da leitura de uma imprensa politicamente orientada” (MANIN, 2000: 23).

O terceiro momento descrito por Manin é o que interessa a essa análise, pois corresponde, no Brasil, ao período da Campanha das Diretas Já. Nas últimas três décadas, observa-se a crise da representação política com o aumento da tendência da escolha eleitoral se basear na personalidade do candidato e não no partido. Com a emergência da mídia de massa, o comunicador assumiu papel preponderante fazendo com que imagens passem a determinar a escolha dos líderes. A crise da representação leva à personificação do poder através de candidatos que se comunicam diretamente com eleitores pela TV e rádio. É a chamada era da democracia de audiência.

Figueiredo (2000: 46) descreve que, na democracia de audiência, todos passam a depender da mídia para participar do debate público. Os controladores dos meios de comunicação e do processo de construção da informação ganham destaque pelo poder de definir o enquadramento das notícias, o chamado *framed news*. O enquadramento das notícias está ligado ao enfoque no processo de construção da notícia: escolha do tema, recorte, tratamento das fontes, etc.

Na democracia de audiência, a mídia e as pesquisas de opinião assumem papel fundamental na dinâmica política e na orientação do debate público. Pesquisas realizadas nos EUA, Europa e Brasil indicam as redes de comunicação como as principais fontes de informação para a tomada de decisão política (FIGUEIREDO, 2000: 41). O mercado de informação torna-se fundamental para a formação das opiniões políticas, ao mesmo tempo em que oferece referencial para a medida de popularidade dos governantes e dos líderes sociais.

Lattman-Weltman (2003) aponta que a grande mudança se reflete nos eventos políticos e abre uma nova perspectiva de análise política, a partir do ponto de vista da mídia, ou seja, dos sistemas de produção e circulação de discursos midiáticos. O movimento “Diretas Já” é marcado por essa nova relação entre a cobertura midiática e o público. Alguns veículos – como a *Folha de S. Paulo*, que deu ampla cobertura ao evento –

afirmaram uma nova identidade editorial a partir das “Diretas Já”, maior movimento de mobilização política de massas da história republicana até então.

### 3.2 Um pouco da história dos jornais

O jornal *Folha de S. Paulo* foi criado em 1960. Ele resultou da junção de outros três títulos: *Folha da Noite* (1921), *Folha da Manhã* (1925) e *Folha da Tarde* (1949). Nos anos 1970, a folha abre suas páginas para intelectuais e para políticos perseguidos pelo governo militar para falarem de questões políticas, econômicas e sociais ligadas à sociedade civil. Nesse período, há artigos publicados sobre o processo de abertura política, sendo a política de conciliação ou o consenso político um dos temas tratados pelo jornal.

De acordo com informações do site da *Folha*, em dezembro de 1983, a direção do jornal *Folha de S. Paulo* decidiu pela cobertura da Campanha das Diretas como forma de se tornar o veículo de maior peso político no país. Em entrevista divulgada no site do jornal, o jornalista Ricardo Kotscho afirma que “a *Folha* é uma antes das diretas e outra depois”, já que a abertura política e a transição para a democracia representaram a passagem para a condição de jornal com maior abrangência na distribuição e na cobertura no Brasil. O depoimento de Ricardo Kotscho, de onde é retirada a citação acima, é apresentado em especial sobre os 80 anos da *Folha de S. Paulo* publicado, sem referência de data, no site do jornal ([http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos\\_cruciais-03.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-03.shtml)).

A *Folha* também iniciou em 1983 o projeto que resultou no atual *Instituto DataFolha*, tendo desenvolvido metodologia científica para medição da opinião pública. Segundo a socióloga Mara Kotscho (1987: 20-21), autora de *A cabeça do brasileiro*, que traz análises a partir de pesquisas realizadas de 1983 a 1984 pela *Folha*, o projeto permitia captar quem eram esses “milhares de pessoas que formam verdadeiras massas humanas”:

A campanha das diretas-já, a proliferação das comunidades de base, a presença popular nos grandes comícios, as manifestações – cada vez maiores – de protesto contra atitudes autoritárias são exemplos de como se aprende democracia, fazendo democracia. Há que se passar ainda por todo um período de reaprendizado, depois de tanto tempo de imobilização. Mas não há dúvidas de que hoje existe uma grande predisposição deste povo tão sofrido, tão massacrado a retomar seu lugar na História do Brasil. Um lugar de sujeito e não de objeto. 1984 marca a reentrada do povo brasileiro na escola da vida deste país. A experiência da Pesquisa “Folha” registra este momento da cabeça do brasileiro.

O outro jornal em análise é *O Tempo*. Fundado em 21 de novembro de 1996 pelo deputado federal Vittorio Medioli, o jornal *O Tempo* faz parte do grupo Sempre Editora, que reúne ainda os jornais *Super Notícia*, *Pampulha* e *O Tempo* (Betim, Contagem e Uberlândia). Somente *O Tempo* (formato standard) e o *Super Notícia* (formato tablóide; lançado com a campanha de ser o jornal mais barato, por R\$ 0,50, rapidamente teve suas vendas aumentadas, estando entre os líderes de venda no mercado mineiro) são pagos. Os demais têm distribuição gratuita.

*O Tempo* foi planejado durante três anos a partir de pesquisas de mercado, tendo sido lançado para concorrer com o jornal *Estado de Minas*, jornal mais antigo em circulação em Minas Gerais, lançado em 1928.

Medioli atua como empresário em outros setores. Em 1990, foi eleito deputado federal pelo PSDB, reelegendo-se para o exercício de mais três mandatos. O PSDB é o partido do atual governador de Minas Gerais (neto de Tancredo Neves), Aécio Neves, reeleito para o cargo com 77% dos votos em 2006.

Atualmente, Medioli assina coluna no jornal *O Tempo*, onde recentemente chegou a dizer que *Aécio* é um “fenômeno”, “um Ronaldinho da política”, alguém que “evoca o sobrenatural. Messiânico, a ponto de ‘arrastar multidões nas caminhadas por Minas’, sinal do papel que ele tem e terá”. O colunista afirmou ainda que:

a estrela do governador se alimenta de uma energia eminentemente política, ou seja, da capacidade aglutinadora que Aécio esbanja. Dote de berço que aperfeiçoou nos mandatos de deputado, conquistando da direita à esquerda todas as simpatias ao alcance de um ser humano. Aécio é um fenômeno (Jornal *O Tempo*, 03/01/2007).

Diante desses dois projetos especiais, o livro-reportagem para a *Folha de S. Paulo* e o caderno-reportagem para *O Tempo*, é importante fazer algumas observações a mais sobre o jornalismo no século XX. Como já apontamos, houve uma progressiva separação da opinião e da informação ao longo do século passado. Isso determinou não somente a profissionalização do jornalista com a incorporação de uma fórmula da objetividade onde se padronizou rotinas, como também expulsou das redações os escritores.

Ao mesmo tempo em que houve uma progressiva profissionalização da imprensa, o *New Journalism* foi uma tendência seguida por segmentos da imprensa. Essa tendência é

marcada por uma mistura entre os gêneros da literatura e do jornalismo após o empenho do jornalista em uma investigação profunda de um fato. O resultado se aproxima da literatura por ser um relato em caráter pessoal, lembrando os gêneros ficcionais. Morais (2004) descreve que esta experiência difunde-se no Brasil a partir dos anos 1970, sendo que, após o fim da ditadura na década de oitenta, muitos jornalistas, entre os quais se encontra Kotscho, se dedicaram a essa proposta relatando a experiência vivida nos anos anteriores.

O livro-reportagem se destaca da atividade cotidiana da imprensa. Neste último caso, não há, muitas vezes, a possibilidade de aprofundamento de um tema permanecendo o jornalista no relato mais superficial e preso à fórmula da objetividade. Ressaltamos ainda que o caderno-reportagem, mesmo que não tenha o caráter de mistura dos gêneros literário e jornalístico, é um espaço, na estrutura do jornal, de uma experiência de aprofundamento na cobertura de um fato.

Podemos ainda ressaltar que a proposta de apresentar – misturando trechos impessoais em terceira pessoa e trechos em primeira pessoa – o relato especial do movimento pelas Diretas Já, no caso da *Folha*, e dos 20 anos de morte de Tancredo, no caso de *O Tempo*, nos remete à questão da temporalidade discursiva, apontando para a questão da historicidade. Por que esses relatos são destacados por esses jornais considerando o confronto de forças na conjuntura ideológica em que os discursos em análise são produzidos? Além disso, por que são destacados na forma de caderno-reportagem e de livro-reportagem?

Acreditamos que as considerações sobre as condições de produção apresentadas neste capítulo, bem como a análise do *corpus* nos próximos capítulos, nos oferecem subsídios para respondermos essas questões já que mostram aspectos da discursivização da instituição imprensa, o posicionamento dos jornais *Folha* e *O Tempo* diante dos projetos analisados nesta pesquisa, as tensões presentes no período do processo de abertura política do Brasil nos anos 1980 e a política da conciliação no contexto histórico brasileiro.

### 3.3 Tensões no processo de abertura política no Brasil

O movimento Diretas Já ocorreu no período de abertura política durante o governo militar. A ditadura teve início em 1964 e terminou em 1985, com a eleição de Tancredo

Neves pelo colégio eleitoral. Esta foi a última eleição durante o governo militar, tendo sido Tancredo o primeiro presidente civil eleito após o início da ditadura.

O general Ernesto Geisel foi o presidente que, durante o governo militar, anunciou o processo de abertura política que se estendeu de 1975 até 1985. Assim que assumiu o governo, Geisel anunciou que os militares fariam a abertura de forma “lenta, gradual e segura”. O processo de distensão permitiu a volta de exilados e banidos ao Brasil e eleições municipais e estaduais.

Durante a ditadura, as eleições para presidente foram suspensas, sendo eleitos de forma indireta os representantes dos poderes legislativo e executivo. As eleições diretas a níveis municipal e estadual foram restabelecidas ainda durante o regime, mas as eleições para presidente somente foram realizadas em 1989.

Quando a ditadura foi estabelecida, como descreve Abreu (2002), o contexto político da época era de exaltação contra o comunismo e contra a Revolução Cubana. O processo de estabelecimento do governo militar foi associado à idéia de Revolução, com a adoção de medidas repressivas apoiadas no discurso de que era preciso “aperfeiçoar a democracia” cumprindo duas metas: a segurança e a desenvolvimento.

Smith (2000) aponta que através de decretos do executivo – atos institucionais, atos complementares, instruções, leis de segurança nacional e decretos secretos – o governo montou o aparelho repressor que realizou cassações, torturas, assassinatos, suspensão do habeas-corpus e fechamentos do Congresso. A imprensa também foi alvo do aparelho repressor.

Uma importante mudança que favorece o governo é a substituição do noticiário político pelo econômico e pelo internacional, considerados espaços de menor risco. Os militares utilizavam agências oficiais para divulgar dados econômicos à imprensa que, com o “milagre econômico”, ajudaram a legitimar, através da imagem do progresso, o governo que se mantinha pela força (ABREU, 2002: 22). Outra importante estratégia utilizada pelo governo militar foi a propaganda que, ao trabalhar as idéias de “transformação” e “construção”, tentou negar a relação entre a sociedade e poder. Ao contrário, afirmou-se o elo entre as pessoas e o país, personificando a “figura do Brasil” e a “figura do brasileiro” através de símbolos que clamavam por uma identidade nacional, a “brasilidade”.

Através da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) e da Assessoria de Relações Públicas (ARP) – órgãos ligados à Presidência da República e responsáveis pela propaganda -, foi elaborado o Plano de Comunicação Social, cujo objetivo era “afirmar a democracia” e a idéia de “civilização cristã”; “atenuar as divergências sobre a imagem do país no exterior”; “mobilizar a juventude”; “fortalecer o caráter nacional”; estimular o “amor à pátria”, a “coesão familiar”, a “dedicação ao trabalho”, a “confiança no governo” e a “vontade de participação” (FICO, 1997: 94).

Segundo Fico (1997), no movimento Diretas Já, há uma “retomada dos símbolos nacionais” que foram retirados das mãos dos militares para legitimar o novo contexto e as novas autoridades. A Campanha das Diretas, como ressalta Fico, representou a ruptura com o caráter de solenidade, ocultação e frieza na manipulação dos símbolos nacionais que marcou o regime militar. Inaugura-se um tempo de “espetacularidade” no relacionamento entre os diversos grupos sociais e o poder, marcado pelo caráter de otimismo, como fica claro no relato do jornalista Ricardo Kotscho<sup>8</sup> (1984: 89):

Muito antes de esse Carnaval começar, a festa ganhou as ruas e não tem dia para acabar. É como se todo brasileiro, mesmo o que não se destaca como folião, tivesse arreventado as amarras destes vinte anos de sufoco e perdido a vergonha de ser alegre, mesmo em meio a tanta desgraça e safadeza. (...) o brasileiro voltou a sorrir pelas ruas, a se vestir de verde e amarelo com orgulho, a cantar o Hino Nacional como se fosse um samba-exaltação de Ari Barroso. Quem não notou que o Brasil, de ponta a ponta, voltou a ficar mais colorido, mais musical, mais brasileiro nestas últimas semanas?

Com as Diretas Já, o imaginário do futuro promissor do país que, como ressalta Fico, vem sendo construído há algum tempo, passou a ser trabalhado pela mídia através de gestos e imagens com forte apelo emocional. Para o teórico, é nesse clima de otimismo que o brasileiro rompe o obscurantismo da ditadura e exige seus direitos. Com a retomada da democracia, tem início a reforma do Estado, com o crescente debate sobre o teor de representatividade e de eficácia social da democracia.

Entretanto, o otimismo que marca o momento do movimento das Diretas Já não apaga algumas tensões que atravessam o momento político. O otimismo associado à imagem do

---

<sup>8</sup> O jornalista Ricardo Kotscho era chamado por Ulysses Guimarães de o “Cronista das Diretas Já”. No momento da campanha, ele trabalhava no jornal *Folha de S. Paulo*, que tomou como bandeira a cobertura do movimento.

Brasil como um país do futuro, ao carnaval, ao futebol, ao caráter pacífico e cordial do brasileiro convive com imagens que remetem ao pessimismo pelas imagens da corrupção, inflação, pobreza e desemprego. A essa dualidade também se liga a desigualdade da população brasileira, por um lado associada à riqueza pela diversidade, por outro lado ligada aos problemas sociais em uma sociedade marcada pelas discrepâncias de desenvolvimento geradas pela má distribuição das riquezas.

Outra tensão se deu pelas três lógicas de sucessão do general João Batista Figueiredo:

1. Continuidade. A escolha dos nomes se daria pelas disputas internas ao PDS, em confluência ou não com a “coordenação” do presidente Figueiredo, e culminaria no Colégio Eleitoral.
2. Negociação. Haveria um processo de negociação política – de conteúdo e amplitude a princípio aberto – entre, de um lado, membros do governo e do PDS e, de outro, parte da oposição. O horizonte dessa negociação seria, ainda, o Colégio Eleitoral.
3. Ruptura. Tornar-se viável a proposta de eleições diretas já para 1984. (RODRIGUES, 2003: 20).

Essas três lógicas refletem a própria diversidade e os conflitos internos nos grupos políticos. A divisão entre os militares era marcada pela existência de dois grupos, um refratário a concessões à oposição, e outro, que pela impossibilidade de uma solução exclusivamente governista, via a possibilidade de uma negociação com a oposição. Na oposição, o PMDB era o partido com maior força política, tendo na figura de Tancredo um interlocutor junto aos governistas e à oposição. Outro grupo era encabeçado por Ulysses Guimarães e trazia a força do movimento das Diretas Já, com o apoio de outros partidos de esquerda e com o apoio popular.

No jogo de forças entre a esquerda e a direita – bem como entre seus grupos internos, Rodrigues (2003) observa que, caso houvesse eleições diretas, Tancredo teria o favoritismo. Foi chamada de campanha das Indiretas a movimentação política pela garantia da sucessão tendo como solução as eleições indiretas, um movimento que se deu não no espaço público aberto como a campanha das Diretas Já, mas nos bastidores da cena política. Ulysses era o nome mais cotado pela via das Diretas. A decisão do governo militar de promover um processo de abertura política lenta e gradual, sem rupturas conflituosas, opõe o Brasil a outros exemplos de países da América Latina, onde a transição se deu em meio a conflitos armados.

### 3.4 O consenso pela conciliação

A conciliação é tema de várias áreas de pesquisa, tendo esta palavra um vasto espectro semântico nos discursos produzidos sobre o Brasil: “*mediação, acomodação, transação e reconciliação, entre iguais ou entre superiores e inferiores*” (SANTOS, 1990:17).

Na política, a conciliação está ligada a um arranjo para a manutenção no poder dos grupos hegemônicos. Santos descreve que, neste caso, normalmente os grupos dominantes se sentem ameaçados pela parte da população que está excluída do poder. Há vários exemplos da política da conciliação: o poder moderador durante o período do império, o coronelismo ou o mandonismo na república velha; e o populismo e o autoritarismo na república velha.

A conciliação pode estar associada à idéia de acordo político temporário, como avalia Santos (1990: 18):

Os líderes das classes dominantes utilizam o arranjo como acomodação de seus interesses, excluindo a massa da população do acordo. Os líderes das classes dominantes utilizam o arranjo como acomodação de seus próprios interesses, excluindo a massa da população do pacto. Procuram, no entanto, formar uma opinião pública favorável às cúpulas. A tática objetiva ao mesmo tempo evitar o tumulto, defender a ordem social e administrar pacificamente as divergências internas, sem necessidade de apelar para a violência generalizada. O povo, ainda sem consciência, acredita nas reformas prometidas, e nunca realizadas.

O termo está associado, pela antropologia, a “*submissão*”, a “*jeito*”, a “*respeito*”, a “*futebol*” e a “*mandonismo intelectual*”. Santos observa que o tema da conciliação gera discussões entre os sociólogos pela produção pelos intelectuais de uma história sobre a “*índole pacífica do povo brasileiro*” e da imagem do Brasil como “*país ordeiro*”, que tem como fim estabelecer um imaginário do caráter nacional. Rompe com esta perspectiva do caráter nacional, a corrente que defende o fato da cultura brasileira resultar de forças contraditórias. Por esse motivo, a corrente pressiona para a homogeneização para superar as divisões na sociedade.

A conciliação também está relacionada ao mito da mineiridade que oferece um modelo de identificação baseado na conciliação política, a partir da imagem de equilíbrio e

moderação do político mineiro (ARRUDA, 1999). Baseado na tradicional função ocupada por Minas Gerais no cenário nacional, o mito remete à idéia de conciliação ligada à questão da unidade nacional quando o cenário político é tomado por problemas mais espinhosos.

Outras idéias também se associam ao mito da mineiridade: a) permanência do poder do Estado através da neutralização das correntes diversas; b) etapa transicional necessária para ultrapassar as dissensões e para a construção do futuro promissor; c) mola fundamental para o entendimento entre o povo e o governante, entre a Nação e o Estado.

O mito da mineiridade, tal como é apresentado por Arruda, permite analisar o modelo de identificação a partir da imagem de “hábil negociador” atribuída ao político mineiro Tancredo Neves nas páginas do jornal *O Tempo*, que integra o *corpus*. Percebe-se que Tancredo é associado a esse já-dito sobre as políticas mineira e nacional, ocupando lugar considerado fundamental na passagem do governo militar para a democracia.

No próximo capítulo, iniciamos a análise apresentando desdobramentos do enunciado “Brasil, país do futuro”.

#### IV. PROMESSA DO BRASIL A SE REALIZAR: A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE

Nos capítulos anteriores, traçamos o quadro teórico e apresentamos o dispositivo de análise que conduziram este trabalho. Iniciamos o primeiro capítulo definindo a perspectiva da temporalidade discursiva como o foco da nossa análise, um percurso teórico pela via da compreensão. Percorremos questões pertinentes à forma como o processo de significação e a memória foram tratados da Antigüidade aos dias de hoje pela filosofia e por diversos campos da ciência. Esse caminho foi traçado para chegarmos ao lugar próprio da AD, o lugar de entremeio em busca das contradições do espaço entre o que pretendem a lingüística e as ciências humanas e sociais.

Destacamos como objeto de análise o objeto discursivo marcado pela dimensão simbólica do processo de significação. O significante não se cola ao significado. Não se trata de literalidade onde as palavras se colam às coisas, mas, de forma diferente, os sentidos resultam do deslocamento entre significantes pela inscrição do sujeito nas diversas formações discursivas. Partindo da superfície lingüística, fomos construindo o dispositivo de análise à medida que o percurso de compreensão dos conceitos da AD ia iluminando e se iluminava com os sucessivos recortes do *corpus*. Destacamos o enunciado “Brasil, país do futuro” e os termos Nação e Herói como marcas discursivas que nos permitiram identificar as relações de força e os deslizamentos de sentidos que permeiam as memórias do movimento das Diretas Já nas seqüências discursivas selecionadas.

Buscamos ainda, no capítulo anterior, mostrar questões ligadas às condições de produção dos discursos em análise a partir de quatro pontos principais: a) o mito da comunicação e a relação entre política e comunicação; b) a história dos jornais responsáveis pelas publicações em análise; c) as tensões que atravessam as relações de força no momento da campanha das Diretas Já; e d) a forma como o imaginário sobre a mineiridade, sobre a Nação e sobre a política de conciliação marcam a história política do Brasil. Com isso, levantamos uma discussão para iluminar a análise que vamos apresentar agora com o objetivo de mostrar como o encontro da memória e da atualidade encerra o mesmo e o diferente resultante do efeito metafórico.

Vale lembrar o que a teoria pecheutiana diz sobre a abertura da linguagem que, pela historicidade, nos remete sempre à sua exterioridade constitutiva, ao outro do discurso e ao

trabalho do *Outro* sobre o discurso e aos equívocos que permitem deslocamento de sentidos. Não somente a linguagem, mas também a memória, como instância de sustentação do discurso pelo interdiscurso, coloca o analista de olho no movimento entre significantes. Isso implica dizer que os sentidos não estão *em*, mas na relação *a* no deslocamento dos sentidos entre significantes. Assim, nem podemos falar de literalidade em relação à linguagem, nem da memória como um recipiente fechado de onde retiramos enunciados do passado.

Começamos a nossa análise a partir do enunciado “Brasil, país do futuro”, enunciado que atravessa o imaginário sobre o Brasil e que, sob as mesmas e sob outras palavras, mobiliza pré-construídos sobre o país e sobre o brasileiro. A formulação do enunciado se dá no livro “Brasil, um país do futuro”, obra publicada nos anos 1940 pelo biógrafo, ensaísta e romancista Stefan Zweig. Nascido em Viena, o escritor foi naturalizado inglês cerca de dois anos antes de sua morte, por suicídio, no Brasil. O livro, publicado em sua primeira versão durante a Segunda Guerra Mundial, apresenta o Brasil em oposição ao caos vivido pela Europa, como se pode perceber no relato de Zweig (2006: 22-23):

Os governantes deste povo sempre se viram inconscientemente forçados a se adaptar a esse espírito de conciliação. Não foi acaso o fato de que – durante décadas, a única monarquia entre todos os países da América – o Brasil teve como seu imperador o regente mais democrático e mais liberal de todas as cabeças coroadas. E hoje, enquanto ditadura, conhece mais liberdades individuais e contentamento do que a maioria dos nossos países europeus. Por isso, é sobre a existência do Brasil, cujo único desejo é a construção pacífica, que repousam nossas maiores esperanças de uma civilização futura e de pacificação do nosso mundo devastado pelo ódio e pela loucura. Onde quer que forças éticas estejam trabalhando, é nosso dever fortalecer essa vontade. Ao vislumbrar esperanças de um novo futuro em novas regiões em um mundo transtornado, é nosso dever apontar para este país e para tais possibilidades. E por isso escrevi este livro.

Decerto, como alguns estudos em AD já têm mostrado (MEDEIROS, 2003; ORLANDI, 1990), a promessa de um novo futuro em novas regiões é anterior à decisão de Zweig escrever o livro e ao discurso da descoberta do Brasil. A promessa a ser cumprida traz consigo não somente formações imaginárias sobre “o espírito da conciliação”, mas associa ao povo brasileiro o caráter pacífico e aos seus governantes a capacidade de, movidos por uma essência liberal, conduzir a travessia na transformação do mundo para um

lugar melhor. É assim que Zweig (2006: 21) descreve o brasileiro: pacífico, apesar de toda a diferença de raças e embora muita coisa ainda esteja apenas no começo ou em transição. Daí se depreende que há muito por se fazer e, sempre que o enunciado é retomado, ele se atualiza com o imaginário do país que ainda vai se realizar.

No enunciado “Brasil, um país do Futuro”, o nome vem acompanhado de uma expressão explicativa de caráter determinativo. Podemos dizer que o nome próprio nos remete a um referente:

os nomes próprios muitas vezes são utilizados em Lingüística para exemplificar o caso de referencialização bem-sucedida. Eles permitiriam a remissão exclusiva a uma coisa: um objeto (como um planeta), um indivíduo, um acontecimento. Nesse sentido, o nome próprio estaria livre de determinações, ele seria auto-suficiente para designar a coisa a que remete (NUNES, s.d: 19-20).

Assim, tomando emprestada análise feita por Nunes, Brasil significa o país chamado Brasil. Entretanto, se questionamos o nome próprio na perspectiva da discursividade, temos, como já colocado anteriormente, que todo enunciado, toda seqüência de enunciados, é passível de se tornar outro numa série de pontos de deriva. Se tomarmos o enunciado formulado por Zweig, percebemos que ele desliza em séries que antecedem à sua formulação e continuam sua deriva ao longo das décadas, não se esgotando na atualização do acontecimento no movimento das Diretas Já, ou mesmo na comemoração de 20 anos da morte de Tancredo Neves.

Brasil - antes mesmo de associá-lo, neste caso particular, à expressão que o determina (“país do futuro”) - já desliza em sentidos atualizados ao longo da nossa história, numa operação de referencialização onde as enunciações nos fazem crer que o nome próprio seja auto-suficiente e com um sentido próprio e fixo. Entretanto, lembremos, como mostramos no capítulo II, da dificuldade de definição por terceiros de quem era Sr<sup>a</sup>. Ponza e da resposta dada por ela quando questionada sobre isso: “Para mim, sou aquela que crêem que sou”. Assim, o referente é resultado do processo de referencialização que se dá no discurso pelo mecanismo de antecipação e pelas relações de sentidos nos processos discursivos, ou seja, algo que se assenta no imaginário e na relação com outros dizeres. Não estamos negando o real do mundo, mas a realidade somente é acessível pelo discurso, sendo o real do mundo marcado pela impossibilidade mesma de acesso.

No enunciado “Brasil, país do futuro”, o nome próprio Brasil é determinado pela expressão “país do futuro” que, ao invés de fechar-lhe o sentido, funciona como uma promessa que se anuncia a partir de um referente que ainda vai se realizar. Na medida em que não se cumpre, essa promessa pode ser sempre atualizada pela possibilidade do vir a ser que não cessa. Essa promessa, entretanto, percorre uma rede de filiação de sentidos ao longo da história e, ao ser mobilizado no discurso, o enunciado atualiza-se ao mesmo tempo em que se sustenta convocando pré-construídos sobre o Brasil e sobre o brasileiro.

Poderíamos situar o Brasil no enunciado “Brasil, país do futuro” como um não-lugar, como sugere Medeiros (2003) na análise desse enunciado. Consideramos aí um lugar pleno de vazio, que permite principalmente o discurso político dele se apropriar para a projeção matematizada via pesquisa de opinião, dos desejos dos eleitores, dos anseios de um povo dividido - uma nação dividida - por suas diferenças e por suas carências. Uma promessa que tem se mostrado inesgotável na mobilização do imaginário sobre o Brasil e a nação brasileira / o povo brasileiro. Os diversos sentidos associados ao enunciado “Brasil, País do futuro” ao longo do tempo mostram o caráter aberto do discurso e apontam para enunciados anteriores e futuros, pela possibilidade de deslocamento de sentido.

Ao analisar o deslizamento do enunciado “Brasil, país do futuro”, Fico (1997: 78) conclui que há uma ilusão de unidade que se constrói pela convicção de um traço de singularidade do brasileiro e pela exuberância do Brasil:

A persistência da idéia de um futuro promissor só se explica pela crença em uma predestinação. Exuberância da natureza, tamanho continental, riquezas minerais – estas seriam algumas das características do Brasil que o fariam único. O vigor do discurso sobre o futuro é sustentado pela unidade de idéia, pela identidade que propicia essa convicção quanto à singularidade. O *futuro promissor* há de vir para um país tão especial – essa imagem tem força suficiente para situar-se como foco de referência de auto-reconhecimento social: “brasileiros” são aqueles que vivem no país do futuro.

A idéia de futuro promissor nem sempre esteve ligada à “materialidade da geografia” e à “opulência da natureza brasileira”. Fico identificou que diversos sentidos foram agregados ao longo do tempo. Publicações trouxeram, no final do século XVIII e no início do XIX, soluções para o melhor aproveitamento do Brasil. Nos anos 1950, 1960 e

1970, a industrialização, a urbanização, a tecnologia e a construção de Brasília marcam o rompimento com o passado de atraso e o compromisso com um futuro de realizações.

No período da ditadura, o “milagre econômico” e o projeto militar de integração do país foram responsáveis por aquilo que Fico define pela idéia-síntese “Brasil potência”. Como já mencionado no capítulo anterior, a comunicação foi um dos recursos utilizados pelo governo para difundir as idéias de transformação, de construção e de progresso. Entre as estratégias de difusão, estavam os “filmes educativos”, veiculados no cinema e na televisão, como a campanha *Este é um país que vai pra frente*.

O “verdeamarelismo” é outro sentido que se colou ao enunciado “Brasil, país do futuro”. A vitória do Brasil nas copas do mundo de 1958 – durante o período desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek - e 1970 – período de repressão pela ditadura militar e do projeto de “integração nacional” - coloriu de verde-amarelo as ruas, associando a vitória da seleção à identidade de povo brasileiro. Entretanto, Chauí (2004: 31) avalia que há um deslocamento de sentido pelos valores agregados à identidade brasileira nas duas situações:

Na década de 50, as músicas populares que festejaram a vitória afirmavam que a “copa do mundo é nossa” porque “com brasileiro não há quem possa”, e o brasileiro era descrito como “bom de couro” e “bom de samba”. A celebração consagrava o tripé da imagem da excelência brasileira: café, carnaval e futebol. Em contrapartida, quando a seleção, agora chamada de “Canarinha”, venceu o torneio mundial em 1970, surgiu um verdadeiro hino celebratório, cujo início dizia: “Noventa milhões em ação Pra frente, Brasil, do meu coração”. A mudança do ritmo – do samba para a marcha -, a mudança do sujeito – do brasileiro bom no couro aos 90 milhões em ação – e a mudança do significado da vitória – de “a copa do mundo é nossa” ao “pra frente, Brasil” não foram alterações pequenas.

O enunciado “Brasil, país do futuro” é um dos desdobramentos, como analisa Chauí (2004: 9), do mito fundador: “aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”. Uma das interpretações do “verdeamarelismo” é a projeção para o futuro do país em construção: “É interessante observar que o verdeamarelismo opera com uma dualidade ambígua. De fato, o Brasil de que se fala é, simultaneamente, um dado (é um dom de Deus e da Natureza) e algo por

fazer (o Brasil desenvolvido, dos anos 50; o Brasil grande, dos anos 70; o Brasil moderno, dos anos 80 e 90)” (CHAUI, 2004: 42).

#### 4.1 A atualização da promessa pela Nação

Após essa reflexão inicial sobre o enunciado “Brasil, país do futuro”, partiremos para a análise do *corpus*. Apresentamos a seguir duas **seqüências discursivas (SD)** onde é possível perceber a deriva, no *corpus* em análise, do enunciado “Brasil, país do futuro”, que aparece sob outras palavras, mas igualmente mobilizando a promessa do país a se realizar. Apesar de atualizarem a promessa, acreditamos que o funcionamento discursivo se dá de forma diferente, com diferentes efeitos de sentidos. A diferença se dá na mobilização no livro-reportagem *Explode um novo Brasil* do imaginário da Nação e no caderno-reportagem *20 anos sem Tancredo* do imaginário da mineiridade pela figura do político hábil negociador. Não podemos, entretanto, fazer essa divisão estanque, já que nas duas obras há a mobilização de imagens sobre a Nação e sobre o mito da mineiridade. Mas procuramos mostrar aqui que isso se dá de forma diferente nos processos discursivos em análise.

A **SD1** é a epígrafe presente no livro publicado a partir da cobertura jornalística do movimento Diretas Já, pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

**SD1:** Se **todos** quisessem, **poderíamos** fazer deste grande País uma grande Nação. Tiradentes (**grifo nosso**) (KOTSCHO, 1984: 5).

Essa seqüência é considerada especialmente importante por ter sido a partir dela que despertamos, ainda no princípio da análise, para o enunciado “Brasil, país do futuro” como uma regularidade discursiva no *corpus*. A partir daí, destacamos o enunciado, formulado primeiramente por Zweig, como marca discursiva na análise. Ressaltamos que, sob outras palavras, a idéia do país do futuro vem associada, na citação feita por Kotscho, à construção da grande Nação. Ressaltamos também que a fala de Tiradentes antecede a publicação do livro de Zweig.

Na **SD1**, vale destacar que a promessa do país do futuro é construída com uma oração em estrutura condicional. O desejo de todos é a condição para a realização do fato futuro anunciado, a grande Nação. Diante da estrutura condicional e do tempo verbal no futuro do pretérito que condicionam um fato futuro a uma condição do passado, começamos a questionar as contradições da totalidade da Nação, ou da construção da

unidade pela Nação, pela possibilidade (ou não) da relação de identificação entre “todos” e “nós”.

Se levarmos em conta que a citação é atribuída a Tiradentes e que o sujeito da oração é “nós”, podemos apresentar algumas considerações. O personagem da Inconfidência Mineira se associa a um grupo que juntos formam o “nós” desejosos ou capazes de fazer desse grande País uma grande Nação. Entretanto, não há a afirmação de que todos o querem. Se considerarmos a história da Inconfidência Mineira, temos que Tiradentes está incluído no grupo de opositores que lideraram, durante o período colonial no século XVIII, o movimento contra a exploração de impostos pela metrópole. Se considerarmos o jornal *Folha de S. Paulo*, temos um jornal, “o último jornal liberal do país” como afirma Kotscho, que assumiu o movimento das Diretas Já como “uma bandeira” pela volta à democracia em oposição ao regime ditatorial militar, que suprimiu as eleições diretas. Podemos afirmar que nas duas situações há algo de similar pela oposição a uma prática autoritária imposta pelo governo e ainda dizer que há a atualização de uma memória na retomada da fala de Tiradentes por Kotscho, o que situaria o discurso do jornal sobre o momento das Diretas Já numa rede histórica de filiações de sentidos.

Tiradentes, morto cerca de dois séculos antes do movimento das Diretas Já, é personagem que figurou (ainda figura em nosso imaginário?) como um herói-mártir da Inconfidência Mineira - movimento que inspira a inscrição na bandeira mineira - *Libertas quae será tamen / Liberdade ainda que tardia*. O movimento foi influenciado pela Revolução Francesa, que é considerada um marco na constituição de doutrinas, na reformulação de sistemas políticos e na afirmação de direitos que atravessam a própria constituição do sujeito jurídico na modernidade: o sujeito com liberdade e com direitos, cidadão capaz de decidir sobre as questões políticas. A Revolução Francesa marca um momento de transição do antigo regime, marcado pelo absolutismo, para a germinação de uma nova ordem nos séculos seguintes, mudança que marca a afirmação de ideais como a república, a democracia, o liberalismo, o estado de direito, entre outros.

Com a fala de Tiradentes, o jornal se posiciona no jogo das relações de força no período do movimento das Diretas Já e projeta uma posição social com um discurso que se assenta no imaginário sobre o liberalismo, corrente política ligada ao ideal da liberdade

individual e à possibilidade de discordância de credo. Dessa forma, o leitor poderá ou não se identificar com a posição do jornal, se incluindo ou se excluindo nessa contraditória totalidade do “todos” e do “nós” que pode desejar e fazer deste grande País, uma grande Nação.

Foi mobilizando esse imaginário do “Brasil, país do futuro” que a *Folha de S. Paulo* realizou a cobertura do movimento das Diretas Já. Posicionando-se como um jornal liberal, portanto contrário à posição do governo, a *Folha* se lançou neste projeto mobilizando o imaginário da Nação brasileira, uma estratégia de construção da ilusão de unidade onde foram associados leitores a eleitores. Algo que vai ao encontro do próprio objetivo do jornal, nos anos 1980, de aumentar o seu peso político. A decisão de cobrir o movimento resulta dessa opção por aumentar a sua força política no contexto não somente local, mas nacional, o que foi possível pela agregação à sua imagem de uma posição de vanguarda e de inovação, por sua antecipação na cobertura e por seu engajamento no próprio movimento.

É importante lembrar que este é um momento em que a *Folha* não somente se lança no projeto de cobertura do movimento, mas também monta seu setor de pesquisa de opinião, responsável por monitorar a opinião da unidade construída pela medição de opinião: o “brasileiro” que pensa e que é capaz de decidir seu próprio destino, o que resultou no livro *A cabeça do brasileiro*, organizado pela socióloga Mara Kotscho. Ao se lançar na cobertura do movimento e na profissionalização do setor de pesquisa de opinião, a *Folha* se coloca como porta-voz dessa unidade que se constrói - do povo brasileiro, da “gente”, do cidadão comum sem representatividade, do político de oposição. Incluindo-se no “nós” e no “todos”, a *Folha* se posiciona com um projeto de fazer deste grande País uma grande Nação. Ao seu leitor (eleitor?), resta se identificar ou não com essa proposta de unidade pela Nação brasileira.

#### 4.2 A atualização da promessa pelo político hábil negociador

A próxima seqüência discursiva foi retirada do jornal *O Tempo*, do caderno especial publicado em 2005, 20 anos após a morte de Tancredo Neves. Na **SD2**, o enunciado “Brasil, país do futuro” também aparece sob outras palavras. No entanto, ele não está associado ao imaginário da Nação, mas desloca-se para a figura do político responsável

pela ponte entre o Estado e a Nação e pela construção de um futuro promissor via negociação.

A **SD2** foi retirada de entrevista feita no primeiro mandato como governador de Minas Gerais do político mineiro Aécio Neves, também neto e ex-secretário particular de Tancredo Neves. Aécio foi reeleito ao final de 2006.

**SD2: E o que ficou?**

A responsabilidade de novas gerações de homens públicos – **entre as quais eu me incluo** – de realmente transformar a democracia conquistada, o direito da nossa gente de escolher seu próprio destino, em instrumento de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

(...)

**O Brasil é um país mais justo?**

O Brasil continua sendo um país extremamente injusto. (...)

**Que avaliação o senhor acredita que Tancredo faria da atual política brasileira?**

Ele estaria feliz de ver o país funcionando na plenitude das suas instituições democráticas. O Judiciário funcionando, a imprensa absolutamente livre. Certamente ele estaria ainda com os olhos **buscando aquela pátria com a qual ele sonhou**, onde não haveria mais homens sem trabalho, sem teto... então, **eu acho que o Brasil ainda está longe de ser o Brasil dos sonhos de Tancredo e dos sonhos de tantos brasileiros (grifo nosso)** (*O Tempo*, 2005).

Para a análise dessa seqüência, é interessante fazer algumas considerações sobre a diagramação da página de onde ela foi retirada e da página ao lado reproduzidas, em formato reduzido, na página 98 deste capítulo, na Figura 1.

Retirada de entrevista em formato *ping-pong* (gênero de entrevista que se estrutura a partir da intercalação de perguntas e de respostas rápidas), a seqüência discursiva (SD2) está localizada na parte superior da página três (considerada uma das áreas de maior destaque na diagramação do jornal), o que realça o conteúdo da fala do entrevistado, considerado pelo jornal “herdeiro político de Tancredo”. Há ainda na página dois, que a antecede, uma entrevista *ping-pong* com a historiadora, Lucília de Almeida Neves, sobrinha e, como apresenta o jornal, “uma das maiores especialistas no pensamento do ex-presidente”, Tancredo Neves. A página dois é, normalmente, uma página de opinião.

A entrevista *ping-pong* coloca os entrevistados, a sobrinha e o neto, no lugar de tradutores de quem foi Tancredo Neves. No entanto, no caso do Aécio, há menção ao fato de ele ser parente, mas no caso da historiadora não há. Como parentes e como

representantes e autoridades da academia e da política, eles são responsáveis pela operação de tradução, feita a partir do discurso científico e do discurso político, algo importante de se ressaltar, já que o Tancredo não está vivo para falar de si.

Apesar de Tancredo ser convocado na condição de morto e não poder falar, há citações, retiradas de seu discurso de despedida do Senado (datado de março de 1983), posicionadas nas margens laterais de todas as páginas (exceto na capa e na última página), como mostram as elipses em vermelho na Figura 1 (ver abaixo, na página 98), onde estão as páginas 2 (à esquerda) e 3 (à direita) do jornal. Essas citações aparecem com aspas, sem, no entanto, haver a indicação de autoria, o que poderia levar o leitor a pensar que as citações são olhos, ou seja, textos destacados das matérias ou das entrevistas. Somente na penúltima página, há a indicação da referência das citações. Essas citações, margeando as páginas, adquirem o caráter de proposições com sentidos de verdade posta, que não precisa ser referencializada, comprovada ou acompanhada de termo que esclareça quem diz. Assim, funcionariam como verdades universais acima do julgamento de autoria e de veracidade.

Outro aspecto interessante da diagramação são as fotos que ilustram as entrevistas. Na página 2 do jornal, reproduzida à esquerda na Figura 1, há uma entrevista com a historiadora e sobrinha de Tancredo. A entrevista é acompanhada de uma foto da cientista com um jogo de sombra e de luz. A sombra fica na parte inferior e nos cantos superiores e a luz projeta-se do alto da cabeça como se o foco saísse do cérebro. A cientista é focalizada de cima para baixo, como se estivesse parada, em posição de reflexão, destacando o efeito da luz saindo da cabeça. A composição da foto nos leva a pensar em pensamento/razão/racionalidade/raciocínio/objetividade, o que é realçado já que sua fala é respaldada pelo discurso científico. A legenda traz o destaque da “habilidade” e da “inteligência” de Tancredo na superação de momentos duros de transição durante o governo militar, numa relação com o texto da entrevista que ressalta o fato do ex-presidente ter se baseado, ao longo de sua trajetória política, nos ideais iluministas e liberais da modernidade, no trabalhismo de Getúlio Vargas, no ideal desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e nos valores cristãos. Tancredo, dessa forma, é associado à razão. Há dois recortes dessa foto, dos olhos e da boca, que são posicionados, em proporções bem menores, ao longo do texto. A foto de Aécio Neves, na página três, foi tirada com o político

falando e gesticulando, o que nos leva a associar à idéia de movimento, de ação, de dinamismo. A legenda destaca a fala de Aécio de que o país estaria melhor com Tancredo. Não podemos nos esquecer que o governador de Minas ressalta em sua entrevista que o ideal de Tancredo ainda está por se concretizar, sendo ele o herdeiro de Tancredo.

Figura 1: Jornal *O Tempo* (21/04/2005), páginas 2 e 3.



Julgamos que essas considerações são importantes, pelo fato de a parte gráfica compor a materialidade discursiva nos jornais, ou seja, a diagramação, a composição das fotos, as artes e a distribuição dos textos contêm marcas do processo discursivo e contribuem para os efeitos de sentido. Poderíamos perguntar: qual o efeito no funcionamento discursivo das fotos de Lucília de Almeida Neves e de Aécio Neves? Ou poderíamos ainda questionar: qual o efeito pelo fato de as citações do discurso de Tancredo não terem referência?

Voltemos à **SD2** (acima página 96), onde há uma atualização do enunciado “Brasil, país do futuro”, duas décadas após a realização do movimento das Diretas Já e mais de 60

anos após a publicação do livro de Zweig. A possibilidade da atualização se dá pela associação de Tancredo, hábil negociador, a um herdeiro político, o atual governador de Minas Gerais, Aécio Neves, uma pessoa capaz de assumir a obra inacabada do avô e conduzir o processo político em direção ao futuro promissor.

O lembrar de Tancredo na data de aniversário de sua morte é um exercício de rememoração que se insere no jogo de relações de força e nas relações de sentidos, como descreve Mariani (1998: 44):

As correntes políticas hegemônicas, através da comemoração de datas e personalidades revolucionárias etc., estão sempre mobilizando a memória social em seu próprio proveito, ie, buscam confirmar suas posições ao mesmo tempo em que promovem a negação de idéias dos adversários. Através da reatualização ou apagamento de determinados acontecimentos, movimento histórico que se realiza também no confronto polêmico entre as FDs [formações discursivas], vai sendo tecida a direção da trama dos sentidos políticos.

O jornal *O Tempo*, ao exaltar a imagem de Tancredo como hábil negociador e colocar Aécio como seu herdeiro, acaba por se posicionar no jogo de forças mobilizando o imaginário da mineiridade e apresentando um elo de continuidade, um modelo de identificação, ao qual o leitor poderá se identificar ou não. Vale lembrar que o jornal foi fundado por um ex-companheiro na vida política de Aécio Neves e atual colunista no veículo, onde constantemente é ressaltada a competência, como negociador, do governador de Minas, um herdeiro de Tancredo e da política da conciliação.

Na **SD2**, Aécio Neves desloca-se entre a posição de tradução do pensamento de Tancredo e a posição de assumir o lugar de herdeiro do avô. O futuro do pretérito (“*ele estaria*”), que condiciona um fato futuro a um fato do passado, e a situação de substituição de um pelo outro na enunciação (Aécio falando pelo avô, seja pela experiência política, seja por ter acompanhado os passos de Tancredo, seja por ser seu herdeiro político) corroboram para o fato de que há algo do passado que ainda está por se cumprir como uma promessa: o sonho de Tancredo e de tantos brasileiros que ainda não se realizou. Há aí aquilo que Pêcheux chama de simulação-presentificação, ao ser simulado que se Tancredo estivesse aqui, ele pensaria X. Há ainda não somente a simulação-presentificação de Tancredo, mas também a simulação do sujeito base do enunciado (“*eu me incluo*”, “*eu acho*”), um “*eu*” que conclui e que se inclui, como resultado de seu pensamento. “*Então*”, é a partir dessa

simulação que Aécio liga a responsabilidade (“*eu me incluo*”) à promessa de transformar esse Brasil ainda extremamente injusto (“*então, eu acho*”). Há também a passagem desse sujeito empírico e origem de seu dizer (“*eu*”) para um sujeito universalizado “as novas gerações de políticos” e, por extensão, pela identificação e pela substituição com o avô, os políticos hábeis negociadores, herdeiros da política da conciliação, que associa Minas Gerais à posição de equilíbrio e de moderação no contexto nacional.

Assim, a possibilidade de realização de algo que se projetou do passado aparece pela figura de Aécio. Não podemos esquecer a reflexão que apresentamos sobre a parte gráfica do jornal: a imagem de Aécio como se ele estivesse em movimento (em ação) e o fato de sua entrevista aparecer na abertura do caderno especial, em uma das áreas de destaque na diagramação do jornal. Ao mesmo tempo, na página ao lado há a entrevista com a historiadora e sobrinha onde texto e diagramação se encontram na construção da imagem de Tancredo como “habilidade”, “inteligência” e “razão”. Se nós operamos a substituição de Tancredo por Aécio, temos que o neto é herdeiro da “habilidade” e da “inteligência” e sua ação, por consequência, está ligada à “razão”.

Ao afirmar sistematicamente em suas páginas a imagem do político hábil negociador, principalmente na figura de Aécio Neves, retomando o imaginário da política da conciliação ligado a Minas Gerais, *O Tempo* se posiciona diante do jogo das relações de força das correntes políticas hegemônicas, podendo seu leitor se identificar ou não com esse projeto que Aécio Neves se apresenta como representante.

O jornal, ao rememorar o morto e ao apresentar um sucessor, tenta construir a unidade pela ação do político que faz a ponte entre o Estado e a Nação. É a partir do hábil negociador, representante da política da conciliação, que é construída a possibilidade do Brasil do futuro. Com isso, a narrativa acaba focando a negociação entre políticos no espaço burocrático das instituições políticas. Há uma diferença em relação à obra de Kotscho, que enfoca a movimentação dos políticos de oposição e a mobilização da população nos espaços públicos abertos, onde ocorrem os comícios, normalmente praças. Se no primeiro caso, há a idéia de movimentação política pelo planejamento, no segundo, a movimentação política está ligada à idéia de manifestação.

### 4.3 O morto-herói: a ponte para o passado encontrar o futuro

Continuemos a reflexão sobre as razões de se lembrar de alguém justamente na passagem de aniversário de sua morte, para refletirmos melhor sobre a operação de tradução e substituição entre Tancredo e Aécio e as relações de sentidos aí envolvidas. Aí se anuncia a figura do político capaz de fazer a ponte entre Estado e Nação. Entretanto, ao contrário da *Folha*, que tem a unidade trabalhada a partir do imaginário da Nação, no jornal *O Tempo* essa unidade é construída pela figura desse político capaz de fazer essa ponte.

Comemorar, do latim *commemorare*, remete aos sentidos de “lembrar com”, “trazer à lembrança” (HOUAISS, 2001). Evocar o morto seria, segundo Abreu (1994), uma “modalidade de lugar de memória”, que, como vimos em capítulos anteriores, tem o caráter aberto, podendo ter seus sentidos deslizados. A importância dessa modalidade de comemoração nas sociedades modernas é destacada pela autora, para quem a memória, nesse caso, assume papel significativo de “estabelecer laços de continuidade através dos tempos”. O ritual de evocação apresenta modelo de identificação e de continuidade ao recordar “história exemplar”. A recordação, ao mesmo tempo em que permite o laço de continuidade, confere ao morto uma espécie de imortalidade:

No mundo dos indivíduos, certos mortos tendem a desempenhar um lugar importante para a referência dos vivos. Em muitos casos, transformam-se em bens simbólicos disputados avidamente pelo mercado. Suas famílias passaram a disputar não apenas o prestígio mas histórias todos os anos. Por meio delas, valores são transmitidos para a ação no presente e no futuro (ABREU, 1994: 208-209).

É importante lembrar que a data 21 de abril, em que se comemora a morte de Tancredo Neves e de Tiradentes, torna-se simbolicamente importante pela possibilidade de evocação dos dois personagens que figuram como heróis, mártires, no imaginário sobre a história política de Minas Gerais e do país. Nas comemorações do 21 de abril, que normalmente ocorrem na capital mineira, em Ouro Preto (antiga Vila Rica, palco do movimento da Inconfidência Mineira) e em São João Del Rei (onde nasceu Tancredo, mesma região onde nasceu Tiradentes e onde fica a cidade Tiradentes), são evocados valores cívicos e religiosos associados a esses personagens. O cenário é marcado pela arquitetura barroca, há normalmente celebração de missa, as ruas são adornadas com flores

e pinturas como nas comemorações religiosas e não faltam autoridades políticas e familiares, como Aécio Neves.

Vale ressaltar que São João Del Rei e Tiradentes são cidades históricas de Minas, marcadas pela arquitetura barroca, resultante do movimento artístico que teve início na Europa e chegou ao Brasil no século XVIII, com forte influência da Igreja Católica. É comum em sua temática a retratação de Jesus Cristo, o Deus-Filho que sofreu na carne como homem e morreu na cruz para salvar os homens.

A evocação de Tancredo Neves e de Tiradentes no *corpus* em análise oferece um modelo de identificação que não pode ser dissociado de valores religiosos e políticos. Tancredo Neves é normalmente associado à figura de Tiradentes, da mesma forma que o político mineiro constantemente recorria em seus discursos à imagem do inconfidente. Tiradentes, por sua vez, após a Proclamação da República, foi iconograficamente representado como um homem de barba e cabelos longos, vestido com um amplo camisolão. Essa iconografia, presente em obras artísticas e reproduzida em livros didáticos, reforça (ou forja?) uma surpreendente semelhança entre Tiradentes e Jesus Cristo para, dessa forma, acrescentar a Tiradentes uma simbolização cristã. Essa foi a construção da imagem de um herói para a república que não promovesse a divisão:

Na figura de Tiradentes todos podem identificar-se, ele opera a unidade mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno do ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à independência e a projetava para o ideal de crescente liberdade futura. A liberdade ainda que tardia (CARVALHO, 1990: 68).

Na França, houve um movimento mais intenso com a construção do Panthéon, que como explica Agulhon (2000), atende à necessidade de construção, durante a Revolução Francesa, de uma ordem cívica para superação do Antigo Regime e para edificar o nacionalismo.

No caso de Tiradentes, ele foi inspiração não somente para Kotscho – como mostramos na análise da **SD1** com a citação do inconfidente -, mas também para muitos políticos: “O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade”, frase do discurso de

posse de Tancredo Neves quando esse assumiu o governo mineiro, último cargo político por ele efetivamente ocupado antes de ser eleito presidente do Brasil e de falecer. Essa frase de Tancredo acabou por se tornar o lema em Minas Gerais para o movimento das Diretas Já. A mesma frase foi transmitida, inúmeras vezes, pela emissora pública de TV Rede Minas no dia 21 de abril de 2005, quando também foi publicado o caderno *20 anos sem Tancredo* pelo jornal *O Tempo*. O próprio discurso de despedida de Tancredo no Senado, de onde *O Tempo* retira as citações para colocar nas margens das páginas do caderno especial, faz menção aos ideais libertários dos inconfidentes.

Assim, Jesus Cristo morreu na cruz; Tiradentes, na forca; e Tancredo, nas telas de TV, mas não sem antes, cada um com a sua missão, nos conduzir por suas habilidades na promessa de um mundo melhor. Os três cumpriram a via sacra dos grandes heróis: do martírio à sacralização da imagem. Ambos, Tancredo e Tiradentes, aparecem associados à idéia de travessia em um período de transição na história do Brasil, com papel decisivo na construção do “país do futuro”. No caso de Tiradentes, a república, ainda que tardia. No caso de Tancredo, a volta à democracia, mesmo que pela via das eleições indiretas.

Ao longo da edição do jornal *O Tempo*, não faltam adjetivos para reconhecer os feitos do herói Tancredo: “homem público exemplar”, “gênio na arte de perseguir a mais urgente das utopias – um Brasil mais justo para todos”, “cristão convicto”, “inspirado pelos ideais iluministas e liberais da modernidade ocidental dos séculos 16 e 17”. A evocação do morto por *O Tempo* pode ser incluída nos rituais de rememoração que, nas últimas décadas, realizam-se diante da televisão e da mídia de um modo geral, onde a imortalidade é possível para aqueles que conseguem o enquadramento na grande imagem: o acontecimento espetacularizado. Dessa forma, a mídia tenta, ao lembrar Tancredo, imortalizá-lo a partir da exaltação de sua habilidade política.

Albert (1998) aponta que o herói nacional é, normalmente, aquele que se destaca em contextos trágicos. O gesto heróico torna-se necessário quando a situação chega a tal ponto que os responsáveis pelo governo não conseguem estabelecer ou restabelecer a ordem. Então, um personagem se levanta com uma resposta engenhosa e, muitas vezes, contrária aos interesses imediatos, mas conforme uma exigência transcendental. Albert associa a ação heróica nacional à ação heróica dos santos que vai além de seu interesse pessoal em

prol de um bem comum. Carvalho (1990: 55) ressalta que o herói tem que corresponder a um modelo com valor para a coletividade:

Os heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração do cidadão a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. (...) Herói que se preze tem que ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado.

A rememoração de Tancredo e de Tiradentes no *corpus* em análise nos levou ao imaginário do mito da mineiridade, que associa a imagem de Minas Gerais no cenário político brasileiro com o ponto de equilíbrio nas relações de força. O mito da mineiridade traz elementos que podem ser ligados ao “espírito da conciliação”, termo destacado da citação de Zweig, apresentada no início deste capítulo e retirada do livro “Brasil, um país do futuro”. A política da conciliação marca o imaginário da política mineira, sendo a busca do consenso - pelo trabalho em silêncio, pelo equilíbrio, pela moderação, pela antecipação, pela sobriedade, pela reserva - um traço atribuído ao comportamento não somente do político mineiro, mas do mineiro de um modo geral. Sentidos que circulam no nosso imaginário, como analisa França (1993: 134) a partir de ditados populares: “dá um boi para não entrar em briga e uma boiada para não sair”, “mineiro trabalha em silêncio”, “mineiro não vende a prazo nem paga à vista”, “mineiro, a gente vai com o milho, ele já vem com o fubá”, “um bom mineiro não laça boi com embira, não dá rasteira no vento, não pisa no escuro, não anda no molhado, não estica conversa com estranho. Só acredita na fumaça quando vê fogo, só arrisca quando tem certeza, não troca um pássaro na mão por dois voando.”.

Ao evocar o morto Tancredo Neves, o jornal ressalta sua importância pela competência de “hábil negociador”, sendo a ele atribuída, como sua obra máxima, a transição do governo militar para a democracia. Tancredo deixou, de acordo com o jornal, um legado, uma “história exemplar”, um exemplo a ser seguido. Sua evocação pelo jornal oferece um modelo de identificação pela possibilidade dos laços de continuidade.

Nossa reflexão até o momento nos permite dizer que a evocação do “herói da redemocratização” no jornal *O Tempo* o insere numa rede histórica de filiação de sentidos, que retoma o imaginário da mineiridade, algo que vem sendo atualizado em todo 21 de abril, nas comemorações dos aniversários de morte de Tancredo e de Tiradentes. No *corpus* em análise, isso é fortalecido quando se afirma a existência de um “herdeiro” que assume a responsabilidade de cumprir o sonho não concretizado de Tancredo e dos brasileiros. Daí o valor do morto como um bem simbólico, como uma figura capaz de estabelecer laços de continuidade ao oferecer uma memória.

Como se percebe, o enunciado “Brasil, um país do futuro” ainda continuará sua viagem pela memória e seguirá produzindo seus efeitos de sentidos a partir de outros políticos mineiros. É o que promete o neto de Tancredo Neves, reeleito para o segundo mandato ao governo de Minas Gerais, descrito pelo jornal mineiro como herdeiro do avô: Essa parece continuar sendo a promessa, para a massa de brasileiros, da jovem geração de políticos entre os quais se incluem os herdeiros do discurso da política de conciliação. E, enquanto isso, “os sentidos viajam em memória des-contínua” (Mariani, 1998).

## V. O BRASIL COMO DISPERSÃO: AS CONTRADIÇÕES QUE NOS CONSTITUEM

Analizamos, no capítulo anterior, alguns desdobramentos do enunciado “Brasil, país do futuro”, que teve sua primeira formulação na obra de Zweig, nos anos 1940. Ao ser retomado, há um encontro entre a memória e a atualização, permitindo o deslocamento na rede de filiação de sentidos da promessa do país a se realizar.

No livro *Explode um novo Brasil*, a unidade textual é construída a partir do imaginário da nação, enquanto no caderno especial *20 anos sem Tancredo*, isso se dá pela rememoração do político hábil negociador, representante da política da conciliação e capaz de fazer a ponte entre o Estado e a Nação. A promessa do país a se realizar se atualiza, no primeiro caso, pela proposta de consolidar a nação com a reivindicação da volta às eleições diretas para presidente e, no segundo caso, pela ação do político capaz de conduzir essa nação para o seu futuro promissor. Esse efeito de unidade resulta do mecanismo ideológico que inscreve o sujeito em “uma formação discursiva específica que se confronta com outras” (ORLANDI, 1988: 60).

A unidade textual do livro de Kotscho é efeito do posicionamento do jornal a favor da promessa da “grande Nação”. Isso se dá pela associação do acontecimento das Diretas Já, a movimento, a carnaval e a futebol. Dessa forma, uma “festa-comício”, com crescente manifestação nas ruas e com a mobilização pacífica dos brasileiros carentes de mudança. O clima é, predominantemente, de euforia e de festa, como podemos perceber nas **SD3** e **SD4**:

**SD3:** O Brasil, a esta altura do campeonato e da vida, já não dependia da fala do trono para fazer a sua hora.

Bem, tenho que parar por aqui, porque já está na hora de sair para cobrir a passeata de São Paulo. **Há no ar um clima de carnaval, misturado com Copa do Mundo** e ninguém, ninguém mais, fora a meia dúzia que se refugiou no “*bunker*” do Palácio do Planalto, tem mais dúvidas de que o Brasil será campeão. Viva o Brasil, viva o povo brasileiro! (KOTSCHO, 1984: 10).

**SD4:** A gente sabe que os **blocos** vão aparecer na rua, mas onde estarão agora? Será que vai chover na hora do **desfile**? As **arquibancadas** estarão lotadas? O que os **foliões** esperam deste **Carnaval**? Vai ser tudo tranquilo, sem acidentes? E, depois de acabar, o que vai ser? Bem, mas apesar de toda a festa, dos artistas famosos que estarão animando o *showmício* da Sé, não se trata propriamente de Carnaval. [**grifos nossos**] (KOTSCHO, 1984: 21).

Abaixo estão os quadros montados a partir das denominações sob as quais aparece o movimento das Diretas Já no livro *Explode um novo Brasil*. Identificamos não somente as denominações, mas predicados associados a essas denominações.

A primeira coisa a ser destacada é o fato de o acontecimento que reivindicou as eleições ter, nas páginas do livro, o caráter de movimento e de ação constantemente associado ao carnaval e ao futebol. O clima é de festa como em dia de carnaval ou de partida de futebol, o que afasta a idéia de movimento no sentido de luta, de protesto e de embate. Esses sentidos associados a conflito e a cisão aparecem, mas em menor proporção já que, como vimos na **SD1**, no capítulo anterior, busca-se a adesão ao “nós” e ao “todos” que, na fala de Tiradentes, é a condição para a realização da promessa do Brasil do futuro.

Abaixo está o Quadro 1 com a vasta lista de denominações que pode ser reduzida a alguns grupos com sentidos próximos: festa, protesto, mudança, concentração de pessoas, espaço público aberto, algo que aponta para o futuro, cristianismo e competição esportiva.

**Quadro 1: Denominações para o Movimento retiradas do livro *Explode um novo Brasil***

<p>“Travessia da esperança”,          “Sonho”,          “Única bandeira”          “Campanha”          “Batalha”          “Campanha”          “Saída”          “Espaços abertos”          “ato suprapartidário”          “Diversão”          “Manifestação de rua”          “Clamor nacional”          “Pontapé inicial desta partida”          “Movimento de emoção”          “Confraternização”          “Multidão”          “Fervura”          “Primeiro fracasso, tumultuado, dividido, desorganizado, confusão, clima de beligerância (comício de Manaus onde houve tumulto entre grupos políticos)”          “Festa nacional”</p>	<p>“Manifestação pró-diretas da campanha”          “Comício”          “Temporada”          “Bloco das diretas”          “Movimento”          “Rota, sem retorno”          “Comícios”          “Pressão”          “Desfile”          “Carnaval”          “Marcha”          “Pressão popular”          “Caravana”          “Caminho”          “Maior concentração, cortejo”          “Protesto”          “Luta política”          “Peregrinação”          “Missão de contar”          “Maratona”          “Apoteose, delírio, passeatas, carnaval”</p>	<p>“Grandeza cívica”          “Multidões”          “Festa”          “Caminhada”          “Manifestação pública”          “Luta”          “Mobilização popular”          “festa comício”          “manifestação unificada”          “basta”          “Passagem de uma era”          “Caminhos abertos sem projetos nem engenheiros”          “Liberdade”          “Grande concentração”          “Consenso das eleições diretas”          “Encontro entre o passado e o futuro”          “Bagunça, não baderna”          “Romaria”          “Cruzada pela democracia brasileira”</p>
--	--	---

No **Quadro 2**, a lista de predicados complementam a idéia de movimento, de comemoração e de ação transformadora. O próprio título do livro, *Explode um novo Brasil*, nos remete ao que o quadro abaixo permite perceber: a idéia de transformação.

No caso do título do livro, *Explode um novo Brasil*, o verbo de ação iniciando a oração ressalta a idéia de movimento. O sujeito, posposto, será resultado da ação que se desenvolve no presente: há um país em transformação, uma promessa que está se realizando.

Na seqüência, ao longo do livro, o deslocamento entre diferentes formas verbais gerúndio, infinitivo e o passado marca a posição do jornal que relata e, ao mesmo tempo, participa do fato. Como já ressaltamos no capítulo I a partir de Gregolin, isso corrobora para o aspecto testemunhal (*testis*, testemunho) e o aspecto de reconstrução do real (*textum*, tecido).

### **Quadro 2: Lista de predicados extraídos de orações que caracterizam o Movimento**

#### **Diretas Já, retirados do livro *Explode um novo Brasil***

“mudar, começar, virar” “Engatinhava” “dizer não ao regime” “dizer sim ao futuro” “inundando as praças e as ruas de festas e esperanças” “Denunciando as mazelas da ditadura” “Encontrar, acreditar” “Organizar contra a ditadura, a favor da democracia sem adjetivos” “Renascer” “Se abria” “botando (...) nas ruas” “Proclamar” “una-se”	“invadindo os outrora inexpugnáveis sacrários eleitorais do PDS no Nordeste” “arrastando multidões” “davam ainda mais força” “exercida de baixo para cima” “festejando nas ruas e nas praças a reconquista da cidadania” “crescendo a cada semana” “se animando” “Reúne” “Levar” “Pressionar” “Juntar” “Dizer” “Rasgou a fantasia”	“venha para a praça” “Leve ao engajamento” “Não vai faltar (praça, barracas, grupos, teatro, “autógrafos de escritores famosos)” “Ganhar o jogo” “Chegou (...) com muita festa” “Chegar às eleições diretas” “Acenavam, cantavam, gritavam, batiam palmas” “Dançava, cantava” “Cantam” “Alegre cantando” “Transformando lamentos em cantos fortes, derramando esperanças”
---	--	---

Ressaltamos ainda que os quadros somente foram montados para o livro de Kotscho, pois no jornal *O Tempo*, é restrito o número de denominações, predominando o termo Campanha das Diretas Já. Isso se justifica pelo fato de o caderno especial não focar o movimento da campanha das Diretas. O destaque está na negociação feita por Tancredo Neves no palco ou nos bastidores das instituições políticas na forma de uma longa “negociação sigilosa”, nas “tramas políticas” da campanha das Indiretas. A negociação pela transição da ditadura para o governo civil, que Tancredo realizou, é chamada campanha das

Indiretas em *O Tempo*. Na capa desse jornal, afirma-se ser essa sua obra máxima, uma negociação que durou anos. O jornal diz ainda, como mostram as próximas seqüências discursivas abaixo, que Tancredo nunca acreditou que a campanha das Diretas atingiria seus objetivos, mas apoiou o movimento. Em *O Tempo*, isso é claramente exposto como resultado da habilidade política, do planejamento e da experiência política de Tancredo, única pessoa capaz de promover, pela negociação, a transição. Não há muito espaço para a campanha das Diretas e ela aparece associada ao risco da cisão e do conflito, o que corrobora para o sentido da conciliação pela via da negociação e das eleições indiretas.

De forma diferente, em *Explode um novo Brasil*, a campanha pelas Indiretas é associada à negociação feita por Tancredo e à campanha feita pelos candidatos que disputavam a vaga de presidente pelo PDS (partido de apoio ao governo). No livro, é demarcada a ausência de Tancredo em um comício sem que Kotscho apresente uma justificativa e, normalmente, a negociação junto ao governo militar aparece ligada ao sentido de algo escuso, feito às escondidas, complô contra o “todos” e o “nós” de que fala Tiradentes, a unidade necessária para chegarmos ao futuro com a “grande Nação”. É interessante que a referência feita à negociação aparece como “lá” (algo fora do espaço da campanha das Diretas, portanto, fora do “todos” e do “nós”), de forma não nomeada ou claramente exposta (o que pode indicar alguma censura por ainda ser o período da ditadura militar ou que o movimento das Indiretas é algo escondido da Nação e contrário aos interesses da Nação, portanto, também fora do “todos” e do “nós”). A negociação tem pouco espaço ou destaque, só aparecendo para representar o “mal” associado às Indiretas em oposição ao “bem” pela Campanha das Diretas. Este último representaria a luta pelos interesses da Nação. Portanto, o “mal” representa o perigo da cisão para o “todos” e para o “nós”.

Cabe ressaltar que o caderno *20 anos sem Tancredo* é publicado duas décadas após o fim da ditadura, quando já está restabelecida a ordem democrática. A ação política nas páginas de *O Tempo* é associada a uma ação projetada, pensada, arquitetada, planejada, não é uma “aventura”, ou uma “contestação apaixonada”, ou uma “equivocada opção pelo confronto”, ou uma “manifestação”. Além disso, é freqüente no dia-a-dia o jornal se posicionar de forma favorável ao governo de Minas Gerais ocupado por Aécio Neves, herdeiro político do “herói da redemocratização”: Tancredo Neves.

No caso do jornal *O Tempo*, a unidade textual é efeito desse posicionamento do jornal a favor da promessa do país do futuro realizável pelas mãos do político hábil negociador. A ação política está ligada ao ato de planejamento no espaço formal das instituições democráticas e, qualquer desvio – por exemplo, trabalhar para a volta à democracia pela via das eleições indiretas –, é estratégico. É o que podemos perceber nas **SD5 e SD6**:

**SD5: Harmonizar** essas duas faces da nação só será possível através da ampla e profunda **reforma eleitoral**, que faça do voto um **instrumento eficiente da reforma nacional**. Está na criação do **Estado do direito**, na **democracia representativa e participativa**, no **respeito à autonomia dos três Poderes da República**, na **restauração** da Federação, em linhas de modernidade e adaptação às realidades socioeconômicas do nosso país (O TEMPO, 2005: 8).

**SD6:** Tancredo Neves queria as eleições diretas para presidente da República em 1984? Depoimentos mais recentes de políticos e amigos mostram que Tancredo Neves jamais acreditou que a oposição tivesse força para aprovar no Congresso a emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para a Presidência da República.

E quando a campanha das Diretas Já surpreendeu a todos com milhões de manifestantes nas ruas, no começo de 1984, Tancredo incorporou-a numa **longa negociação** com o regime militar para devolver o poder aos civis. Mas sem eleição direta. Terminaria com Tancredo eleito **indiretamente** no Colégio Eleitoral.

Era uma **negociação sigilosa** que vinha de muito antes. Desde 1974, pelo menos, segundo Thales de Ramalho, então deputado federal por Pernambuco e companheiro de tramas políticas de Tancredo (O TEMPO, 2005: 3).

### 5.1 Construindo a Nação: deslizando sentidos no não-lugar

No jornal *O Tempo*, há pouca ocorrência dos termos povo e nação. Apesar da maior frequência do termo sociedade civil, ele está associado à condição de cidadão afastado da trama política, tarefa que cabe aos políticos. A ênfase está na figura de Tancredo que, com sua habilidade na negociação política, soube promover o entendimento entre o povo e o governo, entre a Nação e o Estado. Sua competência teria sido o que permitiu o Brasil superar as tensões que marcaram o cenário político e social durante a transição da ditadura militar para a democracia: as disputas entre os grupos políticos (eleições diretas *versus* eleições indiretas), os conflitos quanto à lógica de sucessão do presidente Figueiredo

(continuidade do regime, negociação entre governo e oposição e ruptura com o governo militar) e a diversidade / desigualdade da população brasileira.

É interessante destacar que *Kotscho* foca a Campanha e a Nação, com reduzido espaço dado às tramas da campanha das Indiretas, enquanto em *O Tempo* a unidade se constrói a partir da figura do político que viu nas indiretas a via possível para a transição do governo dos militares para os civis. A negociação pela via das Indiretas, entretanto, não assume o sentido de uma ação contra os interesses nacionais, mas é desenhada como uma ação estratégica de alguém com habilidade política para negociar em momentos críticos: “o herói da redemocratização”, com todo o seu poder simbólico para acenar com a possibilidade de travessia no momento de dificuldade e para agregar sem promover cisões. Alguém que foi capaz de perceber a inviabilidade do movimento pelas Diretas, mas que, mesmo assim, soube tirar proveito da campanha nas ruas, sem deixar de trabalhar em prol dos interesses da sociedade civil. A ação para se chegar ao Brasil do futuro não se passa nas ruas, mas nos espaços próprios de representação das instituições políticas democráticas: “reorganização institucional de nosso país”, “país legal”, “engenharia política”, “atuação dos três poderes” e “sociedade civil”. A ação do político não é uma movimentação física para a mobilização da nação, mas um trabalho de planejamento e de reflexão afastando qualquer tipo de embate que possa levar a uma cisão. A esse político estão associados os sentidos “promover”, “harmonizar”, “negociar”, “pensamento” e “jogava sem bola, ganhava sem disputar”.

Na descrição do desenrolar do evento das Diretas no livro publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, é grande a incidência dos termos manifestação e povo / nação e seus substitutos: “15 mil pessoas”, “50 mil pessoas”, “multidão de 300 mil pessoas”, “multidões”, “herói”, “povo brasileiro”, “o homem anônimo, a mulher moça ou velha, as crianças”, “colossal multidão”, “quem decidiu mudar os rumos da Nação”, “130 milhões de cidadãos”, “povo brasileiro”, “pessoas”, “gente”, “sociedade civil e políticos”. Entretanto, como a manifestação (festa-comício) é marcada pelo clima festivo de carnaval e de partida de futebol, esvazia-se o sentido de confronto com o governo militar.

O termo Nação, assim como apontado no capítulo anterior com o nome Brasil, é um não-lugar ou um lugar pleno de vazio, que assume o caráter maleável capaz de abranger o

diferente (a diferença / o excluído) da grande massa da população brasileira. A diferença não subtrai, mas soma, dando peso ao movimento, seja pelo fortalecimento da idéia da “grande Nação” de 130 milhões de brasileiros, seja pela participação na multidão crescente de cidadãos reivindicando as eleições (e outros desejos) nos comícios ao longo do extenso território nacional.

Assim, como podemos ver nas **SD7** e **SD8**, a Nação se desenha com o crescente público dos comícios, com o tamanho da população brasileira, com aquele que tem a razão, com aquele que decide os rumos da campanha, com o cidadão com direito ao voto e com a pressão popular.

**SD 7:** Esta campanha não tem donos, nem astros – e, se algum herói há na história da travessia, esse **herói é o povo brasileiro** [grifos nossos] (KOTSCHO, 1984: 8).

**SD 8:** Agora é bem diferente: quem decidiu mudar os rumos da **Nação** foi o próprio povo brasileiro. E quem ousaria se levantar contra a vontade de **130 milhões de cidadãos?**” [grifos nossos] (KOTSCHO, 1984: 9).

O destaque do povo, na narrativa de Kotscho, não representou somente a massa, mas também a diferença e a minoria. Isso se percebe quando o jornalista dá voz a personagens com pouco espaço na mídia ou no mundo da política, como o índio, o idoso, a criança e a mulher. O povo também foi apresentado como o morador das áreas periféricas nos grandes centros urbanos ou das cidades mais distantes em relação ao eixo econômico-político-cultural do país, São Paulo-Rio-Minas-Brasília. Isso é importante quando pensamos o caráter regionalista da imprensa brasileira ao longo de sua história. Quando o livro-reportagem dá voz e visibilidade à diferença (aos excluídos no e fora do eixo e da ordem democrática do estado de direitos) cria aí um projeto de audiência nacional, associado ao projeto de eleições nacionais. Aí está o deslocamento feito pelo jornal (que acaba saindo com outra identidade ao final da campanha) quando se insere na rede de filiações de sentidos a partir da fala de Tiradentes.

Na maioria das vezes, entretanto, não é o povo que fala de si, mas o narrador e os políticos que falam do povo. O então governador de São Paulo, Franco Montoro, chegou a afirmar, como mostra o relato de Kotscho, ser mais prudente evitar novos comícios pelo risco de o tumulto atrapalhar a trajetória bem sucedida que vinha sendo traçada pelo

movimento. Nesse caso, os representantes do povo, os líderes políticos que encabeçavam a campanha, seriam os responsáveis por continuar a negociação. A colocação de Montoro sugere, mais do que uma preocupação, o uso estratégico do povo que somente seria convocado a participar quando necessário marcar a carência ou quando fosse necessário marcar o peso do movimento pela adesão popular.

Na maioria das vezes em que o termo Nação é utilizado por Kotscho, ele está identificado a um número abstrato, que comprova a adesão da massa e o crescente volume do movimento. Essa alegre massa colorida pelo “verdemarellismo” cumpre a função de superar, pelo desejo de eleições diretas, as contradições, as dispersões e as ameaças de ruptura. O povo dá unidade e volume ao maior movimento até então já visto na história política do Brasil.

Na narrativa de Kotscho, ao clima de otimismo rumo ao país do futuro se opõe o pessimismo da ditadura e da situação econômica do país. Mas, mesmo nos momentos mais tensos do movimento, afasta-se a possibilidade de associação da Nação à ameaça de perda de seu caráter pacífico. O movimento acontece nas ruas, em oposição ao espaço da política formal (**SD3** – a “*fala do trono*”, Brasília sempre “lá” distante dessa política informal de mobilização popular) ou ao espaço de negociação que se dá nos bastidores da política. O grupo responsável pela política da negociação ou do consenso é denominado por Kotscho de “partido do consenso”, que trama pelas indiretas silenciosamente. Ao contrário, a unidade desenhada pelo movimento nas páginas da *Folha* é a do “consenso das diretas”.

No jornal *O Tempo*, onde a unidade textual se constrói (duas décadas após o fim do regime militar) a partir da figura do político hábil negociador, o lugar da Nação é o da representação ou como elemento representado pela classe política na estrutura do Estado. Dessa forma, é baixa a incidência desse termo, que também é substituído por outros: “*povo*”, “*cidadão*”, “*sociedade*”, “*sociedade civil organizada*”, “*brasileiro*”, “*público recorde*”, “*vontade popular*”, “*população*”, “*massa*” e “*multidões*”. Percebe-se que é retirado do termo e de seus substitutos o caráter reativo que aproxime o espaço da política às noções de manifestação e de protesto. Esse caráter reativo aparece quando se contrapõe a via das eleições diretas à via das eleições indiretas, para justificar a segunda opção como de menor ameaça à ordem democrática ou o caminho menos sofrido para se voltar à ordem

democrática. O espaço da representação é garantido nas instituições democráticas e na mídia. Entretanto, fala-se da Nação a partir da função do político na garantia da ordem democrática, dos direitos e do bem-estar. Em *O Tempo*, o povo não fala e não reivindica, pois seus direitos são garantias na ordem democrática. No caso desses direitos não estarem ainda concretizados, essa situação aponta para o Brasil do futuro e a possibilidade de solução viável pela intervenção do político hábil negociador, capaz de fazer a ponte entre o Estado e a Nação.

## 5.2 Unidade e dispersão: as contradições do Brasil

Tendo a linguagem um caráter aberto, os sentidos deslizam fazendo com que o enunciado “Brasil, país do futuro” seja retomado no encontro da memória com a atualidade. Assim, as **seqüências discursivas** analisadas em sua relação com o enunciado “Brasil, país do futuro” nos apontam a construção dessa unidade, porém não apagam a dispersão dos sentidos do texto e dos sujeitos resultantes da contradição entre as relações de força numa dada formação social.

O processo discursivo não resulta somente de um movimento para se atingir a unidade do texto e do sujeito. A estruturação-desestruturação na rede histórica de filiações de sentidos é marcada pela “contradição reprodução / transformação” no jogo de forças no próprio mecanismo da ideologia, na dispersão do sujeito e dos sentidos nessa tensão entre formações discursivas. A interpelação do indivíduo enquanto sujeito pela ideologia resulta “realmente de um processo, na medida em que os ‘objetos’ que nele se manifestam se desdobram, se dividem, para atuar sobre si enquanto outro de si” (PÊCHEUX, 1995: 157). A contradição está no fato de que o sujeito resulta como causa de si (“*eu me incluo*”, “*eu acho*”, [nós] “*poderíamos fazer*”) no processo (de representação) na rede de significantes, mas os sentidos estão justamente em sua inscrição pela ideologia na formação social que está em relação a outras.

O trabalho da compreensão é justamente desconstruir a ilusão de evidência, questionar o efeito de unidade, destacando as contradições do processo que resultam nesse efeito de sentido, é questionar a evidência dos sentidos que ouvimos, dizemos, lemos ou escrevemos. Pensemos na promessa do país a se realizar e na forma como a unidade textual

foi construída no *corpus* a partir do imaginário da nação e do político hábil negociador<sup>9</sup>. Lembremos que o próprio das formações discursivas é dissimular a transparência do sentido que nelas se forma. Assim, questionamos as evidências que atravessam o consenso pelo Brasil como um país do futuro, o consenso pelo caráter pacífico dessa grande unidade Nação brasileira e o consenso possível pela ação do hábil político mineiro, hábil negociador, alçado à posição de herói. O consenso é possível se todos participarem do ideal da Nação ou se o político fizer a ponte entre o Estado e a Nação.

Mas como a contradição permeia a tentativa de se construir o consenso mobilizando o imaginário do país do futuro, da Nação e do político hábil negociador? Destacamos, pela leitura do *corpus* e das teorias sobre a história política do Brasil, a **formação ideológica (FI)** da conciliação como marca do deslizamento de sentidos em torno da promessa do país a se realizar inscrevendo os sujeitos nas formações discursivas. Essa **FI** da conciliação mobiliza o imaginário sobre a Nação e sobre o político hábil negociador como forma de se chegar à ilusão da unidade.

Esse processo, entretanto, é marcado pela contradição, pela dispersão dos sujeitos no jogo de forças que se constitui nas relações entre formações discursivas. Lembremos das textualizações em análise, em que a *Folha* se posiciona com um projeto que vai contra a ordem estabelecida no governo militar e em que o jornal *O Tempo* se posiciona claramente a favor do governo de Minas Gerais, que é dirigido pelo neto de Tancredo. Ambos os jornais, ao relembrares mortos que figuram como heróis mártires no imaginário da política brasileira (Tancredo e Tiradentes), se posicionam e oferecem um modelo de identificação aos seus leitores, também eleitores. No entanto, apaga-se a idéia de eleitor, já que o jornalismo hoje é marcado pelo modelo americano, em que se separa notícia de opinião. Entretanto, como vemos, os sentidos deslizam para além da demarcação desses espaços e a linguagem jornalística não está imune a este deslizamento ainda que ela se pretenda neutra, objetiva, isenta...

---

<sup>9</sup> Quantas vezes, ao dizer que estava estudando o imaginário da mineiridade, ouvi as pessoas afirmarem o mineiro como “calmo”, “tranquilo”, “em cima do muro”, “pacífico e conciliador”? Muitas vezes. Se, por um lado, ouvir essas falas, em silêncio, era importante para entender como o interdiscurso permitia a retomada dos pré-contruídos, havia também incômodo pelas contradições próprias do mecanismo da ideologia. Mas nem o estudar a questão, nem o eu me incomodar me livram da ideologia; no máximo me fazem questionar a rede de filiações de sentidos. Afinal, o percurso da compreensão não significa sair do estado não-consciente para a tomada de consciência, mas trabalhar na temporalidade discursiva.

Ao procurarmos entender as contradições que permeiam o efeito de unidade pela FI **da conciliação**, destacamos dois posicionamentos discursivos: a **posição discursiva 1**, de exaltação, e a **posição discursiva 2**, de crítica em relação ao Brasil. Se o primeiro posicionamento é marcado pela exaltação de pré-construídos que refletem imagens positivas do país, no segundo posicionamento há uma crítica onde se mobilizam imagens negativas sobre o Brasil. Essas posições discursivas foram obtidas a partir do recorte de seqüências discursivas e da percepção de que elas giravam em torno sempre de uma posição positiva de exaltação e uma posição negativa de crítica, como será exemplificado abaixo.

Apesar da dualidade contraditória nas relações de força que marca a estabilização-desestabilização de sentidos em torno do nome próprio Brasil, a formação ideológica da conciliação é responsável, ao longo da nossa história e numa já longa rede de filiações de sentido, pela ilusão do consenso em torno do Brasil, do brasileiro e do político mineiro. É o que investigaram Santos (1990) e Arruda (1999): o primeiro pela perspectiva da literatura; a segunda, pela sociologia. Portanto, esses estudos se distanciam em seus referenciais teórico-metodológicos da compreensão dos mecanismos ideológicos deste trabalho, que tem como base o referencial teórico-metodológico da AD. Apesar disso, os estudos foram fundamentais para a identificação da **formação ideológica da conciliação** como constitutiva dos sentidos no *corpus* em análise e sua relação com a exterioridade constitutiva da linguagem. Santos apresenta um roteiro da conciliação em obras literárias brasileiras, retomando as teorias que permitiram a unidade diante da heterogeneidade na história política e cultural do Brasil. Arruda investiga a política da conciliação associada ao modo de os políticos mineiros fazerem política e associada à posição de equilíbrio e de moderação de Minas Gerais no contexto da política nacional.

No caso do *corpus* destacado, a análise nos permite perceber que a criação do consenso se dá pela ilusão da superação das contradições pela idéia de Nação e do político negociador. Ambos - Nação e político negociador – são associados à figura do herói nas textualizações em análise. A imagem do herói está ligada ao povo na obra assinada por Kotscho e ao político mineiro Tancredo Neves, no caderno especial de *O Tempo*. Apesar de o trabalho da ideologia resultar no efeito da unidade pela ilusão do consenso, não se

apagam as contradições que revelam as relações de forças que atravessam as memórias sobre o movimento das Diretas Já.

As contradições marcam os posicionamentos discursivos destacados. A **PD1** exalta imagens positivas do Brasil e da nação brasileira. Acreditamos que essas imagens são projetadas a partir de um interdiscurso de onde são retirados os pré-construídos para alimentar a deriva do enunciado “Brasil, país do futuro”. A **PD2** traz a crítica às imagens negativas do Brasil e da nação brasileira. A inserção dos sujeitos nas formações discursivas implica necessariamente a mobilização da memória, dos pré-construídos. É o que percebemos quando a *Folha* e o *O Tempo* exaltam ou criticam o Brasil mobilizando o interdiscurso – a memória na forma dos pré-construídos. Isso resulta do trabalho da formação ideológica da conciliação, gerador dos efeitos de unidade pelo projeto nacional que se constrói a partir do imaginário da Nação e da atuação do político hábil negociador.

Se, por um lado, as seqüências discursivas analisadas no capítulo anterior e neste capítulo podem estar associadas ao enunciado “Brasil, país do futuro”, retomado sob outras palavras, podemos, por outro lado, pensar na deriva desse mesmo enunciado para “Brasil, país do futuro, mas nem todos o querem” ou “Brasil ainda um país do atraso, já que nem todos desejam colaborar para que se concretize o país do futuro”. Isso marca a contradição que permeia o enunciado “Brasil, país do futuro”, ou seja, a relação conflituosa entre as imagens de um “grande país” que tem todas as condições para ser desenvolvido *versus* as imagens do atraso a ele associadas. Então, a unidade trabalhada na superação das contradições é movida pela própria tensão do jogo de forças das formações sociais. Não estamos diante de uma unidade Brasil, mas da ilusão de um Brasil que se divide em vários Brasis. Da mesma forma, não estamos diante de uma Nação, mas da ilusão de que podemos chegar ao “todos nós”, uma totalidade que se divide pela diversidade da população, pela diferença de posição política, enfim, pelos processos de identificação do sujeito à formação discursiva que marca a complementariedade contraditória na relação com o outro que me constitui. O que acontece na/pela eficácia da ideologia.

A associação do Brasil à grandeza do país mobiliza pré-construídos sobre as riquezas naturais, sobre a extensão do território, sobre a boa índole do brasileiro (alegre, pacífico, heróico na capacidade de superar as dificuldades, etc), sobre o país do carnaval,

sobre o país do futebol, sobre o patriotismo, sobre os valores religiosos ligados ao cristianismo, etc. Normalmente, esses pré-construídos embasam a **PD1** de exaltação do Brasil, do brasileiro e do político negociador. A **PD2**, ao contrário, normalmente mobiliza outros pré-construídos como a corrupção, a inflação, a dívida externa, a preguiça do brasileiro, as desigualdades sociais, a desorganização das instituições públicas. A contradição entre as duas posições discursivas é ilustrada pelas **SD9** e **SD10**:

**SD 9:** Claro que nem os milhões que os ouviram esperam que o milagre se opere no dia seguinte ao da eleição direta, transformando o **inferno** a que chegamos no final do ano passado, no **paraíso** que **todos** sonham. É apenas o primeiro passo, o início de uma longa jornada que nos devolverá a soberania e o orgulho de ter nascido nesta **terra generosa**, que nem todo o **arbítrio** e toda a **corrupção** conseguiram ainda destruir [grifos nossos] (KOTSCHO, 1984: 77).

**SD10:** O nosso povo se debate na voragem da mais devastadora de todas as **crises** que o tem assolado. Desarvorado em meio ao colapso dos valores éticos da sua tradição cristã, ele está aturdido com a **desordem administrativa** de seu país, esmagado pela **pressão econômica**, angustiado por uma implacável **inflação** que solapa as suas resistências econômicas [grifos nossos] (*O TEMPO*, 2005: 13).

A retomada de pré-construídos sobre o Brasil, identificado como a “*terra generosa*” e diagnosticado como o espaço das crises devastadoras, nos coloca diante da contradição do país que tem tudo pra ser o país do futuro pelas condições dadas e aquele que, apesar das condições favoráveis, ainda é o país do atraso. Ainda que haja contradições, não morre o sonho da unidade, como podemos ver na **SD9**, onde o jornal acena com o milagre, embora tardio, para a realização do sonho de todos.

Essa totalidade contraditória, que permeia o “*todos*” e o “*nós*” na formação da grande “*Nação*” e que permeia a divisão do Estado e da Nação, nos remete às relações de força, às contradições e aos efeitos de unidade pelo mecanismo ideológico. A relação entre a linguagem e a memória nos coloca, na perspectiva da AD, no percurso da compreensão da temporalidade discursiva. Possivelmente, outros recortes poderiam ser feitos no *corpus* em análise, que nos levariam a outras redes históricas de sentidos e a outras relações de força nas formações sociais.

Entretanto, pelo que insere a pesquisadora responsável por essa dissertação nas redes de filiações de sentidos aqui analisadas, parece que a ideologia me trouxe aqui... ao

Rio de Janeiro, à Praia Vermelha, à relação memória e linguagem, ao evento Diretas Já, à mineiridade, ao entremeio, ao ponto de desaparecimento possível... Enfim, à formação ideológica da conciliação, à ilusão de unidade e às contradições que constituem o sujeito e o texto.

Enquanto isso, pelo que analisamos, o enunciado “Brasil, país do futuro” se mostra pleno de vazio, mas rico pela possibilidade de deslizamento de sentidos em diferentes formações sociais na história política do Brasil: no momento da Inconfidência Mineira, na voz de Tiradentes; no período da Segunda Guerra Mundial, na voz de Zweig; no momento da campanha das Diretas, na voz de Kotscho; e na comemoração dos 20 anos de morte de Tancredo, nas páginas do jornal mineiro *O Tempo*. Um deslizar que parece não se esgotar, sendo o enunciado constantemente mobilizado pelo discurso político das velhas e das novas gerações de homens públicos.

Já que comecei o trabalho com uma enorme epígrafe como pretexto para o começo do capítulo I e do texto da dissertação, vou fechar com mais uma citação sem a pretensão de uma conclusão finalizadora:

Sempre se corre o risco do engano. E sei menos hoje o que é que descobri do que acreditava saber no início de meu trabalho. Para me sustentar com algum peso nessa afirmação, lembro Fellini, que, falando de um seu novo filme (*A voz da Lua*, inspirado no título de um livro que se chama *A voz do Poço*), disse a um repórter, como resposta, sobre “o que” era seu filme: “Não sei”. O repórter insistiu: “Mas o senhor não terminou o filme?”. Ele respondeu, não exatamente com estas palavras:

Terminei. Mas não sei sobre ‘o que’ é. Não sei ‘o que’ significa. Ele tem algo a ver com outros filmes que fiz e que lembram minha infância. Filmes em que uso grandes espaços, árvores, e que vão construindo sentidos como transparências sobre transparências.

(..) É assim que eu gostaria de saber lido esse meu trabalho: sentidos que chegam com a mesma incerteza do viajante que acaba por dizer sobretudo o que não sabe sobre aquilo que, desconhecido, veio a conhecer. E que está sempre mais além. Como está sempre mais além o sentido profundo do que imaginamos ser o que chamamos Brasil. (ORLANDI, 1990: 9).

## **CONCLUSÃO: COM TODOS OS EQUÍVOCOS DO EU, É PRECISO OUSAR FALAR**

O processo ideológico sustenta o *eu*, dando ao sujeito, na modernidade, a máscara que o fantasia com a ilusão de indivíduo com seu discurso partindo de *si mesmo*. Ao iludi-lo, a ideologia o deixa cego ao mecanismo que o submete. Ela ainda apaga as marcas daquilo que o constitui.

Cego, o sujeito é dividido, mas mantém para si a imagem de que o *eu* é a unidade que traz tudo de *si*: Pela ilusão que o constitui, a unidade do *eu* seria livre e submetida somente à ordem jurídica. Ao lhe garantir direitos, a ordem jurídica o restituiria a liberdade para o indivíduo dela fazer o que bem quiser, desde que sempre preste contas enquanto sujeito de direito. Ilusão, pois parte do *si mesmo* parte do *outro* e do *Outro* que o atravessa marcando a divisão do sujeito clivado, que tem sua consciência fraturada pelo inconsciente e pela ideologia.

A unidade, entretanto, só é possível enquanto efeito, pois o sujeito é cego e é a cegueira que permite que ele se veja unidade. Se ele se visse, ele enxergaria a dispersão de um sujeito condenado a vagar, entre diversas posições, na eterna deriva dos sentidos pela abertura da linguagem e da memória. Uma abertura que não permite fugas, mas que põe o fora, o outro, o *Outro*, a história dentro, já que todos são constitutivos do próprio discurso. Não adianta tentar fugir do mecanismo da ideologia, pois para além do discurso somente discurso.

Marcado por sua divisão e sem a possibilidade do *eu* fonte de sentidos (*eu* unidade somente enquanto ilusão), será na instância simbólica, pela ação do imaginário, que o sujeito ocupará posições a partir das imagens projetadas com as quais se identificará. Os efeitos do imaginário mobilizam um interdiscurso, permitindo o encontro da memória com a atualização. Daí resultarão os sentidos, como efeitos. Os sentidos não são, portanto, algo dado, não são efeitos da transparência da linguagem ou da literalidade. Há no discurso é opacidade.

É pela constatação de que a linguagem e a memória são objetos simbólicos que podemos apresentar algumas considerações tendo em vista o percurso que fizemos de compreensão da temporalidade discursiva. Essa foi a porta que escolhemos para a entrada

na Análise de Discurso - de onde foi retirado o quadro teórico deste trabalho – e para as desconstruções de algumas verdades teóricas tendo em vista o percurso bastante heterogêneo que antecedeu esta pesquisa.

Pleitear a entrada no campo teórico da AD tem representado o esvaziamento de muitas ilusões aceitas ao longo de minhas atividades profissionais: a principal delas é o mito da comunicação, um imaginário que atrai muitos de nós para a atividade profissional ligada ao setor de comunicação, seja pelo percurso acadêmico, seja pelo percurso no mercado profissional.

Trabalhamos com a compreensão de que o discurso é efeito de sentido e de que o analista de discurso não responde à pergunta “o que é?”, mas procura compreender como funciona o discurso. Isso implicou necessariamente a compreensão do jogo de substituições, paráfrases, etc, que marca o processo discursivo. Nosso olhar, dessa forma, mapeou o jogo entre o mesmo e o diferente tendo em vista algumas regularidades identificadas nos discursos em análise: o enunciado “Brasil, país do futuro” e os termos Nação e Herói.

Chegamos dessa forma ao Brasil já dado e o Brasil a ser feito. Essa dualidade contraditória é o motor propulsor do enunciado “Brasil, um país do futuro” em sua já longa deriva. No *corpus* analisado, ele é retomado, no encontro da memória com a atualidade em dois acontecimentos: a Campanha das Diretas e a comemoração de 20 anos de morte de Tancredo Neves.

O enunciado funciona como uma promessa que, uma vez não cumprida, segue seu curso na deriva dos sentidos. Nas publicações analisadas, esse enunciado surge a partir de evocação de dois personagens que figuram, como herói-mártires, na história política do Brasil: Tiradentes, no livro *Explode um novo Brasil*, e Tancredo, no jornal *O Tempo*. A evocação desses mortos oferece um modelo de identificação pela possibilidade de inserção do dizer numa rede de filiações de sentidos. Tiradentes e Tancredo funcionariam como bens simbólicos que mobilizam uma memória e inserem os veículos responsáveis pelas publicações nos jogos de forças que atravessam as formações sociais nas quais eles se produzem.

A unidade dos textos e dos sujeitos é efeito da atualização da promessa do país do futuro pela construção do consenso pelo imaginário da grande Nação e do político hábil negociador capaz de promover a passagem em uma etapa de transição.

O efeito de unidade, que se constrói pelo imaginário da Nação nas páginas do livro *Explode um novo Brasil*, condiciona a realização da promessa do futuro ao desejo de todos. O jornal, que naquele momento já havia decidido editorialmente aumentar o seu peso político no país, se lança na cobertura do evento, que será representado como movimento e como ação fora do espaço formal da política. Não só as denominações dadas ao movimento, mas também os predicados a ele associados, colaboram para o efeito de ação que mobiliza a massa pacífica, sendo afastados os sentidos de conflito.

Nessa mobilização da massa, o jornal se identifica a um projeto político nacional, seja pela adesão à campanha, seja pela convocação de Tiradentes para anunciar a promessa do país do futuro. Mas como a realização da promessa implica na adesão de todos, o projeto traz as contradições que permeiam toda tentativa de consenso e acaba por revelar as tensões que atravessam o processo de abertura política no Brasil dos anos 1980: os conflitos entre os grupos políticos, a indefinição quanto a lógica de sucessão do presidente Figueiredo e a diversidade / desigualdade da população brasileira.

Diante das tensões, percebe-se que nem todos desejam a solução para a transição política do Brasil pela via das eleições diretas. Isso marca a incerteza e as contradições que atravessam a retomada do enunciado “Brasil, país do futuro” no livro de Kotscho. Apesar disso, ao que tudo indica, a promessa da grande Nação não deixou de produzir efeitos, já que a *Folha de S. Paulo*, sai da campanha entre os veículos de maior força política no país. Isso talvez seja reflexo do projeto maior do jornal de representar a opinião pública, já que nesse mesmo período, teve início o setor de pesquisa de opinião da *Folha* que resultou em outro livro *A cabeça do brasileiro*. Tanto esse livro quanto o *Explode um novo Brasil* trazem conteúdo ligado às temáticas o brasileiro e o Brasil, o que corrobora para a idéia de que o jornal estava interessado no aumento da audiência.

Por sua vez, o efeito de unidade, que é construído pela mobilização do imaginário do político negociador, condiciona a promessa do país do futuro à sua habilidade para fazer a ponte entre o Estado e a Nação. O jornal mobiliza o imaginário da mineiridade

movimentando os sentidos sobre o papel de equilíbrio e de moderação em Minas Gerais. Predomina, na narrativa, a denominação campanhas das diretas, sendo baixa a sua incidência, sendo ela oposta à campanha das Indiretas, normalmente, para se dizer que esta última era a solução de menor atrito no período de transição.

O jornal *O Tempo* associa a ação política ao planejamento, à estratégia e à habilidade nata do político. A promessa do país do futuro se atualiza na voz de Aécio Neves, numa operação de substituição-presentificação, que permite que o governador de Minas fale pelo avô e se coloque no lugar de quem pode substituí-lo. Ele é apresentado, pelo jornal, como herdeiro político. O enfoque é dado aos espaços de representação na democracia, ou seja, espaço nas instituições políticas. Afasta-se o perigo de cisão, pela figura do político, que é responsável pela unidade nacional. A nação aparece aqui ligada à idéia de cidadão e eleitor, que não fala por si mesmo, já que ele é representado pelo político nos espaços próprios das instituições políticas.

O mito da mineiridade e o mito da Nação são atualizados nas publicações a partir do enunciado “Brasil, país do futuro”. Nos dois casos, os sentidos são efeitos da ação da formação ideológica da conciliação, que ao longo da história política brasileira, simula a possibilidade de consenso pela figura do político hábil negociador e pela Nação. A inscrição dos sujeitos nas formações discursivas pelo trabalho da ideologia torna evidente alguns sentidos que circulam no interdiscurso como pré-construídos mobilizados a todo instante a partir do imaginário do país do futuro, da mineiridade e da Nação.

Nas publicações estudadas, há duas posições discursivas que se destacam: a de exaltação e a de crítica. Pela primeira, mobilizam-se pré-construídos que remetem a imagens positivas sobre o Brasil e sobre o brasileiro: a riqueza natural, a boa índole do brasileiro, o país do carnaval, o país do futebol, etc. Na posição discursiva da crítica, são mobilizados pré-construídos que remetem a imagens negativas do país: corrupção, inflação, desigualdade social, desemprego, etc. É, ao assumir esses posicionamentos, que os jornais promovem o encontro entre a memória e atualização de sentidos, ou seja, posicionando-se no jogo de forças das formações sociais.

As posições discursivas revelam algumas tensões e contradições que, assim como a unidade, são efeito do trabalho da ideologia nesse jogo de forças. O fato de termos um

“Movimento” das Diretas e uma “Campanha” das Indiretas é um exemplo da língua marcada pela historicidade. O enunciado “Brasil, país do futuro”, como um não-lugar, permite a operação do jogo da lembrança e do esquecimento, em que alguns sentidos aparecem, enquanto outros são apagados no encontro entre a memória e a atualização. É o que tentamos compreender e trazer para esta reflexão que mostrou como os sentidos deslizam.

Algumas questões percorridas ficam:

- A primeira é que aquilo que me pareceu mais desnecessário na minha dissertação, o capítulo I deste texto, é o que me leva a acreditar que é “preciso ir aos gregos” e visitar as ciências sociais e humanas.

- Continuo interessada em entender como o encontro entre o jornalismo e a pesquisa de opinião produz o efeito da objetividade, algo que nesse trabalho é tocado pelo caso *Folha*.

- Diante do vazio que o final de uma dissertação provoca, me pergunto para que serve a análise de discurso? Se antes estava acostumada ao lugar tão apoteótico da comunicação e do jornalismo, agora me vejo diante do lugar “pleno de vazio”.

Como forma de suspender esta escrita, retomo Pêcheux (1995) com sua afirmação: “É preciso ousar pensar”. Retomá-lo não significa querer fechar essa discussão, mas talvez, diante do vazio que a finalização desse processo provoca, tentar um conforto acreditando que é preciso ousar dizer, algo que o mestrado obrigou-me a fazer com algumas conseqüências boas e, outras, deixa pra lá...

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves. *Modernização da imprensa (1970 – 2000)* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002 (Coleção Descobrimo o Brasil)

\_\_\_\_\_. *Transição em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ABREU, Regina. *Sangue, nobreza e política no tempo das imortais*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1990. Dissertação de mestrado.

\_\_\_\_\_. "Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados" In: *Estudos históricos*, n. 14, RJ: 1994.

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

AGULHON, M. "La république a-t-elle besoin de grands hommes?" in: *L'Histoire* .Paris, nº242, avril 2000

ARRUDA, Maria A. N. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline (1998) *As Palavras Incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CAPRETTINI, Gian Paolo *et alii*. Mythos / Logos. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, vol. 12, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um herói para a República. In: *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ALBERT, Jean-Pierre. "Du martyr à la star. Les métamorphoses des héros nationaux", in: CENTLIVRES, P. *et alii*. *La fabrique des héros*. Collection Ethnologie de la France, Cahier 12. Paris: Éd. de la Maison des sciences de l'homme, 1998.

DIAS, Luiz Francisco. Ser brasileiro hoje. In: *Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

DUARTE, Luís Fernando Dias. Três ensaios sobre pessoa e modernidade. In: *Boletim do Museu Nacional*, n. 48. RJ: UFRJ, 1983.

DUCROT, O. Referente. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, vol. 12, 1984.

FERREIRA, Maria Cristina. *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2001.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FIGUEIREDO, Marcus. Mídia, mercado de informação e opinião pública. IN: *Informação e democracia*. Rio de Janeiro: ED. UERJ, 2000.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação. As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_ *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_ *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_ *Sobre a arqueologia das ciências (Resposta ao Círculo Epistemológico)*. In: *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1971, pp. 9-55.

\_\_\_\_\_ *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.

FRANÇA, V. *Communication et socialité: le journalisme au-delà de l'information. Étude du journal Estado de Minas et de la mineiridade*. (Tese) Tese apresentada na Université Sorbonne, 1993.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

\_\_\_\_\_ *Theatrum Politicum. A encenação política na sociedade dos mass media*. Trabalho apresentado no GT "Comunicação e Política", na III Reunião Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, Campinas, agosto de 1994.

\_\_\_\_\_ *Opinião pública política hoje. Uma investigação preliminar*. Compós, Porto Alegre, 2000.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Espanha: Anthropos, 2004.

HAROCHE, C. *Fazer Dizer, Querir Dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

HENRY, Paul. A ferramenta imperfeita. Língua, sujeito e discurso. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C. A. M. Introdução. IN: *Mídia, memória & celebridades. Estratégias narrativas em contextos de alta visibilidade*. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2003.

HOUAISS, A., AMARAL, R. Modernidade no Brasil. Conciliação ou ruptura. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HUYSSSEN, Passados Presentes: mídia, política, amnésia. In: *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, pp. 9-40.

INDURSKY, F. A fala dos quartéis e outras vozes. Campinas: Hucitec; Unicamp, 1997.

KOTSCHO, Ricardo. Explode um novo país. Diário de Campanha das Diretas. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KOTSCHO, Mara Nogueira: A cabeça do brasileiro - uma análise das pesquisas de opinião pública. Petrópolis, Vozes, 1986

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-óptico no Brasil. IN: *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LEONELLI, Domingos. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura* / Domingos Leonelli, Dante de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 29, ano 10, outubro de 1995.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Rio de Janeiro: Revan, Campinas, SP. UNICSMP, 1998.

\_\_\_\_\_ *Discurso e instituição: a imprensa*. Rua: Revista da Unicamp - Nudecri, Campinas, SP, n.º. 5, março/1999.

MARTINEZ-PANDIANI, Gustavo. *La irrupción del marketing político en las campañas electorales de América Latina*. Site: <http://www.incep.org/dip-nl/irrupcion-marketing.html>, em 04/11/2002.

MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. IN: *Introdução à lingüística 3*. São Paulo: Cortez, 2004.

MEDEIROS, V. Dizer a si através do outro: do heterogêneo no identitário brasileiro. Tese (Doutorado em Linguística) – UFF, 2003.

MERCADANTE, P. A consciência conservadora no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. IN: *Introdução à linguística 2*. São Paulo: Cortez, 2004.

NAMER, Gérard. Rééditer Les cadres sociaux de la mémoire. In: *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Maison des Sciences l’Homme, 1994.

NORA, Pierre. “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. In: Projeto de História, *Revista do Programa de Pós-graduados em História e Departamento de História*, PUC-SP, dezembro 1993.

NUNES, A. B. Dizer o tempo. IN: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

NUNES, Jose Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. Porto Alegre, RS: UFRGS, novembro de 2005. Anais do I Sead [[http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/interpretacao/Jose\\_horta.pdf](http://www.discurso.ufrgs.br/sead/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf)]

\_\_\_\_\_ Janelas da Cidade: Outdoors e Efeitos de Sentido. Escritos, LABEURB-NUDECRI/UNICAMP, Campinas, v. 2, 1998.

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_ Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_ *As formas de silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_ Terra à vista. Discurso do confronto velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, Campinas: Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_ Análise de discurso. In: *Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade*. Campinas: Editora Pontes, 2006.

ORLANDI, E. (Org.) *Gestos de Leitura*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

ORLANDI, E. P. & E. GUIMARÃES. Unidade e dispersão: uma questão do sujeito e do discurso. In: *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_ Papel da memória. In: *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_ Análise do Discurso: três épocas. In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_ *Semântica e discurso, uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1995.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A história do seu tempo. A Imprensa e a construção do sentido histórico*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ (ECO), dezembro, 1995.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já. O grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, F. W. Autoritarismo & Solidão. *O roteiro da conciliação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

SANTO AGOSTINHO. São Paulo: Abril cultural, Coleção *Os pensadores*, 1973.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado. O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Edusp, 1973.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2006.

Jornal O Tempo, caderno especial 20 anos sem Tancredo, publicado em 21 de abril de 2005.